

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

OLAVO RAMALHO MARQUES

**ENTRE A AVENIDA LUÍS GUARANHA E O QUILOMBO DO AREAL:
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MEMÓRIA, SOCIABILIDADE E
TERRITORIALIDADE NEGRA EM PORTO ALEGRE/RS**

Porto Alegre, 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Olavo Ramalho Marques

**ENTRE A AVENIDA LUÍS GUARANHA E O QUILOMBO DO AREAL:
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE MEMÓRIA, SOCIABILIDADE E
TERRITORIALIDADE NEGRA EM PORTO ALEGRE/RS.**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre, 2006

A Iara.

Por tornar evidente a necessidade de ser criança para criar.

Por mostrar como a vida é transformação.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente ao CNPq pela concessão de bolsa de pesquisa durante o último ano do curso de mestrado.

Em especial, meu agradecimento aos professores e funcionários do PPGAS/UFRGS, pela possibilidade de estudar nesse centro de referência em nossa disciplina no Brasil.

Agradeço também ao Museu Joaquim José Felizardo (MJFF), que no ano de 2004 realizou o projeto “Quilombo do Areal: Memória e Patrimônios”, através do qual entrei em contato com os moradores da Avenida Luís Guaranha e pude desenvolver esta etnografia. Helena, Marise, Pedro, Jane, Fernanda, Paulo, Totonho: foi fundamental esse período de trabalho coletivo. Além disso, agradeço pela possibilidade de utilização do material da Fototeca Sioma Breitman nesse estudo.

Da mesma forma, agradeço à Associação Brasileira de Antropologia e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, em parceria, promoveram o prêmio Territórios Quilombolas - um grande estímulo para a finalização deste trabalho, com zelo e responsabilidade redobrada.

Agradeço a Cornelia Eckert, minha paciente e dedicada orientadora nesta dissertação, também figura essencial para a minha formação, desde a graduação em Ciências Sociais, no campo da antropologia das sociedades complexas, particularmente no trabalho com imagem e memória.

Agradeço igualmente a Ana Luiza Carvalho da Rocha, minha primeira orientadora e mestre, por toda a parceria que viemos desenvolvendo ao longo destes mais de sete anos de pesquisa, diálogo e aprendizagem.

Ao povo do BIEV – literalmente uma galera. Fernanda, Paula, Vi, Lu, Thaís, Ane, Aline, Ivis, Fabi, Ana, Thiago e todos os Rafaéis do grupo. Esse trabalho é resultado de nossa criação coletiva.

Aos colegas de mestrado, pela intensa troca de experiências e pelos longos cafés.

Aos amigos todos, também aqueles que estão longe.

A minha mãe, Carmen Silvia, pelo seu entusiasmo em ajudar e dar força na realização desse trabalho.

A Cíntia e Iara, parceiras do dia-a-dia, que sempre compreenderam a falta de tempo, os longos estudos, as reuniões, e em troca me deram todo seu carinho.

Resumo:

Essa dissertação é resultado de um estudo etnográfico desenvolvido junto aos moradores da Avenida Luís Guaranha, região central de Porto Alegre/RS. Esta comunidade, reivindicando-se como reminiscência viva do Areal da Baronesa - antigo território negro paulatinamente descaracterizado durante o séc. XX – se auto-reconhece como remanescente de quilombo, buscando assegurar o direito de permanência no local que ocupa, ao afirmar que teve origem nas senzalas da Chácara da Baronesa do Gravataí. Aborda-se esta situação de resgate das origens por parte da comunidade, explorando as tensões e conflitos envolvidos na reconstrução das identidades do grupo, processo que torna manifesto o caráter fragmentário das memórias, das relações de pertencimento e territorialização – e, portanto, das formas culturais - em nosso meio social. Tomando-se a cidade como objeto temporal (marcado por processos de destruição criativa, gentrificação e segregação das populações pobres e afro-descendentes), trabalha-se o fenômeno das transformações urbanas sob o prisma da memória coletiva de seus habitantes. A temática dos remanescentes, no caso deste estudo, emerge como mecanismo de garantia de direitos, mas também de construção de sentidos e significações atrelados aos nichos urbanos.

Palavras-chave: quilombos urbanos, etnicidade, territorialidade, sociedades complexas, transformações urbanas, memória coletiva.

Abstract:

The present study results from an ethnographic research with the inhabitants of Luis Guaranha Avenue, situated near to Porto Alegre's downtown. This community claims itself as remainders of Areal da Baronesa - old black territory, gradually deprived of its original characteristics during the 20th century, when large part of it's population went to peripheral regions – recognize itself as remainders of quilombos affirming that their origin were the senzalas on Baronesa do Gravataí's farm. This paper analyses this situation in which the community searches for it's origin, exploring the tensions and conflicts involved on the reconstruction of their identity - process that makes clear the fragmentary character of memories, belonging and territorialization – and so cultural forms – in our society. From the conception of the city as time-bound object (marked by process of creative destruction, gentrification and segregation of poor and afro-descendent population), the article works with urban renewal through the collective memory of its inhabitants. The thematic of the remainders, in this research, is thought as a mechanism for guarantee of rights, but also with regard to the symbolical treatment of the urban niches.

Key-words: urban quilombos, ethnicity, territoriality, complex societies, urban renewal, collective memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O ESPAÇO DO OUTRO.....	14
1.1 Entrando na Avenida Luís Guaranha.....	19
1.2 Duas reuniões paradigmáticas.....	25
1.3 Sobre a complexidade: um campo repleto de vozes.....	35
2 O ANTROPÓLOGO NO ESPAÇO DO OUTRO E O OUTRO NO ESPAÇO DO TEXTO.....	43
2.1 Para além do texto: a imagem como construção do mundo.....	51
2.2 Cidade e fragmentação: corpo, espaço e cultura.....	64
3 A RUA: SOCIABILIDADES, REDES E VIZINHANÇA.....	72
3.1 Das contradições: conflitos, relações de poder e pertencimento.....	92
3.2 As memórias do cotidiano.....	101
4 O AREAL DA BARONESA: MEMÓRIAS, TEMPORALIDADE E TERRITORIALIDADE.....	104
4.1 O tempo do eu e o tempo do mundo.....	107
4.2 História, memória e patrimônio.....	126
5 ENTRE HISTÓRIAS, MITOS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS.....	133
5.1 A remitificação e o mito do progresso.....	139
CONCLUSÃO.....	151
Referências.....	156

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1, p. 19: entrando na Avenida Luís Guaranha. À esquerda o casarão de esquina. Imagem do autor, novembro de 2004.

Imagem 2, p. 22: Mapeando a região. Mapa 1: fonte <http://earth.google.com> consultado em 27 de agosto de 2005; mapa 2: fonte <http://www.procempa.com.br/geo>, consultado em 13 de novembro de 2005; mapa 3: modificado a partir de <http://maplink.uol.com.br>, consultado em 27 de agosto de 2005.

Imagem 3, p. 23: Vista da entrada da avenida. Foto do autor, agosto de 2004.

Imagem 4, p. 37: Gessi e seu neto Andrei. Fotografia do autor, novembro de 2004.

Imagem 5, p. 39: Joel em churrasco com os amigos. Fotografia do autor, maio de 2005.

Imagem 6, p. 40: Flávio na rua. Ao fundo, homens em frente à sede da Associação. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado em pesquisa de campo por Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 7, p. 45: Eu e Seu Flávio, conversando em frente à porta de sua marcenaria. Fotografia de Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 8, p. 46: Movimento na avenida. Fotografia do autor, maio de 2005.

Imagem 9, p. 47: Reunião do Projeto Quilombo do Areal na rua. Fotografia do autor, setembro de 2004.

Imagem 10, p. 51: Menina fotografando seus amigos. Fotografia do autor, outubro de 2004.

Imagem 11, p. 52: Crianças posando para foto. Fotografia do autor, setembro de 2004.

Imagem 12, p. 55: Crianças desenhando, em atividade proposta por membros do Projeto Quilombo do Areal. Fotografia do autor, setembro de 2004.

Imagem 13, p. 56: fachada grafitada da casa de Mumu. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 14, p. 58: Moradores da Luís Guaranha olhando a exposição montada pelo Projeto Quilombo do Areal, durante a celebração de encerramento dos trabalhos. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 15, p. 59: As amigas Marlene e Edna e crianças da Guaranha. Fotografias do autor, agosto de 2004.

Imagem 16, p. 61: Gessi, durante entrevista realizada em frente à sede da Associação dos Moradores. *Stills* retirados de gravação em vídeo, captado em pesquisa de campo por Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 17, p. 61: D. Célia sentada em frente à porta de casa. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 18, p. 67: Tânia, moradora da Luís guaranha, conversa com Helena Machado e Mariana Fernandes. Fotografia do autor, maio de 2005.

Imagem 19, p. 72: Churrasco na rua, em frente ao casarão de esquina. Fotografia do autor, maio de 2005.

Imagem 20, p. 73: Aglomeração em frente à sede da Associação dos Moradores. Fotografia do autor, maio de 2005.

Imagem 21, p. 75: As crianças da Guaranha: meninos e meninas; jogo de futebol na calçada em frente à entrada da avenida. Fotografias do autor. Por ordem de sucessão: dezembro de 2005; agosto de 2004; dezembro de 2005.

Imagem 22, p. 76: Moradores, grupos e redes ocupando o espaço da rua. Fotografias do autor (produzidas entre agosto de 2004 e dezembro de 2005) sobre mapa modificado a partir de carta proveniente do DEMAHB, obtido junto ao projeto Quilombo do Areal.

Imagem 23, p. 77: Beleza, em frente à sua casa. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado em pesquisa de campo por Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 24, p. 79: Flávio, durante entrevista. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado em pesquisa de campo por Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 25, p. 80: Xavier em frente de casa, com a bisneta no colo, observando os amigos em um churrasco na rua. Fotografia do autor, maio de 2005.

Imagem 26, p. 81: Gaspar, em primeiro plano; Maria e Gessi conversam no pátio da casa de Maria. Fotografia do autor, novembro de 2005.

Imagem 27, p. 88: D. Ester, sentada em frente de casa, observando o movimento da rua. Fotografia do autor, dezembro de 2005.

Imagem 28, p. 89: Maria, sentada no pátio de casa. Fotografia do autor, setembro de 2004.

Imagem 29, p. 101: Mulheres chegando ao fundo da avenida. Fotografia do autor, dezembro de 2005.

Imagem 30, p. 102: Bonde sobre ponte, bairro Cidade Baixa. Autor desconhecido, 2º quartel do século XX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 31, p. 103: Casa de madeira na Luís Guaranha (não se trata de uma residência oriunda do início do século, a construção é mais recente). Fotografia do autor, novembro de 2004.

Imagem 32, p. 103: Borel. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 33, p. 106. Alex desenha, observado por Helena. Fotografia do autor, setembro de 2004.

Imagem 34, p. 108: Antiga Rua da Praia do Riacho, atual Washington Luiz. Irmãos Ferrari, fins do séc. XIX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 35, p. 109: Casarios à beira do riacho. Fonte: SPALDING, Walter (coord.). **Porto Alegre, Retrato de uma Cidade**. Departamento central dos Festejos do Bicentenário. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940; Arroio Dilúvio: vista da canalização. Autor desconhecido, 1951. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 36, p. 109: Mulher e crianças à beira do rio, no bairro Cidade Baixa. Autor desconhecido, 2º quartel do século XX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 37, p. 110: Borel conversando com pesquisadores do Projeto Quilombo do Areal. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 38, p. 111: Célia, dentro de casa. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado em pesquisa de campo por Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 39, p. 112: Lucília conta histórias à vizinha. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 40, p. 114: Flávio gesticula enquanto descreve avenidas que já não existem mais em frente à Luís Guaranha. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado em pesquisa de campo por Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 41, p. 117: Gessi, durante entrevista. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado em pesquisa de campo por Anelise Guterres, outubro de 2005.

Imagem 42, p. 122: Bairro Cidade Baixa. Irmãos Ferrari, fins do séc. XIX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 43, p. 124: Borel, Cláudia e Helena falam durante a celebração de encerramento do Projeto Quilombo do Areal. *Stills* retirados de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 44, p. 130: Travessa dos Venezianos, cujas casas são tombadas como patrimônio histórico porto-alegrense. Fotografia do autor, setembro de 2005; Casario baixo da Luiz Guaranha. *Still* retirado de gravação em vídeo, captado pelo autor, em novembro de 2004.

Imagem 45, p. 134: Negros libertos. Lunara, s/d. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 46, p. 135: Negros na atual Rua General Câmara. Autor desconhecido, final do século XIX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 47, p. 140: Panoramas aéreos do bairro Cidade Baixa, antes e depois da canalização do riacho: Rua da República, João Alfredo, Pão dos Pobres. À esquerda: Clóvis Silveira de Oliveira, Século XX, década de 40. À direita: Léo Guerreiro e Pedro Flores, 1957. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Imagem 48, p. 155: Antigos aspectos. À esquerda, em cima: carnaval de rua em Porto Alegre. Autor desconhecido, s/d. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. À direita: Ponte de Pedra sobre o Arroio Dilúvio. Autor desconhecido, Século XX, década de 40. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. Abaixo: Negros Libertos. Lunara, s/d. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como base um intenso contato etnográfico desenvolvido junto aos moradores da Avenida Luís Guaranha durante os anos de 2004 e 2005. Trata-se de um estudo sobre as formas de organização do espaço urbano, em sua dimensão temporal, que aborda a realidade social e cultural de um grupo majoritariamente pobre, em grande parte afro-descendente, que habita um local denominado de “avenida”, estando o termo aqui referido a uma configuração diferente da atualmente corrente: um beco sem saída repleto de casas geminadas. Segundo os moradores da avenida, esta era uma forma de habitação bastante comum nesta região da cidade no passado, da qual a Luís Guaranha é um dos poucos exemplos que restam nos dias de hoje. Assim, estes moradores se reivindicam como reminiscência viva do Areal da Baronesa - antigo território negro paulatinamente descaracterizado durante o séc. XX, tendo grande parte de sua população sido removida ou partido em direção a regiões periféricas da cidade.

Resgatando este mito de origem, parte dos moradores se auto-reconheceu como remanescentes de quilombo, buscando assegurar o direito de permanência no local que ocupam, afirmando que a comunidade em que se enraízam teve origem nas senzalas da Chácara da Baronesa do Gravataí. Entretanto, trata-se de uma situação repleta de contradições e conflitos, que torna evidente a fragmentação e as disputas na comunidade, demandando reflexões acerca das peculiaridades dos processos étnicos em um contexto urbano multicultural e fragmentado como o de Porto Alegre. No trabalho etnográfico, assim, busquei levantar questões em torno dessas tensões, trazendo-os à discussão.

Os habitantes desse lugar se encontram em uma situação de reconstrução de suas identidades em face do meio social que os envolve, de modo que é pulsante o resgate de histórias, imagens e memórias do passado da região em que vivem. Em termos do trabalho de memória, busquei na etnografia, através de entrevistas com antigos moradores locais, refletir sobre as tensões entre as memórias individuais e coletivas, as versões sobre o passado da região, que orientam representações sobre esse território e sua identidade no presente. Procurei, do mesmo modo, resgatar traços das transformações no espaço da avenida, e, para além dele, do Areal da Baronesa e da cidade como um todo. Aponto, assim, para o processo de renovação da trama urbana, em meio ao qual se inserem processos paralelos de marginalização e segregação espacial das populações pobres e afro-descendentes.

O quase desaparecimento das antigas formas de habitação popular nesse território é que motivou alguns dos moradores da Luís Guaranha, em diálogo com órgãos públicos,

ONG's, militantes e afins, a se auto-reconhecerem como remanescentes, em um processo que se evidencia como uma luta contra o esquecimento do passado dessa região da cidade. Tal situação social suscita questões relativas às “etnicidades emergentes” e às territorialidades negras (o Areal da Baronesa como território étnico e mítico), bem como à progressiva expulsão das camadas populares das regiões centrais da cidade em direção a regiões periféricas, ou seja, às condições e possibilidades diferenciais de ocupação do espaço urbano por parte das diferentes camadas sociais que compõem o ambiente plural e fragmentado de nossas cidades. Busca-se elucidar como isso se desenrola no tempo; qual o estatuto da comunidade (pobre e majoritariamente negra) em uma região central da cidade; como tais questões se articulam em meio aos arranjos cotidianos e às memórias individuais e coletivas dessa população.

Uma preocupação que guiou a etnografia foi a de compreender os traços distintivos do modo de vida dessa rede de vizinhança no meio urbano no qual se insere, de modo que a técnica da observação participante no desenrolar do dia-a-dia desse grupo foi essencial, por permitir adentrar nas minúcias de suas formas de ocupação do espaço da rua, suas formas de sociabilidade características, suas relações de vizinhança, suas práticas cotidianas. A utilização de recursos audiovisuais na pesquisa etnográfica, nesse sentido, mostrou-se fundamental por constituir-se como “moeda de troca” entre pesquisador e pesquisados, e, além disso, permitir a emergência da imagem do "outro" que existe velado em nosso meio urbano, desvendando uma “cidade de becos” através do registro (e recriação) de suas práticas espaciais, suas memórias e suas formas de habitar e construir a cidade.

No primeiro capítulo, apresento minha entrada na Luís Guaranha, evidenciando o processo de negociação que permitiu o desenvolvimento da etnografia no local. Saliento assim, aspectos de minha trajetória de pesquisa e elementos que me levaram a escolher este lugar como palco para a realização deste trabalho. A seguir, evidencio a pluralidade de vozes que se fazem presentes neste cenário político e identitário, mostrando como se dá a presença de órgãos municipais e federais em diálogo com os moradores da avenida. Passo então a refletir sobre o processo de emergência de particularismos e identidades locais em um meio urbano crescentemente complexo e cosmopolita, de que o auto-reconhecimento como remanescente de quilombos é uma faceta, salientando as tensões e conflitos dentro do próprio grupo quanto à assunção dessa identidade de remanescentes de quilombo.

No segundo capítulo adentro nas questões teóricas, metodológicas e epistemológicas que sustentam este estudo, problematizando minha a própria experiência etnográfica como

inserida nesse processo de rememoração e atualização das memórias do grupo. A própria construção desse texto, enquanto reorganização narrativa de experiências de alteridade no meio urbano vem a se constituir como elemento importante nesse processo político. Para além do texto, analiso a produção de imagens sobre o grupo, em diferentes suportes, como forma de participação na construção de sua memória coletiva. Enfatizo a opção por uma etnografia do espaço urbano, enquanto espaço vivido por seus moradores, através de corpos embebidos por diferentes modos de vida em meio a este cenário fragmentado que é a cidade moderna.

No terceiro capítulo, adentro nas minúcias da observação participante desenvolvida junto ao grupo, explicitando suas formas de ocupação do espaço, as relações entre subgrupos, a formação de redes de amizade, parentesco e compadrio, e descrevo minhas experiências nesse cenário cambiante e complexo que é a Luís Guaranha. Apresento o efervescente espaço público da avenida, palco de sociabilidades calorosas e íntimas, mas também lugar de brigas e tensões entre vizinhos. Passo, assim, a explorar os conflitos entre moradores, analisando a fofoca como instrumento de repasse de informações sobre o desenrolar das vidas dos habitantes locais, mas também de construção de padrões morais entre os grupos de moradores. Por fim, mostro como a fofoca também se configura como espaço de diálogo no qual emergem as memórias desses moradores e se repassam fatos passados, que são analisados e atualizados a partir de situações presentes.

No quarto capítulo, mergulho nas narrativas dos moradores, colhidas tanto em entrevistas por mim realizadas quanto em ocasiões de discurso público na avenida. São falas que, a partir de uma situação presente, buscam reconstruir histórias, memórias e feições do passado da avenida e do Areal da Baronesa. Analiso estes depoimentos buscando refletir sobre a dimensão temporal da vida urbana desses personagens e sobre o caráter fabulatório inerente à rememoração. Mostro como as memórias desses moradores não alcançam o tempo da escravidão, e o que emerge nesse sentido é uma memória coletiva, anônima, fundada nas artes de contar e ouvir histórias. Imagens que duram através das “histórias dos antigos” e do “assunto dos mais velhos”. Torna-se evidente o papel da História na reconstrução deste tempo longínquo. A seguir, mostro como são dissonantes os discursos dos moradores locais, pautados em suas experiências afetivas, e o discurso patrimonial, por parte dos agentes políticos, que se voltam ao caráter de “símbolo da resistência negra em Porto Alegre” atrelado à Luís Guaranha.

Por fim, no quinto e último capítulo, retomo questões levantadas ao longo do trabalho e busco discutir a própria noção de quilombo corrente em nosso imaginário. Mostro

como alguns historiadores tornam evidente que, na época da escravidão, não eram tão demarcadas as fronteiras entre senzalas e quilombos, liberdade e escravidão, e como a resistência negra não estava restrita à fuga definitiva dos domínios senhoriais por parte dos escravos. Na realidade, eram mais tênues e negociadas essas relações. Passo a elucidar também como os cortiços e avenidas eram redutos negros nas áreas centrais, e como foram paulatinamente eliminados por políticas higienistas e sanitaristas que buscam afastar tudo o que soa como contraditório em nosso meio social. Nesse sentido, discuto como a política quilombola, em sua busca da garantia de reprodução do patrimônio afro-brasileiro, vem iluminar aspectos pouco conhecidos e muitas vezes evitados no meio urbano. Por fim, analiso este processo de retorno às origens por parte de comunidades, em sua busca pela garantia de direitos políticos, pode ser interpretado como uma forma de remitificação de nossa realidade, pautada em grande medida pelo mito único do progresso.

CAPÍTULO 1. O ESPAÇO DO OUTRO.

Logo na primeira vez que estive na Avenida Luís Guaranha, tive a certeza de que este lugar da cidade era um excelente terreno para a realização de um estudo etnográfico. O presente trabalho é um dos frutos de uma série de experiências de pesquisa de campo resultantes do envolvimento investigativo/afetivo que passei a nutrir com este lugar e seus habitantes desde então. Permito-me dizer que foi paixão à primeira vista, e vários foram os motivos. As feições espaciais do lugar – um beco, estreito em sem saída, situado em uma região central e ao mesmo tempo “obscura” da cidade para mim. As camadas de tempo sobrepostas - nas próprias construções, na pintura das paredes, na estética das habitações, e mesmo na relação entre o beco e seu entorno. As pessoas na rua, as sociabilidades, a forma de ocupar o espaço. Tudo isso me atraiu.

Um local que me estimulava a levar adiante, e também reformular e complexificar, questões que surgiram e me acompanharam no meu processo de formação. Trago comigo toda uma bagagem de pesquisa antropológica sobre a questão da construção da memória coletiva da população citadina em face de um intenso e constante processo de remodelação do espaço urbano, em virtude de minha formação intelectual nas ciências sociais a partir do prisma do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV - PPGAS – UFRGS)¹, coordenado pelas Profas.drás. Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Cursando o mestrado em Antropologia Social pela UFRGS, eu estava em busca de um universo de pesquisa que me desafiasse a produzir conhecimento no seio dessa linhagem disciplinar.

Durante o curso de graduação em Ciências Sociais na UFRGS, produzi um trabalho de pesquisa etnográfica (MARQUES, 2004), orientado pela professora Ana Luiza Carvalho da Rocha sobre a questão das transformações urbanas “em ato”: trabalhei com um processo de remodelação urbana em curso na construção da 3ª Perimetral, uma larga avenida de cerca de 14 km. de extensão que liga a zona norte à zona sul de Porto Alegre sem passar pelo centro. Ao produzir etnografia na avenida, acabei por “ser levado”, no processo de pesquisa, para

¹ Desde o ano de 1999, venho desenvolvendo meus trabalhos de pesquisa estando vinculado ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV): um projeto de pesquisa em antropologia urbana, coordenado pelas Profas. Dras. Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, cuja abordagem sobre a cidade é centrada na questão da imagem - tanto em relação à produção na pesquisa etnográfica, como forma de “estar em campo” e abordar os assuntos estudados, quanto em relação à análise de materiais que retratem aspectos e fragmentos da vida urbana em Porto Alegre. A proposta do Projeto BIEV é o da construção de coleções etnográficas sobre o patrimônio etnológico da cidade, compondo um museu virtual. Tanto as coleções etnográficas do BIEV quanto as produções teóricas envolvidas no projeto podem ser encontradas no endereço <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>. Durante todo o período de mestrado, permaneci ligado ao Projeto como pesquisador associado, e deixo claro desde já a importância neste núcleo de pesquisas como esfera de interlocução com colegas e orientadores que foram fundamentais na consolidação deste estudo.

interior dos bairros, comparando então as formas de sociabilidade nestes dois ambientes diferentes. Durante o processo de escrita dessa dissertação, fui reler o TCC referido, e encontrei nas considerações finais o trecho que transcrevo a seguir:

“A antropologia do espaço, sob esta ótica – *das diferentes formas de sociabilidade no meio urbano em seu desenrolar temporal* – é algo que me intriga profundamente. Pretendo continuar a investir na busca de espaços de sociabilidades calorosas e próximas, as reminiscências da cidade antiga que, com certeza, permanecem e continuarão permanecendo” (MARQUES, 2004, p. 77).

Sob a ótica da passagem do tempo e da presença de contradições na construção do fragmentado espaço urbano, não pude deixar de me fascinar por um local como a Avenida Luís Guaranha, um beco-avenida que desde meu primeiro olhar pareceu o extremo oposto da mega-avenida 3ª Perimetral. Um local onde as tensões em torno da habitação popular – negra, em grande medida - em regiões centrais eram evidentes.

Cidade, tempo, espaço, memória, imagem; identidades, sociabilidades, territorialidades. Tais foram algumas noções e conceitos que saltaram aos meus olhos - já emoldurados por um olhar antropológico, fundamentalmente conceitual e interpretativo, conforme Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 19), sensibilizado pela teoria – e me desafiaram a tomar a Luís Guaranha como o universo desta pesquisa etnográfica. E não cheguei até lá sozinho. Minha “descoberta”, em realidade, foi guiada por uma conjuntura política, em torno da mobilização da identidade quilombola – cenário que estimulou a realização do projeto “Quilombo do Areal: Memória e Patrimônios” pela Coordenação da Memória Cultural e pelo Projeto Descentralização da Cultura, da Secretaria Municipal da Cultura², para o qual eu fui contratado para trabalhar como pesquisador.

Avenida Luís Guaranha e Quilombo do Areal são denominações que, espacialmente, se referem ao mesmo local. Há uma larga diferença entre elas, no entanto, no que se refere ao tratamento simbólico que se confere ao lugar - e essa breve consideração já responde em alguma medida a ambigüidade propositalmente contida no título desta dissertação. É justamente neste hiato que está presente o fator que vem atraindo a atenção de órgãos governamentais (tanto federais quanto estaduais e municipais), agentes da comunicação (jornalistas, estudantes de comunicação), estudiosos (como Jane e eu), militantes (ONG's, Movimento Negro), simpatizantes, e assim por diante. Incorporo aqui um trecho do projeto Quilombo do Areal, esclarecedor das condições sociais e identitárias que acabaram por me levar ao desafio de produzir uma etnografia na Luís Guaranha:

² Sob responsabilidade do Museu Joaquim José Felizardo. Na minha primeira visita à Luís Guaranha, realizada em agosto de 2004, quem me conduziu foi a historiadora Jane Rocha de Mattos, também participante do projeto.

Dentro da demanda do orçamento participativo do ano de 1997, a Comunidade da então Vila Luiz Guaranha solicita a regularização fundiária com a construção de doze unidades habitacionais. A inserção do Setor de Assessoria Comunitária do DEMHAB – *Depto. Municipal de Habitação* -, conjuntamente com a comunidade organizada, ampliou as possibilidades de atendimento na área da saúde e educação, demandas até então precariamente atendidas. A necessidade de aportar recursos para o atendimento, a percepção e o entendimento de uma trajetória étnica desta comunidade levou, por parte do corpo técnico do DEMHAB, à busca por maiores informações sobre a história da área e o possível reconhecimento como área de remanescente de quilombos. A partir do contato com a Fundação Palmares e encaminhamento da documentação referente à história da região do Areal, a comunidade se auto reconheceu como quilombo urbano, recebendo certificado, juntamente com o quilombo da Família Silva e outros quilombos rurais, no dia 03/06/2003. Nesse período, com o objetivo de desenvolver e encaminhar políticas públicas para estas duas áreas específicas, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) institucional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, denominado Quilombos Urbanos, o qual envolveu várias secretarias (SMC, SMED, PGM, DEMHAB), sendo que sua coordenação ficou sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana.

Após algumas reuniões da comunidade, a Associação de Moradores mudou sua nomenclatura para Quilombo do Areal. Diante desse auto-reconhecimento, a importância do mesmo como referência para a população negra e o ineditismo desses quilombos urbanos, o corpo técnico do Museu Joaquim José Felizardo propôs a integração de várias áreas (Educação Patrimonial, Arqueologia, História e Patrimônio Imaterial) para a ampliação do projeto inicial do DEMHAB.

Era este o tom do projeto, enviado pelos proponentes à Secretaria Municipal da Cultura. O ineditismo da demanda da comunidade, de garantia do direito à terra que ocupa via política quilombola em plena região central de Porto Alegre (como referido no trecho citado), atrai para a Luís Guaranha³ o olhar de diversos órgãos e pessoas. Entre eles, o olhar institucional do Corpo técnico do Museu Joaquim José Felizardo - pertencente à Secretaria Municipal da Cultura, reitero -, voltado em larga medida à questão dos patrimônios material e imaterial da comunidade.

Por se identificarem como reminiscência viva do Areal da Baronesa, antigo local de moradia de camadas pobres, ex-escravos e escravos libertos, parte da população, reunida ao redor de instituições (como o DMHAB) e lideranças locais, há alguns anos se auto-reconheceu como Comunidade Remanescente de Quilombos junto à Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, respaldados no já tão comentado e analisado Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, alegando

³ A grafia do nome é fonte de controvérsia. Mesmo em mapas e fontes oficiais encontram-se ao menos três formas recorrentes: Luís Guaranha, Luiz Guaranha e mesmo Luiz Guaragna. Por motivos de padronização, utilizo no curso da escrita deste trabalho a grafia Luís Guaranha, a forma mais usual.

que aquele território foi, nas origens de sua ocupação, “Terra de Escravos”. E foi através da visibilidade política atingida pelo grupo através desse reconhecimento que o projeto “Quilombo do Areal: Memória e Patrimônio”, se fez possível e necessário.

A pesquisa foi desenvolvida por uma equipe multidisciplinar que envolveu, além de mim (estudante de antropologia), arqueólogos, historiadores e arquitetos, bem como “oficineiros” de patrimônio material e imaterial. Fui contratado para compor a equipe na função de antropólogo, por ter experiência no campo da antropologia urbana, bem como no uso de recursos visuais e audiovisuais de pesquisa etnográfica⁴, já que o projeto visava, entre outros resultados, a construção de exposições fotográficas sobre a comunidade (envolvendo questões como espaço e território, bem como as temáticas identidade étnica e escravidão). Mais especificamente, passei a fazer parte da sub-equipe que abordou a questão do Patrimônio Imaterial desta comunidade, estando encarregado do registro fotográfico do cotidiano da vila e seus habitantes, bem como do andamento de nossas atividades de pesquisa. Esse trabalho desenvolveu-se ao longo do segundo semestre de 2004.

Fazendo parte do projeto, iniciei minha negociação em campo; a partir de seu término, pude dar continuidade à etnografia. Assim, minha relação com o grupo esteve sempre intermediada pela construção de imagens (tanto fotográficas quanto em vídeo) sobre o seu cotidiano, seu espaço de vida, seus personagens e etc. E o texto que aqui apresento tem como pilar de sua construção discursiva o embaralhamento temporal das experiências etnográficas. Lembrando James Clifford (2002, p. 21), os dados oriundos da etnografia só fazem sentido dentro dessa construção narrativa. Se, na realidade eles pré-figuram, como sugere Paul Ricoeur (1994, p. 87), é no texto que eles serão configurados, ou seja, interligados de modo a construir sentido, uma vez que compor uma história é articular de forma diacrônica elementos ao longo de uma trama, compor fatores heterogêneos de modo verossímil. Fragmentos e passagens de experiências vividas durante o período de realização do projeto e muitas outras após seu término são reordenadas e entrecruzadas, como elementos que se equiparam em torno de alguns núcleos semânticos que orientam a escrita desta dissertação.

Através da escolha desse terreno para o desenvolvimento da etnografia, novas temáticas acabam se mesclando aos meus questionamentos anteriores: entra em cena a questão da territorialidade, e principalmente a etnicidade, em seus contornos simbólicos e políticos, na interface com a temática da modernização do espaço urbano, das transformações na paisagem e nas formas de ocupação e uso do tecido material da cidade. Permanece o

⁴ Novamente aqui saliento a importância da participação no Projeto BIEV em minha formação no campo da antropologia

interesse nas formas de sociabilidade e trocas sociais em diferentes zonas urbanas. Emerge a dimensão da segregação das populações pobres e negras das regiões centrais da cidade. Ao mesmo tempo se complexificam questões relativas às transformações urbanas - em larga escala temporal - e à permanência de vestígios e resquícios das antigas usanças urbanas a despeito desse processo de remodelação urbana. Busco lidar com tais questões, sendo minha porta de entrada para elas as manifestações espaciais de nossas formas sociais e culturais. Passo a lidar com esta comunidade, majoritariamente pobre e afro-descendente, através da dimensão espacial de sua forma de habitar a cidade.

Pesquisando na cidade, me deparei com uma situação na qual a mobilização da memória coletiva (HALBWACHS, 1989) conduzia ao tema da territorialidade negra inserida no processo político de reconhecimento como remanescentes de quilombo. Uma realidade que necessariamente nos direciona a questionamentos acerca das fronteiras simbólicas, da fragmentação e da complexidade das formas de vida social em nosso meio urbano contemporâneo; ao mesmo tempo, para a configuração dos fenômenos étnicos em um estado brasileiro marcado, no imaginário social do país, pela predominância dos traços identitários europeus e pela invisibilidade do negro. Não teço aqui um mapa genérico e imparcial de um modo de vida. Ao contrário, esse é um trabalho que se desenrola a partir das experiências sensíveis de um estudante de antropologia e o seu campo de estudos – aquilo a que, no jargão antropológico, se convencionou chamar “o outro”. Todas as reflexões que se seguem estão norteadas pela busca de descobrir quem é esse outro - ou outros - como ele se constitui enquanto corpo coletivo – se é que o faz -, qual o seu lugar na cidade - não apenas no sentido espacial do termo, mas refletindo-se sobre qual o lugar simbólico que a cidade reserva para ele -, qual é o seu tempo e como ele está emaranhado no viver urbano atual.

Não se pode, como manifesta Roberto DaMatta (1997, p. 35), falar em espaço sem falar de tempo. E, como afirmam Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (1998, p. 251), estudar antropológicamente a dimensão espacial de nossa sociedade complexa, sob um prisma fenomenológico, implica necessariamente em levar em conta os desdobramentos temporais das configurações materiais de nossas cidades através das narrativas de seus habitantes, nas quais pensam, ordenam e sobrepõem seus tempos vividos. Posso afirmar, assim, que a dimensão da memória emerge como vetor fundamental nesta etnografia, sem a qual a compreensão do complexo quadro social e identitário da Luís Guaranha seria difícil. Principalmente porque se trata de uma situação de auto-reconhecimento como quilombo, em pleno espaço urbano, que vem falar de uma memória negra, de um território étnico

paulatinamente descaracterizado, do desaparecimento dos cortiços e vilas em áreas centrais, da segregação das populações pobres e afro-descendentes, das transformações urbanas enfim.

Tempo e espaço vividos na cidade, eis o que abordo aqui. O espaço como tempo cristalizado, materializando relações simbólicas e culturais de habitantes e grupos urbanos, bem como fronteiras e distâncias sociais. Formas cristalizadas, mas sujeitas à ação do tempo. Processos políticos e identitários que por vezes intensificam o trabalho do tempo e das memórias coletivas, familiares e individuais.

1.1 ENTRANDO NA AVENIDA LUÍS GUARANHA



Im. 1

Especialmente, esta “vila” é uma estreita rua sem saída, que se ramifica em pequenos acessos laterais, e curiosamente leva o nome de Avenida Luís Guaranha. Para melhor situá-la, incorporo aqui um trecho de diário do campo em que reconstruo uma caminhada à Luis Guaranha, situando-a em seus arredores, escrito logo após a primeira visita referida no início deste texto:

Quem, como eu, numa ensolarada tarde de inverno na cidade de Porto Alegre, caminha pelo bairro Cidade Baixa, na região próxima à Rua João Alfredo, fronteira com o bairro Menino Deus, depara-se com uma estrutura espacial singular. Ruas e avenidas curvas e tortuosas se cruzam compondo esquinas de angulação variada. Becos e travessas inusitadas se

apresentam ao pedestre, tornando a cada instante o caminho repleto de possibilidades. As construções em geral são baixas. Grande número delas são casas coloridas, com fachadas decoradas que se debruçam sobre as calçadas. Com suas portas e janelas ornadas de eiras e beiras, intercalam-se com alguns novos edifícios de apartamentos. Diversos são os tipos de estabelecimentos comerciais: locadoras de vídeo, padarias, lojas de materiais de construção, bares e restaurantes, botecos, armazéns e fruteiras, casas lotéricas e assim por diante. Há muitas residências, e uma ou outra praça arborizada. Uma orientação espacial precisa neste território revela-se difícil; não é simples traçar um mapa – ainda que imaginário – da região. Permito-me afirmar que se trata de um local de um retorcido tecido urbano, que pouco remete a qualquer sistema de coordenadas ortogonais.

Quem segue a Rua João Alfredo, antigamente denominada Rua da Margem (hoje não se sabe margem de quê), na direção oposta ao centro, depara-se com a Avenida Aureliano Figueiredo Pinto, com suas três pistas em cada sentido e corredor de ônibus no meio, dividindo em dois o tortuoso tecido do bairro. Seguindo-se em frente e atravessando a avenida defronte à Travessa Pesqueiro, encontramos a Rua Barão do Gravataí; tomando seu curso, logo surge a Baronesa do Gravataí, cujo leito inicia-se na junção com a Barão. Seguindo-a por alguns metros, avistam-se crianças brincando pelas calçadas, andando de bicicleta ou jogando futebol, e jovens que em pequenos grupos recostam-se nas muretas e sarjetas adjacentes. Pode-se ler a presença desses jovens como um sinalizador: chegamos ao estreito beco sem saída – cujo fundo ramifica-se em outros becos – que curiosamente leva o nome de Avenida Luís Guaranha.

Erguem-se, nos dois lados da entrada da avenida, duas antigas casas de alvenaria semelhantes, apesar da diferenças de tamanho entre as duas. Na maior delas, à esquerda, um observador atento encontra inúmeras camadas temporais sobrepostas: a antiga arquitetura ao fundo, o “puxado” avançando sobre o espaço da rua, novas janelas e portas abertas em locais onde antes havia paredes; a partir de alguns dos antigos detalhes da fachada que permanecem, se supõe aquilo que deveria ser a totalidade da casa na época de sua construção e saltam aos olhos as intervenções posteriores. Restos de ornamentos sobre portas e janelas, as rachaduras e o limo que recobre as paredes tornam manifesta a passagem do tempo. Sendo a casa à direita de quem olha para dentro da vila bastante menor, a do lado esquerdo revela-se comprida. A mesma fachada abriga várias pequenas casas, cujas divisões internas podemos supor devido às diferentes cores em porções da fachada. Através das janelas abertas,

enxergam-se partes dos pequenos cômodos, seus moradores sentados em suas salas, enquanto uma ou outra criança, ou mesmo adulto, se debruça sobre o beiral para olhar a rua.

Desde a entrada da vila enxergam-se as pequenas casas, justapostas parede a parede até o fim da rua. Homens e mulheres sentam-se defronte às suas casas abertas. Muitas crianças se divertem pela rua; o conjunto de suas vozes ressoa alegre. Não há árvores; apenas uma ou outra se revela por detrás das residências. Residências estas, em sua imensa maioria, baixas e pequenas. Algumas delas possuem apenas uma peça. As construções deterioradas, a pintura desgastada, o telhado danificado, os vidros quebrados revelam a precariedade das condições de vida no local. Entretanto encontramos exceções: há sobrados e casas de três pisos, que, com sacadas e varandas, contrastam com o entorno, indicando que há diferentes níveis sócio-econômicos coabitando o mesmo espaço. Os residentes, no entanto, em geral, são pessoas pobres, muitos deles afro-descendentes. Assim descrevi a Luís Guaranha, pouco depois de conhecê-la, atentando ao próprio ambiente onde está inserida esta comunidade, que atrai a atenção por suas características de ocupação urbana, pela malha viária, pela co-presença de diferentes estilos arquitetônicos e camadas sociais. Uma região próxima ao centro insular de Porto Alegre, fronteira entre Cidade Baixa e Menino Deus - próxima também do bairro Praia de Belas - que, como toda fronteira, não pertence a um lado nem a outro, e a um só passo aos dois. Oficialmente, está situada no bairro Menino Deus, porém para alguns moradores é parte da Cidade Baixa.

Ambos são bairros habitados, no geral, por camadas médias. Segundo dados obtidos no site oficial da PMPA⁵, ambos foram criados pela Lei 2022 de 07/12/59 com limites alterados pela Lei 4685 de 21/12/79. O Bairro Cidade Baixa possui uma População (dados de 2000), de 16.634 moradores, e um rendimento médio mensal dos responsáveis pelos domicílios de 11,20 salários mínimos; Já o Menino Deus possui 29.577 moradores, sendo o rendimento médio mensal de 15,60 salários mínimos. Trago estas estatísticas no sentido de tornar manifesto o fato de que o primeiro bairro é habitado em geral por classes médias com um menor poder aquisitivo do que o segundo – este último um bairro mais “elitizado”.

Cometendo o pecado da simplificação e tipificação, me permito afirmar que a Cidade Baixa é atualmente um bairro boêmio, onde está localizado um grande número de

⁵ www2.portoalegre.rs.gov.br

bares e casas noturnas, habitado em grande medida por jovens, estudantes e universitários. O primeiro, por sua vez, um bairro mais habitacional, caracterizado por sua população idosa.



Im. 2

A Luís Guaranha possui uma área de 5.210,75 m² em que habitam cerca de 400 pessoas. Uma forma de habitação peculiar, que remonta a uma Porto Alegre de becos e vielas em plena região central; uma região obscura em meio às imagens mentais (LYNCH, 1974, p. 18) de grande parte da população da cidade. Muitas pessoas com quem conversei sobre meu trabalho de campo (amigos e pares da academia, da área das humanas ou não, vários deles porto-alegrenses) afirmam não conseguir se orientar quanto à localização da avenida.

A Luís Guaranha é uma avenida, porém o termo aqui assume uma conotação diferente; um sentido que, como afirmei há pouco, diz respeito a uma antiga forma de habitação popular na cidade de Porto Alegre, “desvendada” com o desenrolar de minhas incursões etnográficas, que abordarei mais adiante. A experiência etnográfica vivida indica a

existência de um conceito de avenida como conjunto de pequenas casas de aluguel barato, em ruas que ocupam os miolos das quadras, habitadas por populações pobres – forma de habitação antigamente abundante em tal região da cidade e que foi paulatinamente desaparecendo através dos processos de remoção e remodelação do tecido do bairro. Aos meus olhos, a estrutura espacial da Vila Luís Guaranha remete aos cortiços e senzalas que a historiografia e as memórias pessoais revelam ser anteriormente numerosos em tal região da cidade.



Im. 3

A quase totalidade da área é de posse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, mais especificamente do DEMHAB, sendo os que ali residem apenas ocupantes dos lotes. A ocupação, aliás, se dá através de usufruto familiar, sendo proibidas as vendas e construções sem o aval do órgão proprietário – isso juridicamente, visto que a venda das casas, bem como a reforma e reconstrução das mesmas são práticas recorrentes na comunidade. Inicialmente, os terrenos e as casas eram propriedade particular de Luís Guaranha, um sapateiro que alugava as pequenas casas para populações de baixa renda⁶. Luís Guaranha, que falece sem possuir herdeiros naturais, deixa o terreno e as casas de herança para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, sob a exigência de que, após a sua morte, seria dado o seu nome à Avenida. A Santa Casa continua a cobrar o aluguel pelas casas, porém de forma bastante flexível.

Seu Flávio é um senhor branco, marceneiro, de 74 anos, cabelos grisalhos e um semblante seguro e saudável, que está na Luís Guaranha desde os seus 14. Agora vive fora dali, embora mantenha uma marcenaria na casa onde residiu durante mais de quarenta anos. Por ocasião de uma entrevista, Seu Flávio relatou que quando a entidade resolve cobrar devidamente, de forma pontual, estabelecendo uma imobiliária como mediadora do processo, se dá uma mobilização entre os moradores, que conseguem alterar o quadro junto à Prefeitura Municipal. Na década de 80, a gestão acaba por permutar as terras com a Santa Casa,

⁶ Conforme pesquisa em documentos feita pela historiadora Jane Rocha de Mattos (informação verbal) que trabalha no Museu Joaquim José Felizardo e compôs a equipe do Projeto Quilombo do Areal.

cedendo-lhe em troca uma outra porção de terras. O terreno da Luís Guaranha passa a ser de posse do DEMHAB, e os moradores deixam de pagar aluguel. Mais tarde, assim que os moradores obtiveram a certidão de reconhecimento como remanescentes de quilombo, também o INCRA (uma instituição federal) passou a ser responsável pela área, inviabilizando qualquer ação unilateral por parte dos órgãos municipais.

Cabe mencionar que diversas são as formas de denominar a Luís Guaranha: há referências, no próprio DEMHAB, do local como uma Vila – denominação, no entanto, contestada por parte dos moradores locais, que rechaçam o rótulo pejorativo de “vileiros” que vulgarmente se atribui aos habitantes das vilas. Como afirmou D. Marlene, uma senhora negra, baiana, residente há mais de 20 anos na Luís Guaranha, em uma Reunião da Associação dos Moradores: “Esse dias me disseram que eu morava em uma vila. Eu não moro em vila nenhuma, moro em uma avenida! É muito diferente. Isso aqui é uma rua do centro da cidade!” Em seguida, mencionou uma antiga placa de bronze, que existia dependurada na fachada de uma das casas de esquina, que continha a inscrição “Avenida Luís Guaranha”. É muito comum a referência dos moradores ao fato de que a avenida está contemplada no mapa oficial da cidade, fator diferencial em relação às demais vilas de Porto Alegre - inclusive a comunidade que se situa ao lado da Luís Guaranha, esse local sim chamado de “beco” pelos moradores na linguagem cotidiana.

Há, entretanto, referências à Luís Guaranha, da mesma maneira, por alguns moradores do local (jovens, principalmente) e do entorno, trabalhadores do DMHAB e MJJF, como uma travessa ou um beco. Tal qual a grafia do nome, discutida algumas páginas atrás, tomo, no curso desse trabalho, por motivo de padronização, a denominação Avenida - a forma mais aceita pelo próprio grupo, segundo a soma de minhas experiências em campo; aquela que os distingue dos demais grupos populares da cidade. Do mesmo modo, quando me refiro à Luís Guaranha como “a comunidade”, é mais no sentido de seguir a linguagem corrente entre os moradores locais do que de afirmar qualquer pretensão homogeneizante através desse termo que já foi alvo de tanta polêmica nas ciências sociais⁷. Retornarei a essa questão no decorrer do trabalho. Cabe agora retornar à etnografia, situando-a em meio à complexidade de agentes, papéis sociais e discursividades que se cruzam nesse campo de pesquisa, valorizando a pluralidade de vozes que compõem esse cenário (CLIFFORD, 2002; RABINOW, 1999). Como sugere James Clifford, buscarei ressaltar os aspectos intersubjetivos da pesquisa, no sentido de uma experiência comum partilhada por sujeitos.

⁷ Cf. OLIVEN, 1980.

1.2. DUAS REUNIÕES PARADIGMÁTICAS

Passo a reconstruir duas experiências de campo que acredito serem paradigmáticas no sentido de tornar explícita a presença dos poderes públicos na Avenida Luís Guaranha. São importantes, também, em relação à minha própria etnografia, já que na primeira delas, ocasião em que estava presente o DEMHAB, apresentamos aos moradores da Luís Guaranha o projeto Quilombo do Areal, consistindo em um de meus primeiros contatos densos com este campo, onde teve início a pesquisa que dá origem ao presente trabalho; a segunda, quase um ano e meio depois, uma reunião entre membros da comunidade e um representante do INCRA, cuja pauta referia-se à titulação das terras do Quilombo do Areal.

Muitas coisas mudaram nesse intervalo de tempo - na própria avenida, na constituição da Associação dos Moradores, no meu próprio olhar sobre o campo dado o envolvimento com a vida daquelas pessoas. Trago então essas situações, sob a forma de uma descrição densa (GEERTZ, 1997, p. 15), buscando demonstrar as complexas relações entre a comunidade, os poderes públicos e os pesquisadores. Vamos à primeira delas.

Depois de conhecer a Luís Guaranha em conjunto com alguns membros do projeto Quilombo do Areal, cabia iniciar o trabalho propriamente dito. O envolvimento entre moradores da avenida e MJJF está consolidado há tempo. A instituição inclusive cedeu seu espaço físico para reuniões entre comunidade e órgãos públicos. A dissertação de mestrado de Jane Rocha de Mattos, uma pesquisa histórica sobre o Areal da Baronesa (MATTOS, 2000), foi elemento fundamental de respaldo para o auto-reconhecimento da comunidade como Comunidade Remanescente de Quilombos. Restava, portanto, apresentar os demais membros da equipe⁸ e a proposta do projeto, o que se sucedeu em reunião na sede da Associação dos Moradores da Avenida Luís Guaranha.

No início de uma noite de terça-feira, dia 10/08/04, eu retornava à Luis Guaranha em conjunto com a numerosa equipe. Além de membros do projeto e da comunidade, estavam presentes representantes do DEMHAB. Quando chegamos, as pessoas esperavam por nós em frente à sede. A diferença entre os dois grupos era visível, pelas vestes, pelos modos de se portar, pela reunião em pequenos grupos: vizinhos conversavam, os técnicos reunidos aguardavam. O quorum não era grande, apesar de o tema em discussão ser de profundo

⁸ Equipe composta por Helena Vitória dos Santos Machado (MJJF, arquiteta, coordenadora do Programa Patrimônio Imaterial e Titular do GT Quilombos Urbanos pela SMC), a arqueóloga Fernanda Tocchetto (MJJF), o estagiário em pesquisa arqueológica e histórica Paulo de Tarso Garcez dos Santos (MJJF), a coordenadora de projetos de educação patrimonial e ativista cultural da SMC Marise Ventimiglia, e o historiador José Antônio dos Santos (oficineiro de Educação Patrimonial), além de Jane e eu.

interesse da comunidade: seriam debatidas as construções, por parte da prefeitura municipal, de algumas novas casas na comunidade, bem como a reconstrução da sede da Associação Comunitária da Avenida Luís Guaranha – demandas pleiteadas pela comunidade no Orçamento Participativo da PMPA de 1997. A pequena sede, aliás, não estava em boas condições. Vidros e telhas quebrados, paredes rachadas e manchadas pela umidade, estruturas de metal, tocos e caibros encostados em todos os cantos. Grandes buracos no telhado de zinco tornavam claro que não havia proteção contra chuva ali dentro. Entramos e nos acomodamos; formou-se um círculo, pessoas sentadas em bancos, banquetas e cadeiras dos mais diversos tipos. Apenas os técnicos do DMHAB e Cláudia, a presidente da Associação, se situaram detrás da mesa ao fundo da pequena sala; no extremo oposto, diversas pessoas da comunidade permaneciam de pé ao lado da porta que dava para a rua.

A reunião teve início com o relato dos membros do DEMHAB, cujo conteúdo era o que trazia grande parte das pessoas da comunidade à ocasião. Eu me questionava sobre como seria a minha participação, como eu poderia separar o trabalho relativo à secretaria da cultura (MJJF) e meu trabalho de campo para o mestrado em antropologia social. Se tudo corresse bem, eu pretendia firmar na comunidade o meu campo de estudos sobre as transformações no tecido urbano da cidade de Porto Alegre. Mas como manter as esferas separadas? Na ocasião da reunião, eu me encontrava descobrindo tanto feições da comunidade quanto aspectos de suas relações com os poderes públicos municipais. E era como um representante dos poderes públicos que eu estava ali, pensava comigo. Certamente numa posição diferente dos membros do DMHAB, cuja intervenção na comunidade era direta. Porém também eu adentrava na vida da Luís Guaranha através de uma pesquisa sobre a história e as memórias do local. Aquela reunião, portanto, era uma ocasião de descoberta. Tratava-se de uma forma de observação participante, ou quem sabe de uma participação observante.

Os técnicos do DEMHAB, que iniciaram a reunião, mencionavam a impossibilidade de execução de tudo aquilo que estava previsto, e o fato de que, ao menos num futuro próximo, apenas as obras da Associação dos Moradores poderiam ser executadas. Por conta da verba escassa naquele final do governo petista do prefeito Raul Pont, não havia dinheiro para a construção das doze unidades habitacionais. O que me chamava atenção na fala destes técnicos era o fato de eles se colocarem como representantes da prefeitura municipal, estando incumbidos da “urbanização a vila”. Mencionavam a precariedade das condições de vida da população, respondiam questões dos presentes e reiteradamente realçavam o papel do DEMHAB em trazer o que consideravam as mínimas condições de desenvolvimento para a comunidade: água, esgoto, moradias “decentes” e assim por diante. O que me intrigava,

naquele momento, era a recorrente expressão “urbanizar a vila” empregada pelos técnicos. Por detrás dessa mera expressão eu percebia um conceito de cidade. Ora, se eles estavam incumbidos da tarefa de urbanizar a vila, isso significava que a vila anteriormente não era urbana. E, dessa forma, percebe-se que se concebe a cidade, simbolicamente, como território onde certas porções são urbanas e outras não, ou certas populações vivem de forma urbana e outras não – e isso independentemente de proximidade ou distância do centro. Os critérios para definir o que era e o que não era urbano no discurso daqueles técnicos parecia claro. O urbano é aquilo que “sofreu progresso”, intervenção dos poderes públicos. Assim, as vilas, regiões pobres e locais de formas de vida “arcaicas” não parecem ser enquadrados em tal categoria. Era necessária a intervenção por parte da prefeitura no sentido de torná-la “parte da cidade”. A meu ver, estava manifesta a mentalidade dos antigos reformadores e higienizadores urbanos, que se incumbiram de destruir as feições de uma cidade imunda, banindo tudo o que significasse arcaísmo e atraso. Acabou-se com a Ilhota e o Areal da Baronesa; destruiu-se a cidade dos cortiços nas regiões centrais, e isso permanecia, manifesto naquela reunião de que eu participava. É claro que a melhora nas condições de vida da população era imprescindível. O prédio da Associação estava ruindo. As casas que seriam demolidas e reconstruídas quando houvesse recursos também. Estou apenas questionando os conceitos contidos nas falas dos representantes dos órgãos públicos.

Os técnicos afirmavam a necessidade de os moradores locais informarem o órgão quando pretendessem realizar qualquer modificação nas casas em que residiam – posse do DEMHAB e de usufruto das famílias de moradores, que apenas dispõem das casas, e, portanto, teoricamente não podem reformá-las, reconstruí-las ou vende-las, o que conforme afirmado anteriormente, não coincide nem de longe com a prática observada na Avenida. Manifestavam, assim, a tentativa de controle público do arranjo cotidiano local e sua organização espacial, citando exemplos de grades colocadas sobre as calçadas da rua, portanto fora dos padrões permitidos pelas diretrizes do DEMHAB. De acordo com David Harvey (1989, p. 187), uma fala que evidencia a tentativa de dominação da organização e dos usos do espaço da Avenida Luís Guaranha por parte dos poderes públicos.

O texto de Harvey, acima citado, permite traçar algumas reflexões interessantes sobre a postura do órgão público municipal responsável pela região, e as representações abstratas de espaço que busca imprimir, racionalizando-o, homogeneizando-o e objetivando-o. De acordo com o autor, profissionais como arquitetos e engenheiros buscam racionalizar os fragmentos desconexos de espaço, impondo coerência ao sistema como um todo; seu papel

dominante seria crescente conforme as reformas urbanas adquirem importância política. O controle sobre o espaço, nesse sentido, torna-se fundamental para a reprodução das relações assimétricas de dominação. Dinheiro, espaço e tempo são princípios que organizam as interações cotidianas e a distribuição desigual de poder. Por detrás da aparente neutralidade envolvida no poder de organização espacial, o Estado - e demais agentes envolvidos - dá forma à reprodução das desigualdades sociais.

Tão logo os representantes do DMHAB terminaram de responder as dúvidas dos presentes, bateram algumas fotografias e se retiraram. Ficamos nós, do Museu, para explicar o que estaríamos fazendo ali nos próximos meses: algo que nem nós tínhamos claro. Helena, coordenadora do projeto, mencionou o trabalho com as histórias e memórias do lugar: afirmou ter ouvido que, há algum tempo, alguém da comunidade cavava um buraco por algum motivo e encontrou objetos antigos no pátio de sua casa. Os moradores presentes, então, entraram num grande alvoroço: debateram a descoberta mencionada, e passaram a se referir sobre elementos importantes, que interpretei como alguns ancoradouros da memória coletiva, elementos que, conforme Maurice Halbwachs (1990, p. 14), recompõe magicamente o passado e definem as múltiplas experiências de tempo do grupo: a antiga placa de bronze que havia na esquina e foi roubada, a posição exata de uma caixa d'água de metal, reluzente, que podia ser avistada de longe, que existia onde hoje está a Sede da Associação e foi demolida, entre outros. Bens que não existem mais concretamente, porém permanecem na memória coletiva do grupo, profundamente carregados de valor simbólico em relação ao espaço que habita. A placa de bronze que apresentava a avenida ao passante; a caixa d'água reluzente, que podia ser vista de longe.

Em meio a esse grande êxtase, Marise tomou a palavra e, num modo performático, didático e pausado, afirmou a importância das memórias, das histórias, do patrimônio do lugar. Todos que antes debatiam acaloradamente, e em êxtase repassavam aspectos da memória coletiva local, calaram-se para ouvir alguém que parecia estar ali para ensiná-los sobre a importância de seu passado. Assim, depois de mais alguns relatos, terminamos nossa apresentação e pedimos licença, e ao mesmo tempo auxílio, para realizar o trabalho. Fomos bem recebidos. O primeiro contato estava estabelecido. O desafio seguinte era iniciar o trabalho.

Um pequeno lapso temporal, e passo agora a descrever a segunda reunião, quase um ano e meio depois, entre a comunidade e um representante do INCRA, em que foram dados os

informes sobre a situação da Luís Guaranha no que tange à regularização fundiária do terreno que ocupa através da política quilombola.

Seis horas da tarde de uma quarta feira de muito sol em Porto Alegre, dia 08 de dezembro de 2005. Como era verão, o dia ainda estava dia claro. Cheguei à Guaranha para a reunião com o “rapaz do INCRA”, como Gessi – uma senhora negra, de cerca de cinqüenta anos, então presidente da Associação dos Moradores - havia me avisado na semana anterior. Ela passara de vice-presidente para presidente da Associação, já que Cláudia, a ex-presidente, que desde o início do Projeto Quilombo do Areal esteve ausente das atividades, abdicou do cargo ao deixar de morar no local. Eu vinha refletindo sobre qual seria a reação dos moradores quando soubessem que a titulação das terras via política quilombola seria coletiva, em nome da associação, e não escritura particular para cada morador. Na semana anterior, conversava com as amigas Gessi e Dona Maria, uma senhora negra, de mais de 80 anos de idade, residente na Luís Guaranha há mais de 20. Esta senhora comemorava o fato de finalmente ter sido iniciada a reconstrução da sede da Associação, depois de anos de expectativa, e dizia a Gessi que o próximo passo deveria ser a escrituração das casas em nome dos moradores, afirmando que na época em que pagavam aluguel à Santa Casa, tudo era mais tranquilo, eles tinham garantia de que aquilo era deles. Agora, com os terrenos de posse do DEMHAB, ela se sente insegura sobre a permanência no local.

Cheguei pouco depois das seis e fui direto ao fundo da avenida. Como a sede da associação estava em obras, as reuniões estavam sendo feitas na rua, defronte à casa de Gessi, cada morador trazendo bancos e cadeiras para si e para os convidados. Dirigi-me diretamente ao pequeno grupo que começava a se formar. Gessi, Helena (membro do Projeto Quilombo do Areal, que após seu término continuou visitando regularmente o local, desenvolvendo atividades através da ONG Ação Cultural Kuenda), Dona Rosa, Dona Célia, Alemão, Dona Maria, Bete, Bia, Édina... Muitas mulheres e alguns poucos homens – um fator que é constante em relação à mobilização em torno da Associação dos Moradores e da política quilombola atualmente. Notei um homem que não conhecia conversando alto ao celular um pouco distante do grupo. Perguntei a Gessi, ela respondeu que se tratava do tal rapaz do INCRA. Enquanto ele conversava, as pessoas chegavam para a reunião, para ver o que estava acontecendo e se informar sobre a questão das terras. Em torno de nós, as crianças brincavam de amarelinha com uma moeda.

Henrique Martins terminou sua conversa e se apresentou para o início da reunião. Afirmou que estava ali como funcionário público, representando o órgão em que trabalha, mas fundamentalmente atendendo a uma demanda da própria comunidade. Ali, ele

representava o Estado. Iniciou dizendo que iria esclarecer passo a passo o que seria feito com a comunidade a partir de então pelo órgão. Em seguida, prosseguiu comparando a situação da Luís Guaranha com a do quilombo da Família Silva – uma comunidade negra que habita uma porção de terra no bairro Três Figueiras ilhada entre altos edifícios e condomínios de luxo. Disse que no domingo próximo, o Presidente do INCRA, o Ministro da Reforma Agrária e outras autoridades viriam a Porto Alegre reconhecer oficialmente a Família Silva como “Comunidade Remanescente de Quilombos”, passando então a reconhecer o seu território como um direito – primeiro passo para a concessão da propriedade definitiva da terra. Realmente, em dezembro de 2005 a Família Silva tornou-se o primeiro quilombo urbano oficialmente reconhecido no Brasil. A partir desse reconhecimento, segundo Henrique, seria iniciado o processo de “desintrusão” da área, ou seja, de “limpeza” do local para titulação definitiva: concessão de indenização a quem está em local inadequado, não pertence à comunidade, etc. Como essa área é garantia de permanência da comunidade, afirmou claramente, não se pode vender, trocar, alugar, penhorar. “O mesmo processo será feito na Luís Guaranha”, disse.

Henrique falou também da criação, na câmara dos vereadores, do conceito de “Área de Interesse Cultural” do município, lei que deve ser sancionada em breve pelo Prefeito José Fogaça (PMDB). O técnico afirmou que, se o Silva será provavelmente a primeira área a ser contemplada nessa figura jurídica, pretende trabalhar para que a Guaranha seja a segunda. Afirmou que o INCRA estava fechando convênio com a UFRGS para a realização do Laudo Histórico-antropológico sobre a área – o laudo como uma comprovação científica de que a Luís Guaranha é área de resistência negra. Afirmou que no momento em que se passasse a construir o laudo, se iniciariam entrevistas, buscando a história de cada família ali, a forma como vivem, incluindo evidentemente um levantamento sócio-econômico. Tais iniciativas visando à criação de um “retrato” da comunidade que forneça subsídios para as ações legais. Fiquei pensando na implicação de minha pesquisa na realização deste laudo – em que contribuí, em que problematiza?

Em seguida, Henrique retomou o polêmico assunto da venda, aluguel e troca das casas na Luís Guaranha. Disse que as pessoas que venderam, e principalmente as que compraram terão prejuízos ao final do processo, uma vez que terão que definir a área e o patrimônio será coletivo – a partir desse ponto da reunião, creio que a palavra mais repetida pelo técnico foi “patrimônio”. Disse que a Associação registrará em cartório o reconhecimento da posse individual das casas, e que cada um terá a garantia de sua posse através desse mecanismo. Assim, irão reconhecer a propriedade antes da venda e compra das

casas. Mas como, pensava, se as pessoas vieram morar ali justamente porque as casas eram de aluguel barato, e assim foram ficando, trocando e vendendo as casas, desde quando a propriedade passou ao DMHAB? Como vão definir quem é e quem não é dali? Qual será o recorte temporal tomado para a afirmação definitiva de uma ordem espacial? Vão convocar de volta os antigos moradores que já haviam saído do local? Quem seriam os estabelecidos e os *outsiders*?

Henrique afirmou novamente que a propriedade será coletiva com o usufruto familiar. Penso: o que muda de fato, legalmente, através desse processo de titulação, é a posse em nome da comunidade e não do Estado⁹. Ele insiste no fato de que será realizada uma “volta no tempo” para a demarcação das terras, e que a perda, por parte de alguns, pode ser total e não tem volta, pois o INCRA não reconhecerá outras formas. “A lei diz que a terra passará a ser coletiva, e esse é o acordo... fica como herança ‘eterna’ para os filhos, netos e bisnetos dos moradores”, afirmou Henrique. “Volta no tempo”, “herança eterna”: lembro ter refletido na ocasião que através dessa política se está cristalizando essa forma de vida na cidade, garantindo sua permanência face à corrosão da matéria da cidade pelo tempo (ECKERT e ROCHA, 1998, p. 252). Justamente o que eu tenho trabalhado e verificado na Luís Guaranha através da observação da efervescência daquele lugar, o fato de ele estar, como a cidade, em constante processo de construção, em fluxo, em movimento conforme o devir das vidas dessas pessoas, suas idas e vindas, seus itinerários, suas trajetórias, suas dinâmicas familiares.

O técnico, que tomou para si a palavra durante um longo tempo, expondo as condições e deixando às claras as formas da ação política que se está delineando para a comunidade, afirma saber que é um processo complicado, mas que é assim.... Diz que estão assinando termo técnico de cooperação com a prefeitura, visando melhorar as ações que cabem às instâncias municipais: água, luz, esgoto e etc. Reitera novamente que esse não é o papel do INCRA: seu papel é o de reconhecer, demarcar e titular as terras, dar a propriedade para a comunidade. Esse processo, segundo ele, não tem volta. Assim, explicou que, se o Silva terá 90% do seu processo atingido no domingo, 2006 iniciará o da Guaranha. Segue ele:

⁹ Afora toda a questão simbólica e as vantagens correlacionadas, não diretamente referentes à questão da terra, como fica claro através do Programa Brasil Quilombola, criado através da integração de 21 ministérios e secretarias (Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, da Educação, da Comunicação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial de Direitos Humanos, etc.) com medidas políticas exclusivas para a melhoria das condições de vida das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Fonte:

http://www.presidencia.gov.br/seppir/informativos/images02_dez/relatorioparcial2005.pdf consultado em 22/12/2005

“Ninguém mais vai tirar essa terra de ninguém”, afirmou. E, segundo ele, não cabe ao INCRA dizer quem é quem ali, quem diz é a comunidade. Então, disse que o laudo será um livro sobre a comunidade, que a pesquisa vai demorar quase um ano, mas que depois vai fornecer tranquilidade para que os moradores façam planos para muito tempo. Novamente noto a exacerbação dessa dimensão temporal no que ele afirmava: segurança, tranquilidade, estabilidade à custa dessa política patrimonial.

Em seguida abre para perguntas dos participantes. Alemão, homem branco de cerca de 40 anos, morador da Guaranha há poucos anos, residente em uma casa que seu pai mantinha sob aluguel, apesar de não morar ali, perguntou: “Então vão demolir as casas e construir casas populares?”, preocupado com quem iria morar com ele, como seria a reconfiguração do espaço da Luís Guaranha a partir dessa ação política. Henrique responde: “Não falei em casa, falei em território!”, afirmando que o INCRA responde pelas questões da terra, e não de política habitacional. Ele afirma que com o usufruto, as famílias poderão fazer o que quiserem como suas casas, desde que não vendam a terra.

Então, torna ao Silva: 12 famílias negras no lugar mais caro da cidade. Cada casa ao lado, segundo ele, custa 1,5 milhões de reais, mas eles estão lá há quase 70 anos. Diz que o telefonema que recebeu antes era de um dono de imobiliária que oferecia ao pessoal do Silva 12 casas muito boas, com escritura e tudo, na Restinga, dizendo que forneceria inclusive uma Van (veículo utilitário que comporta grande número de passageiros) para que os moradores pudessem ir e voltar do centro de Porto Alegre. Lembro-me da afirmação de Seu Flávio, antigo presidente da Associação dos Moradores, que afirmou para mim que mais de uma vez foi procurado para proposta de compra da área da Luís Guaranha, sendo oferecida em troca uma área com casas no Beco da Fumaça, longe do centro de Porto Alegre. Henrique afirmou que Luís Guaranha não é igual ao Silva, mas que aquele ponto da cidade estava longe de ser barato. Os participantes murmuraram respostas curtas sobre isso: “não é mesmo!”, “Olha os prédios aqui em volta!”, e assim por diante.

Alemão toma novamente a palavra para dizer que isso até demorou, já que aquela foi uma das primeiras vilas da cidade, que consta nos mapas, que ali foi o berço do samba e dos carnavais. Murmurinho. Algumas pessoas ao meu lado discordam, e depois me dizem que ele está ali há pouco tempo e que não sabe como foram as coisas. Uma situação que remete a Norbert Elias (2000) e a relação entre estabelecidos e outsiders a partir de uma dimensão de tempo de habitação no local. Assim, questionava-se ali quem tem e quem não autoridade para falar do passado do lugar.

Helena toma a palavra para dizer da importância da Guaranha para Porto Alegre. Repetiu, assim, um discurso que já havia feito em outras ocasiões, que aponta para fora dali, para a consciência histórica que esses moradores devem ter em termos da cidade como um todo para se valorizarem como parte importante disso. Entendo, mas creio que essa visão patrimonial quer, ainda que implicitamente, frear a ação do tempo. Pensam antes na cidade do que nas vidas daquelas pessoas. Por um lado, penso ser importantíssimo que se mantenha aquele modo de vida; por outro, vejo que o “patrimônio” quer dizer tirar aquilo das pessoas que ali estão e jogá-lo para a cidade, para o Brasil. Helena prosseguiu, falando dessa rua, como foi constituída e por que deve ser preservada. Pesquisar que história foi essa, a importância do “quilombo” nisso. Aponta para o samba, a Ilhota, para as questões culturais que correm paralelas à questão da terra. Henrique retoma a palavra novamente para reiterar o que eu estava pensando, quando diz: Esse patrimônio não é só de você, é da cidade. E eu, como sou ‘enxerido’, quero um pedacinho disso também!” Fala que nosso futuro deve estar baseado em nosso passado, em nossa história, e daí a importância de preservar.

Então um homem alto e magro, de barba grisalha, que chegou durante a reunião, pede a palavra: fala da dispersão da etnia afro do centro de Porto Alegre, e da importância do Areal nisso. Um discurso intelectualizado, que não fecha com as falas cotidianas dos moradores dali que estou habituado a ouvir. Eles falam do lugar sim, mas não geopoliticamente como este rapaz, e sim afetivamente. Gessi depois me diz que é Guarnieri, um amigo, funcionário público da prefeitura, que a ajuda em tudo o que pode. Ele fala da Ilhota, como sempre dizendo que foi onde nasceu e se criou Lupicínio Rodrigues - esse é um complemento como que natural à mais simples das referências à Ilhota, creio que já assentada na memória coletiva da população porto-alegrense - como uma referência no processo de expulsão dos negros das regiões centrais. A partir daí, segundo ele, os negros se espalharam em pequenas vilas – “tudo diáspora da Ilhota”. Pergunta a Henrique se há possibilidade de consolidação de núcleos quilombolas em cada um, ao que Henrique responde lembrando que o critério primordial para o reconhecimento dos remanescentes é a auto-atribuição. Fala dos terreiros em Salvador que querem se reconhecer como quilombos, fala dos quatro quilombos urbanos em Porto Alegre (além da Luis Guaranha e da Família Silva, ainda há o dos Alpes e o da Serraria). A comunidade é que deve descobrir isso, não cabe ao estado. Guarnieri afirma que as vilas todas estão em áreas públicas, e a importância do reconhecimento quilombola como uma garantia contra as políticas públicas de remoção, por exemplo.

Henrique então pergunta se há dúvidas, todos respondem que entenderam tudo. Ele se despede e vai. Ao contrário do que eu previa, não senti grandes polêmicas sobre a questão

da posse e da venda da terra, creio que Gessi tinha razão quando me dizia, outro dia, de que todos sabiam que estavam errados ao fazer esse tipo de negócio. Não houve manifestações contrárias. A dúvida que me resta é: se, de acordo com Henrique vai haver um volta no tempo, qual será esse tempo escolhido como legítimo, já que a própria Gessi me disse que chegou ali conseguindo uma maloca que trocou por um bujão de gás e mais uma parte em dinheiro? Se antes eram casas de aluguel, passaram a ser do Estado, mas as práticas de venda desde então são constantes. Quem, então, tem direito à terra? Apenas os que pagaram aluguel, quando as terras ainda não eram do DEMHAB, como me disse Seu Xavier? Como definir quem é e quem não é estabelecido? Não pretendo resolver essas questões, mas permanecer atento em como serão definidos esses critérios durante o processo: a política de patrimonialização e a necessidade de se definir uma ordem a ser registrada.

Trouxe essas duas situações de campo, buscando reconstruí-las sob a perspectiva de uma descrição densa (GEERTZ, 1997, p. 15), para trazer ao leitor a dimensão do cruzamento de discursividades, esferas institucionais e políticas que permeiam esse campo de estudos. Políticas urbanísticas pelo DMHAB (de controle das práticas de espaço, de fornecimento de melhores condições de vida para a população), políticas patrimoniais pela SMC, políticas fundiárias pelo INCRA. Tudo isso inserido no hiato entre a Avenida – ou Vila – Luís Guaranha e o Quilombo do Areal. Pobres urbanos em uma região central de Porto Alegre. Transformações urbanas que levam esta zona, antes periférica, a tornar-se porção central da cidade. Situação da qual emergem processos de segregação e higienização das áreas centrais. Entretanto, sobram resquícios das antigas formas.

Assim, a trajetória histórica da Luís Guaranha é apropriada de modo a se reavaliar a avenida sob a bandeira da resistência a esse processo, como território negro, fundamental em relação ao patrimônio da cidade de Porto Alegre - não só para os moradores, mas fundamentalmente para militantes do Movimento Negro, membros de ONG's e afins, órgãos municipais como a SMC e o próprio DMHAB. Nesse bojo, torna-se marcante o processo de rememoração por parte dos moradores. Da mesma forma, os debates, embates e repasses dos elementos que constituem a identidade do lugar face à cidade e, por uma relação de pertença, dos próprios moradores à avenida, em suas múltiplas trajetórias individuais e familiares. Tudo isso induz a ampliar a escala de análise e pensar nessa situação social, em sua pluralidade de vozes – em que a minha voz é apenas mais uma – sob a ótica de um quadro mais aberto (em uma metáfora com o dispositivo imagético), ampliando a escala interpretativa e tratando-a em relação a processos nacionais e mesmo globalizados.

1.3. SOBRE A COMPLEXIDADE: O CAMPO REPLETO DE VOZES

Muito se tem produzido acerca dos processos de globalização e homogeneização cultural, de ocidentalização das culturas em uma escala planetária, ao mesmo tempo em que acompanhamos inúmeros exemplos de fortalecimento dos particularismos e regionalismos, de insurgências étnicas e retomadas de tradições tidas como extintas. Assim sendo, pode-se afirmar que nossas sociedades tornam-se cada vez mais complexas e, nesse sentido, o trabalho dos cientistas que buscam analisar e compreender os grupos humanos deve acompanhar os debates que giram em torno das contradições entre homogeneização e heterogeneização cultural. Diante de um quadro como este, conforme salientam Appadurai (1994, p. 322), Hannerz (1996, p. 11-12) e Sahlins (1997, p. 123), torna-se cada vez mais evidente que a cultura e as identidades dos grupos são processos contínuos, construídos em meio a tensões, conflitos, diálogos e embates.

Este campo de pesquisa, então, me conduz ao cerne dessas contradições e tensões que envolvem diversos campos de nossa sociedade: o jurídico, o acadêmico, o das instituições governamentais e das ONG's e o senso comum. Conforme Hannerz (1996, p. 29), estes fluxos entre discursos acadêmicos e não acadêmicos são uma das marcas de nossa condição social complexa. E é justamente essa diversidade que venho estudando: o que interessa são os consensos e dissonâncias entre versões acerca do passado da região e do processo de transformação de suas configurações espaciais e populacionais ao longo do tempo – tendo em vista que as formas de interpretar e mobilizar as memórias do grupo emergem conforme uma situação atual (BACHELARD, 1988, p. 38; CUNHA, 1986, p. 101). São importantes para este campo, então, questões como a modernização dos usos do espaço urbano e o processo de saneamento e higienização das áreas centrais - o ímpeto pelo progresso durante o séc. XX. Entretanto, a despeito de um suposto processo de homogeneização e racionalização dos usos do espaço na metrópole - e este é um dos elementos centrais que pretendo salientar aqui - restam vestígios e pistas das antigas feições da trama urbana, em meio às configurações ditas modernas - o que torna evidente o processo de hibridização¹⁰ no que tange ao próprio espaço. Voltarei a isso mais adiante.

Cabe agora enfatizar que a tensão central a ser aqui ressaltada é o quadro complexo de cruzamento de discursividades e esferas institucionais no qual construímos nossas etnografias, e as possibilidades que a experiência etnográfica nos fornece no sentido da compreensão deste mesmo quadro. Em uma metrópole como Porto Alegre, crescentemente

¹⁰ Recorro ao texto de Hannerz (1996), que enfatiza a imagem do híbrido em nossa atual realidade social.

cosmopolita e globalizada, emergem diversidades e ressurgem identidades locais, floresce o multi-culturalismo. Conforme afirma Sahlins (1997, p. 132), diante da suposta homogeneidade cultural em nível global, explodem as identidades específicas e locais, ressurgem tradições e costumes em meio a processos de mudança histórica e cultural. No que se refere à temática quilombola, em relação à realidade nacional se dá o mesmo, já que, como afirma Boaventura Leite (1999, p. 131) - referindo-se a Renato Ortiz - contrariando a suposta miscigenação da nação brasileira e o efeito homogeneizador dessa identidade mestiça, o conceito de quilombo vem sendo empregado como forma de explicitar o quadro de exclusão social das populações negras no Brasil.

Em um cenário mundial onde os debates relativos aos Direitos Humanos ganham cada vez mais destaque, a política brasileira abre espaço, através do art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, voltado aos processos envolvendo a questão da terra pertencente a comunidades negras, para o campo de reflexões relativo à cidadania e desigualdade social e racial, no qual o conceito de quilombo "... alude a uma 'dívida' que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão" (LEITE, 1999, p. 134). Sendo este o pensamento corrente quando da definição do artigo, prossegue autora, nas décadas seguintes o número de comunidades que se auto-reconhecem como remanescentes e demandam titulação de terras é imenso, ao contrário das projeções iniciais, quando se acreditava no surgimento de um ou outro caso isolado. São inúmeras as comunidades que aderem ao processo de retorno às origens para propor identidades afirmativas, que politicamente estão atreladas à busca de manutenção da diversidade cultural e das identidades específicas diante dos processos de globalização e heterogeneização cultural. Para Sahlins (1997, p. 127) iniciativas político-culturais voltadas à obtenção de um estatuto de cidadãos com direitos adicionais.

Extrapolando os limites do isolamento geográfico a que o conceito de quilombo alude no imaginário popular brasileiro, surgem em Porto Alegre duas das primeiras comunidades urbanas que buscam se beneficiar dessa política afirmativa: a Família Silva e a Luís Guaranha. Mais tarde, outras duas comunidades emergem na mesma cidade: o Quilombo dos Alpes e o da Serraria. Conforme Sahlins, "pela própria natureza da cidade enquanto organismo social complexo, as relações entre as pessoas deveriam se tornar impessoais, utilitárias, secularizadas, individualizadas e variamente desencantadas e destribilizadas." (1997, p. 114). Ora, as experiências das comunidades a que nos referimos são duas das primeiras em território urbano no Brasil, e como tal, não poderiam deixar de atrair enorme curiosidade e gerar imensa polêmica: o reconhecimento é ou não legítimo? E, pelo que

demonstraram minhas experiências etnográficas na Luís Guaranha, estes questionamentos não são menores no seio da própria comunidade. Mas estes casos demonstram que formações étnicas e identidades territorializadas podem persistir e se fortalecer no meio urbano, em contraponto ao julgamento prévio de que reinam na vida das grandes cidades a impessoalidade e o individualismo. Segundo Sahlins (1997, p. 119), há formas de vida que possuem um caráter espacialmente centrado, contrariando a idéia de desterritorialização. Na Luís Guaranha percebo a existência de uma identidade territorializada, alicerçada não apenas na avenida em si, mas no território histórico, imaginário e mítico do Areal da Baronesa.

No entanto, os moradores da Luís Guaranha estão longe de formar uma comunidade homogênea e coesa; a etnografia na Avenida Luís Guaranha tornou evidente existência de identidades fragmentadas, desarranjos e tensões entre pessoas da comunidade, sub-grupos geracionais e de gênero, além de outros formados a partir das visões de mundo e práticas sociais de seus membros. Sem dúvida, verifico que há um forte sentimento de pertença por parte dos moradores ao local. E está sempre presente a referência ao Areal da Baronesa, o antigo território dos escravos, hoje já bastante descaracterizado de suas feições originais. A questão da terra norteia o movimento político surgido nos últimos tempos entre os moradores da Luís Guaranha, dentre os quais a mobilização da identidade quilombola é a última faceta.

O processo de auto-reconhecimento como remanescentes de quilombos, que teve início em 1998, veio justamente no sentido de garantir a titulação das terras em nome da comunidade, já que parte dos moradores teme uma possível ação de despejo por parte da Prefeitura. Esse reconhecimento, entretanto, não se deu de forma “espontânea”, por assim dizer, mas mediado por políticos e por militantes do Movimento Negro. Conforme ouvi de Gessi, “Nem a gente sabia que isso aqui era um quilombo...”. Ainda segundo ela, “... a gente pegou carona no que estava acontecendo com o pessoal do Silva”, referindo-se ao Quilombo Família Silva. Por conta de a comunidade estar sofrendo forte repressão policial, tendo havido mortes no percurso, bem como pressões no campo da especulação imobiliária para deixarem o local, membros do DEMHAB, militantes e membros de ONG's aconselharam aos moradores da Família Silva a garantia de sua



Im. 4

permanência no local através da política quilombola. E, em meio a isso, a Luís Guaranha foi lembrada como um possível “território de quilombo”. Segundo Gessi, a proposta chegou à Associação e “Graças a Deus a gente tinha a dissertação da Jane pra nos apoiar!”¹¹. Nesse sentido, afirmam o status de remanescentes de quilombo recorrendo não apenas à memória coletiva dos moradores, mas também a trabalhos científicos que remontam à história da localidade. Valem-se de uma imagem da região que habitam como mataria, repleta de capões e vegetação densa, em uma Porto Alegre ainda com feições de vilarejo, para afirmar uma forma atual de habitar a cidade. A partir desses elementos, ainda de acordo com Gessi, foi necessária a coleta de 5 assinaturas de moradores locais para o envio do processo à Fundação Palmares, que forneceu o certificado de auto-reconhecimento.

O que se pode perceber em relação a este processo é, por um lado, a não necessidade de participação maciça da comunidade para sustentar a demanda, e por outro, a incorporação de categorias jurídicas no sentido de se repensar identidades locais e obter benefícios políticos - no caso, a garantia do direito à terra, e, assim, de permanência no local onde residem. De qualquer modo, o discurso de antropólogos, historiadores e movimentos políticos é mobilizado para se colocar “em pauta” assuntos polêmicos tais quais a própria noção de quilombo, a situação de exclusão social no Brasil e o racismo para com as camadas afro-descendentes - mesmo que as identidades jurídicas não correspondam necessariamente às identidades correntes, alicerçadas no sentimento de pertencimento ao local. Através de todo esse debate, se repensa o papel do escravo na sociedade brasileira, as trajetórias da população negra em Porto Alegre, e busca-se a preservação da memória do Areal da Baronesa - em termos benjaminianos, uma luta contra o esquecimento dessa faceta do passado da cidade (BENJAMIN, 1980, p. 66-67). Toda essa discursividade é incorporada, ao menos por um segmento da população da Luís Guaranha, e passa a fazer parte, quer por aceitação ou por negação, da constituição identitária do grupo. No dizer de Hannerz (1996, p. 29), nossa sociedade moderna é marcada por fluxos se dão tanto no espaço quanto no tempo, e são justamente os fluxos entre discursos acadêmicos e não acadêmicos, políticos e cotidianos, que vêm revelar, através da reflexividade de nossas populações, a face humana da globalização.

A assunção da identidade jurídica de Remanescentes de Quilombos, como já salientado anteriormente, não é consensual em meio à comunidade da Avenida Luís Guaranha. O que salta aos olhos são as cisões, tensões, e disputas entre grupos. O grupo

¹¹ Referindo-se à dissertação de Mestrado em história de Jane Rocha de Mattos (2000), intitulada “‘Que arraial que nada, aquilo lá é um areal’. O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921)”, que tece reflexões sobre o Areal da Baronesa, as relações entre este os bairros vizinhos, e as trajetórias das populações afro-descendentes em Porto Alegre.

engajado nesse processo é o de mulheres, sendo a maioria delas de meia idade e idosas, ligadas à associação de moradores – ressalto aqui a existência de lideranças femininas na comunidade, já que os homens, bem como a população mais jovem, não participam das reuniões e debates sobre o assunto, a não ser que questões de profundo interesse estejam em jogo, tais quais a questão da posse da terra, as reformas na sede da Associação e a reconstrução das casas. A ação dos homens se dá, no geral, em tarefas braçais e na organização de eventos tais quais festividades em datas comemorativas. Apenas a título de ilustração, em uma oficina ministrada pela ONG Ação Cultural Kuenda, representando o INCRA, nos dias 14 e 15 de maio de 2005, entre os 15 participantes eu era o único homem. Ao mesmo tempo, vários homens residentes no local e amigos dos arredores se reuniam na calçada em frente à sede da Associação dos Moradores para assar um churrasco, tocando e cantando alegremente em uma roda de samba.

Joel, marido de Gessi, um negro de pouco mais de 40 anos, o “assador” do dito churrasco, mais tarde me disse: “Para mim a comunidade é isso”, referindo-se à sociabilidade de rua, o churrasco na calçada, amigos tocando música na rua. “Eu quero ver essas crianças correndo e brincando por aí...”. Assim, Joel



Im. 5

não participa das atividades junto à Associação dos Moradores, porém atua como agitador cultural, realizando festas e celebrando o convívio lúdico.

Da mesma maneira que certas pessoas não se envolvem nas questões relacionadas ao quilombo por desinteresse, há pessoas na comunidade que sequer sabiam sobre o processo de auto-reconhecimento. Em certa ocasião, quando ainda participava do Projeto Quilombo do Areal, estávamos pendurando na entrada da avenida uma faixa com o título do projeto, quando ouvimos os comentários vindos de uma moradora surpresa ao ler as informações: “Quilombo?! O que é que eles tão inventando agora?”. Há pessoas que, por outro lado, são contrárias à demanda: Seu Flávio, o senhor a que me referi anteriormente, um dos fundadores da Associação dos Moradores, personagem fundamental na luta pela passagem da posse do terreno da Luís Guaranha da Santa Casa ao DMHAB, considera esse processo algo negativo. Segundo ele, essa nova associação que “eles” criaram desconsidera tudo o que foi construído



Im. 6

anteriormente. Para Seu Flávio, o fato de a prefeitura não ter cedido a posse do terreno aos moradores foi positivo: “Imagine o que ia ser disso aqui se tudo tivesse ido parar nas mãos desse pessoal...”, afirmou. Seu Flávio se distanciou das atividades da Associação dos Moradores e demonstra-se contrário ao processo de reconhecimento da avenida enquanto comunidade de remanescentes, apesar de partilhar as memórias segundo as quais o terreno era de fato da Baronesa do Gravataí – chegando a alegar que ela teria residido no casarão à entrada da Luís Guaranha e, depois do loteamento de sua chácara, seus escravos teriam permanecido residindo no local. Seu Flávio foi além das críticas ao novo movimento, chegando a afirmar que o maior problema da Guaranha não é a pobreza e a violência, mas sim o racismo. “Esse pessoal aqui muito racista! Eles vieram chegando das outras avenidas que tiraram aqui da frente e já tão dizendo que são donos de tudo...”. Novamente recorro aqui a Norbert Elias (2000), que fornece valiosas contribuições para que pensemos, em um nível comunitário, as relações de poder entre estabelecidos e outsiders. A minha interpretação sobre essa fala de Seu Flávio é a de que ele se baseia em um critério de tempo de residência no local para se colocar como estabelecido, ao passo que percebo uma mudança nessas relações de poder, já que esse processo a que ele se refere – de chegada das populações vizinhas – se deu há mais de vinte anos. Gessi, uma das moradoras que chegou nesse período, agora é presidente da Associação e principal ativista política da Luís Guaranha; Cláudia, a antiga presidente, chegou ainda depois de Gessi e desempenhou um papel importante no processo de auto-reconhecimento.

Estas pequenas passagens de experiências etnográficas parecem aludir diretamente aos dizeres de Hannerz (1996, p. 11-12), quando afirma que as identidades de grupo, nessa época de múltiplos fluxos e híbridos, não são mais todo-poderosas, e aquisição cultural deve ser encarada como um fenômeno permanentemente em curso, a despeito de qualquer perspectiva essencialista acerca dos fatos culturais. Para o autor, é justamente por estarem em fluxo e serem sempre recriadas que essas formas culturais significativas duram. E, nesse sentido, assim como a cultura, também a memória é um campo de disputas, no qual o que dura, no dizer de Bachelard (1988, p. 8), é apenas aquilo que tem razões para recomeçar. Seu

Flávio, por exemplo, apresenta uma visão saudosista da Luís Guaranha, dizendo que aquilo era uma maravilha até que pessoas de becos e avenidas removidas foram “se enfiando ali”. Para outros moradores, no entanto, pelo fato de a Luís Guaranha ter permanecido, enquanto a grande maioria das avenidas foi destruída, o fator de resistência deve ser ressaltado. Aliás, essa é uma das “bandeiras” do grupo que luta pela titulação das terras pela via das políticas quilombolas. Cláudia, a antiga presidente da Associação dos Moradores, afirmou em uma solenidade que celebrava o final do Projeto Quilombo do Areal: “Nós somos a resistência, dentro aqui da cidade de Porto Alegre... Tanto negro quanto branco, qualquer cor, não tem etnia. Eu não nasci aqui, mas eu moro aqui há dezessete anos. Então a gente vê que as coisas têm que acontecer, e para acontecer a gente tem que lutar”.

O sentimento de pertencimento dos moradores em relação à Luís Guaranha, pelo que pude perceber ao conversar com inúmeros moradores locais, está profundamente alicerçada nessa noção de avenida. Pedindo a palavra durante uma sessão da oficina ministrada pela Ação Cultural Kuenda, Gessi reiterou o fator resistência para a permanência da avenida em uma zona central da cidade. “Tem muitos edifícios apertando a gente aqui. E a maioria dos moradores não são velhos. Vai gente, vem gente e a Guaranha resiste. A gente tem que se unir para não vir o Colarinho Branco e tirar isso aqui da gente”. Bete, outra participante da reunião, prosseguiu a partir da fala de Gessi: “Todo mundo acha que a gente está tranqüilo aqui, mas não estamos. Aqui em volta é só burguês, e dinheiro chama dinheiro. A maioria acha que daqui não saímos. Mas isso antes era cheio de avenidas, e só sobramos nós. E se acontecer alguma coisa, a gente sai porque falta união”. Como produto final do trabalho iniciado nas oficinas, o grupo participante decidiu que deveria ser redigida uma carta, destinada a todos os moradores, para alertá-los do risco que a Luís Guaranha sofre de ser removida, conforme o que ocorreu com quase todas as outras avenidas que existiam na região, pela força dos setores mais enriquecidos da sociedade porto-alegrense (a que chamaram de “colarinho branco” durante a reunião). Esse documento de alerta, apontado como uma necessidade pelos próprios moradores, indica a importância da mobilização de alguns dos moradores, já que não há participação maciça da comunidade, em conjunto com órgãos públicos e militantes que se configuram como figuras importantes na emergência desse modelo politizado de temporalidade (CLIFFORD, 1998, p. 93) envolvido no processo de busca das origens a partir de uma demanda política atual.

Retornarei à questão da territorialidade, etnicidade e identidade do grupo no decorrer do trabalho. Cabe agora enfatizar o papel que desempenho junto à comunidade na figura de

pesquisador que constrói uma obra sobre a vida cultural da Luís Guaranha, e além dela, um grande número de imagens que vem compor também a memória coletiva dessa população.

CAPÍTULO 2. O ANTROPÓLOGO NO ESPAÇO DO OUTRO E O OUTRO NO ESPAÇO DO TEXTO.

“Independente do que mais faz uma etnografia, ela traduz experiências em texto” (CLIFFORD, 2002, p. 87).

James Clifford é atualmente um autor referencial na antropologia, por chamar a atenção ao caráter narrativo de qualquer descrição cultural - em termos de sua retórica, suas metáforas, e dos posicionamentos ideológicos dos autores escondidos nas entrelinhas de seus textos. O autor, na obra citada, esclarece que a etnografia é fundamentalmente um método sensível, de intenso envolvimento intersubjetivo, em que é patente a relação política de representação da alteridade. Etnografar, segundo ele, significa levar o leitor a compreender um modo de vida diferente e singular, para então poder reconhecer uma experiência humana comum. Assim, fundamentada na observação participante, ou seja, na existência em universo de significados compartilhado, emerge a tradução, a compreensão. E a teoria antropológica, então, ajuda a compreender o campo, a produzir conhecimento a partir da etnografia - ou seja, fazer das vivências em campo experiências etnográficas no sentido pleno da palavra. A antropologia, em sua acepção mais comum atualmente, surge como ciência interpretativa a partir do encontro com o outro. E, como não há possibilidade de compreensão de uma verdade absoluta a partir dessa interlocução, deve-se ter claro que não há na etnografia senão verdades parciais (CLIFFORD, 1991, p. 34).

Conforme afirmado anteriormente, no caso deste estudo toda a experiência etnográfica e dialógica aqui relatada se constrói em uma circunstância histórica de luta de identidade. Elemento esse que alude ao novo contexto político que engloba a etnografia: sendo os nossos objetos de estudo, em muitos casos, cidadãos reivindicando direitos, os etnógrafos não podem mais, segundo Clifford Geertz (2002, p. 173), tomar para si apenas a tarefa de descrever o “outro”, e mesmo “dar voz” a ele. O antropólogo é cada vez mais chamado a estar implicado nas questões nativas.

Em minha experiência de campo, meu contato com os informantes se deu, em grande medida, através da participação nas demandas políticas da comunidade, ao mesmo tempo em que buscava manter uma certa distância que me possibilitasse travar diálogo com sujeitos que não estavam diretamente envolvidos nas questões relativas à identidade quilombola - quer por não ter interesse por elas, quer por demonstrarem-se contrários. Apenas assim eu pude ter acesso a tensões e conflitos relativos à construção dos laços de pertencimento à Luís Guaranha e ao Areal da Baronesa, às cisões entre grupos, aos conflitos geracionais e às divisões de gênero, a uma certa disputa entre moradores recentes e antigos, elementos estes que tornam evidente que o processo de construção dos significados atrelados

ao lugar e aos seus moradores é algo aberto, em curso. Nesse sentido, a tendência pós-moderna em antropologia preconiza que cabe ao autor explicitar as condições nas quais constrói sua relação com o grupo e, em decorrência, sua descrição cultural. Assim, de acordo com Clifford (1991, p. 26-27), vivemos atualmente uma situação em que o poético e o político são inseparáveis na construção do texto etnográfico.

É nesse sentido que teço as presentes considerações sobre a negociação que permitiu o trabalho de campo, as necessidades de posicionamento, de minha parte, exigidas por meus interlocutores. No fundo, estou me questionando sobre o processo de representação em torno da Luís Guaranha, tanto por seus moradores quanto por instituições e demais pessoas, e em sentido mais amplo, da construção de uma imagem do lugar face ao imaginário mais amplo, da cidade como um todo. Reflito, portanto, sobre a construção do presente texto etnográfico inserida do processo político que vive a comunidade atualmente, tornando manifesto o fato de que essas relações dialógicas estão situadas no espaço e no tempo. Ainda de acordo com James Clifford (2002, p. 81), o que se convencionou chamar de o “presente etnográfico”, na realidade, é sempre um passado reconstruído pelo autor em uma obra.

Assim, no que se refere à dimensão temporal do trabalho de campo, não posso deixar de pensar no “trabalho do tempo” em que está inserida a comunidade – o processo de rememoração, de reconhecimento da importância das memórias, de busca do saber dos antigos moradores, e assim por diante. Em decorrência, um de meus questionamentos mais presentes em torno dessa situação é: seria essa política dos remanescentes catalisadora de uma temporalidade política? Ceio que sim. Mas isso não significa que não estejam em jogo as dimensões afetivas dos elos entre pessoas e o lugar. Ao contrário, como afirmei há pouco, o que verifico na Luís Guaranha é toda uma tensão em torno dessa construção identitária, e mesmo sobre quem tem autoridade para falar sobre o passado – uma relação estabelecidos-*outsiders* (ELIAS, 2000) bastante complexa, em que alguns se reivindicam aptos em função do tempo de moradia e outros em função da mobilização política. Dessa forma, há os que se engajam nesse processo – como disse anteriormente, principalmente mulheres mais velhas; há os que não ligam para ele, pouco se importam com o que acontece ou deixa de acontecer – muitos dos homens e jovens; para além disso, há pessoas que discordam desse tratamento simbólico e se sentem excluídos do processo.

Assim, remeto-me novamente a James Clifford, quando afirma que “Muito de nosso conhecimento sobre outras culturas deve agora ser visto como contingente, o resultado problemático do diálogo intersubjetivo, da tradução e da projeção” (CLIFFORD, 2002, p. 79). Se a cultura é um campo de relações, também a etnografia deve ser vista como produção

cultural, ou seja, produção de sentidos, uma vez que a cultura é diálogo aberto e criativo (CLIFFORD, 2002, p 49). Deve-se ter claro, portanto, que na construção dessa etnografia sobre a “comunidade” da Luís Guaranha, estou dialogando com os moradores locais, mas para além deles, pesquisadores de outras áreas, ativistas políticos, membros de organismos governamentais e não-governamentais.

No meu caso, o cruzamento de discursividades envolvidos nesse “campo” fez com que Gessi viesse me perguntar, em certa ocasião, se o trabalho de Jane – a pesquisa histórica sobre o Areal da Baronesa – não era o que eu precisava para o meu trabalho. A Luís Guaranha está contida na referida obra (MATTOS, 2001, p. 129-130), nos últimos parágrafos do texto, como “aquilo que sobrou” do Areal da Baronesa atualmente – concretamente, materialmente. A autora se remete à avenida muito mais em termos do antigo território, suas configurações populacionais e as tensões em torno da construção simbólica ao seu redor em meio ao imaginário urbano. Muito da dimensão identitária que move a ação política do grupo está baseado nesse trabalho científico sobre o passado da região. Eu, no entanto, busco explicar, como na ocasião acima descrita, que o meu trabalho está sendo construído através de minha presença na Luís Guaranha, e que está mais centrada no cotidiano do lugar, na vida da rua, na vida daquelas pessoas. Explico que faço antropologia – mesmo sem saber o quanto isso faz sentido para eles. No fundo, o papel que represento para eles é o de alguém que os visita, que senta para conversar e ouvir histórias.



Im. 7

Gessi, por exemplo, me fala muito sobre o andamento das ações políticas da Associação. Dona Maria sempre me pergunta sobre minha filha - com quem estive em campo algumas vezes – e conta coisas sobre sua vida. Seu Flávio sempre se dispõe a fazer um

intervalo em seu trabalho na marcenaria para conversar comigo sobre o que anda fazendo, como está sua saúde, e assim por diante. Não posso, então, separar meu envolvimento investigativo em relação a este lugar da cidade do envolvimento afetivo que passo a nutrir com essas pessoas, envolvendo-me no devir de suas vidas, elas envolvidas na minha própria. Também eles se interessam por mim, querem saber onde moro, onde estudo, o que faço. Nesses diálogos, sobretudo, é que se constrói a relação etnográfica que dá origem a este estudo.

Participando do cotidiano do lugar, das sociabilidades na rua, das reuniões na Associação, dos churrascos nas calçadas, assistindo as conversas e brigas entre vizinhos, presenciando as fofocas, conversando em particular com alguns moradores dentro de suas casas, observo, anoto, fotografo, interpreto. Certamente, ouço mais do que falo. E olho, observo – sendo olhar, ouvir e escrever, para Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 18), as operações fundamentais na construção do saber antropológico.



Im. 8

Nesse sentido, é a observação participante, característica fundamental do trabalho de campo antropológico para o autor, a técnica mais empregada em minha etnografia. Busco, através dela, estar atento aos códigos que orientam as condutas, às dimensões que orientam as relações interpessoais¹². E não nego que senti, por vezes, um certo desespero por ter claro que há muito que não sei sobre a vida naquele local. Existe uma infinidade de coisas sobre o

¹² Tendo em vista que, para Georg Simmel, a sociedade se constrói nas ações e reações de seus componentes em suas interações (MORAES FILHO, 1983, p.15), e a personalidade individual se encontra “entrecruzada por numerosos círculos sociais.

passado daquelas pessoas, presente nas entrelinhas das relações, e que não posso apreender, mas tão somente intuir, formar hipóteses. Dou-me conta, então, que não posso me tornar nativo, olhar o mundo “através dos olhos do outro” como sugeriu Malinowski. Alain Coulon, referindo-se a Schutz (1995, p. 12), afirma que as experiências subjetivas dos indivíduos são inacessíveis a outros indivíduos. Assim, a intenção de descrever o mundo desde dentro de uma outra cultura é uma ilusão, um devaneio. Uma pretensão a que Clifford Geertz denominou “ventriloquismo etnográfico” (GEERTZ, 2002, p. 188). Diante disso, penso que tudo o que posso é travar diálogo e buscar interpretar; percebo que muito mais do que estar atrás de informações, o importante na observação participante é buscar a interação. “Estar lá”, no meu caso, significa partilhar experiências com os sujeitos envolvidos na realidade social da Luís Guaranha, vivenciando em conjunto com estes atores o espaço da avenida, as reuniões, festas e sociabilidades que se desenrolam nesse cenário.



Im. 9

No fundo, o que é preciso discutir aqui, como fundamento epistemológico desse estudo, é o que a Luís Guaranha “fala” sobre a cidade e, por outro lado, o que se pode falar da cidade através da Guaranha. Entre as minhas angústias diante da heterogeneidade que encontro lá dentro, que me levam a desmontar qualquer discurso preconcebido sobre a comunidade e os remanescentes de quilombo, a questão: o que os torna um grupo? No caso, certamente uma delimitação espacial precisa. E aqui afirmo que recortei o universo de pesquisa através de sua configuração espacial, tendo claro que o objeto de estudo são os moradores locais, que formam uma rede de vizinhança com certas singularidades no cenário urbano porto-alegrense.

Para Ulf Hannerz, em um meio social no qual as relações de parentesco, de amizade e conhecimento se modificam constantemente, a vida social gera redes, sendo esse um poderoso instrumento metodológico para a compreensão de conjuntos diversificados de relações sociais em sociedades urbanas e complexas, onde o sistema global pode ser considerado como uma rede total, e a cidade uma rede de redes (1980, p. 219-220). Assim, uma ou algumas redes podem definir um modo de vida urbano, de forma que certas cadeias de

vizinhança podem servir como importantes quadros de referência para seus moradores (1980, p. 211).

O autor se refere aos estudiosos da Escola de Chicago como os pioneiros na aproximação etnográfica da vida urbana (1980, p. 51), que se modificava tão intensamente no início do séc. XX. Preocupados com enclaves étnicos, minorias, guetos, áreas “desorganizadas”, pobres, mal faladas, onde residiam estrangeiros, buscavam compreender a diversidade da vida social nos distintos bairros da cidade. Estudaram, assim, as novas formas de organização social no meio urbano, onde se destacam as relações de vizinhança, parentesco, pertencimento étnico, autonomização de certas áreas a partir da segregação e assim por diante. Robert Ezra Park, talvez o estudioso mais importante dessa escola, apontava para a tendência à superficialidade nas relações em meio urbano, porém não negava a existência de laços estreitos e estáveis em meio à pluralidade de estilos de vida na cidade (HANNERZ, 1980, p. 44). Nas palavras do próprio autor,

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares de sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro da vizinhança, a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente... (PARK, 1973, p. 30).

Assim, apesar da tendência ao ar *blasé*, à superficialidade das interações, à substituição dos contatos primários pelos secundários no ambiente social das grandes metrópoles, tanto Park como Louis Wirth (1973, p. 100) indicam que, em certas áreas, tende a se intensificar a solidariedade dos grupos locais. Velho, referindo-se a Gluckman (1999, p. 31-32) afirma que, mesmo em meio urbano moderno, pode-se encontrar “pockets of social relations” onde as experiências típicas de sociedade em pequena escala seriam encontradas. Entre elas, alguns tipos de vizinhança, com redes estreitas de relação, onde as experiências coletivas constroem *ethos* e estilos de vida fortemente ancorados a este domínio.

Creio que seja este o caso da Luís Guarânia, que, em sua feição de avenida, se configura como uma comunidade demarcada por sua forma específica de vida urbana. Para além da dimensão do espaço físico, nas palavras de Simmel, as próprias formas de interação e contato entre moradores - onde se inserem certas noções de proximidade e afastamento, distância social e vizinhança - constroem um espaço social específico (MORAES FILHO, 1983, p. 21). Se o termo Sociedade, para o autor, implica em estar com o outro, para o outro, contra o outro (p. 166), as formas de realização das interações ganham vida própria, em

processo de autonomização das formas, do qual resulta a sociabilidade – forma lúdica fundada na troca entre iguais, onde o grande motivo da sociação é a própria existência da interação¹³. São justamente as formas de sociabilidade entre moradores que configuram o diferencial da Luís Guaranha no meio urbano onde se insere. Um local onde todos se conhecem, todos se vêem, e em grande medida interagem constantemente, principalmente no espaço público. De acordo com Elizabeth Bott, uma rede social de malha estreita (1957, p. 45), marcada pela proximidade entre vizinhos. Se para Simmel as relações têm temperatura (MORAES FILHO, p. 132), determinada pela natureza total de seus elementos constituintes, diria que na Luís Guaranha encontramos uma forma de sociabilidade quente.

Entretanto, a dinâmica do cotidiano do lugar se desenrola não apenas entre os moradores locais, mas entre estes, os visitantes regulares e aqueles que apenas passam por ali. Assim, pensar no grupo como espacialmente delimitado não significa estar fechado às conexões que este estabelece para com a trama da vida urbana em que se situa, e o campo, para além das redes de vizinhança, é sempre entrecortado por redes fundadas em relações de parentesco, de amizade e compadrio, étnicas, religiosas, sexuais e assim por diante, que se conectam de múltiplas maneiras.

Dessa forma, eu acabo por me enquadrar entre os visitantes regulares na Luís Guaranha, que compõem também a dinâmica das relações nesse cenário. Como eu, há, apenas a título de ilustração, Helena, também pesquisadora do projeto Quilombo do Areal, que manteve suas idas à Luís Guaranha muito mais na figura de militante, através da ONG Ação Cultural Kuenda, do que de investigadora; também Mari, uma mulher de cerca de quarenta anos que conhece todos por ali e os visita com freqüência; do mesmo modo, algumas pessoas que fazem parte do Paz e Amor, um grupo religioso, creio que espírita – nem mesmo os moradores visitados sabem precisar qual é a sua religião - que há muitos anos os visita aos sábados, batendo nas portas das casas para oferecer votos de prosperidade. O líder desse grupo, cabe frisar, é uma figura marcante: um senhor magro, de cabelos brancos, vestido com roupas coloridas tais quais calças xadrez, casaco de camurça, camisa listrada, o traje sempre acompanhado da boina multicolorida que leva na cabeça. Além desses visitantes, há também pessoas que vendem pão, queijo e salame para os moradores e outro homem que vende produtos de limpeza.

¹³ Não excluindo aqui a existência de inúmeros conflitos que se geram nessas experiências entre habitantes locais, sendo também essa, para Simmel (In: MORAES FILHO, p. 125), uma forma de interação fundamental para a existência da sociedade. As discordâncias são constituem formas de negociação inerentes às interações humanas, e às vezes são os motivos da existência de relações.

Como um visitante regular, passo a acompanhar o devir da vida dessas pessoas. Acompanhei, em relação a este último homem, o processo no qual substituiu o carrinho que puxava pelas ruas, abarrotado de garrafas plásticas com seus produtos à venda, por um automóvel. Acompanhei o processo de reforma de casas, a pintura de paredes, a longa espera pelas obras de reconstrução da sede da Associação dos Moradores, que enfim teve início em dezembro de 2005. Acompanhei, através de relatos dos próprios moradores, casais que se separaram e puseram a casa à venda, mulheres que engravidaram, o crescimento das crianças.

Nesse sentido, para além da necessidade de situar as delimitações espaço-temporais das experiências etnográficas, em seu caráter diacrônico, há de se ter claro que existem diversas temporalidades se entrecruzando nessa relação. Gostaria de alertar, então, para o fato de que é fundamental estar ciente de que toda a experiência humana se desenrola no tempo ao mesmo passo em que constrói tempo nos sujeitos. Nesse sentido, a teoria da memória deve ser acionada não apenas na análise do que se refere ao tempo nas narrativas de nossos informantes e no seu saber viver, mas na própria reflexão sobre o encontro etnográfico enquanto um acontecimento que se desenrola no tempo, sendo portanto trabalhado nas memórias tanto do grupo pesquisado quanto do próprio investigador. Tomo como central aqui, portanto, o que Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2001b, p. 10) denominam “Etnografia da Duração”: um estudo que, privilegiando memórias e narrativas de moradores da cidade, aborda a forma através da qual tais habitantes acomodam as diferentes camadas temporais que se cruzam e se sobrepõe no cenário urbano, palco em contínua transformação.

As próprias vidas dos nativos e do etnógrafo estão em curso, e, conforme Gaston Bachelard (1988, p. 91), há uma constante dialética entre tempo do eu e tempo do mundo na consolidação das memórias biográficas. A própria obra que resulta da etnografia, dessa forma, se constitui em um esforço de objetivação de uma narrativa coerente a partir de experiências intersubjetivas de pesquisa. Para Paul Ricoeur (1997, p. 85) o tempo da construção narrativa é o da construção de sentidos. Segundo o autor, o tempo torna-se humano quando narrado, ao passo que a narrativa organiza a experiência de mundo dos sujeitos. O autor se refere, portanto, a três níveis miméticos envolvidos na produção da narrativa: a pre-figuração (o que está no mundo já figura, sendo sempre a ação simbolicamente mediada); a configuração (o tecer da intriga); e a re-configuração (o círculo fechado com a leitura da narrativa e a nova compreensão). Mimese, segundo o autor, se refere à imitação da ação já simbolicamente mediada que existe no mundo, pois articulada de modo narrativo. Assim, a produção mimética implica em atribuir novas significações às ações. Sendo a cultura um sistema de

símbolos em interação, a narrativa que agencia os fatos e se dispõe à leitura está contida nessa produção de sentidos.

2.1 PARA ALÉM DO TEXTO: A IMAGEM COMO CONSTRUÇÃO DO MUNDO.



Im. 10

Não me refiro aqui apenas ao processo de escrita como construção figurada do “outro”. Como afirmei anteriormente, minha relação com os moradores da Avenida Luís Guaranha sempre foi mediada pela construção de imagens do grupo. Nesse sentido, não apenas a escrita vem traduzir esse modo de vida, seu cotidiano, o cenário e seus personagens, mas também a fotografia e o vídeo. Produzi cerca de 300 fotografias do grupo, tanto digitais quanto analógicas, e algumas horas de gravação em vídeo, entre entrevistas, imagens de festas, sociabilidades nas ruas, depoimentos curtos e etc. Assim, devolvi fotografias, como processo de negociação em campo; mostrei imagens em vídeo, no Museu Joaquim José Felizardo, exibição na qual os moradores da Luis Guaranha eram os principais convidados. Durante o trabalho no Projeto Quilombo do Areal, fotografei bastante, e prossegui produzindo imagens ao longo do trabalho de campo.

Passo então a relatar algumas passagens vividas em campo que problematizam a questão metodológica da construção de imagens sobre esses sujeitos e esse lugar, imagens estas que se configuram como suporte da memória do lugar. Mas aponto, para além das imagens individuais, como estas se articulam na construção de um acervo, e, assim, na memória coletiva do grupo e da própria cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, como os textos etnográficos acabam sendo, em muitos casos, pilares através dos quais os grupos sustentam sua identidade e singularidade, também o antropólogo produzindo imagens atua na construção da própria memória do grupo e mesmo da cidade. Constrói imagens-fragmento que podem

tanto circular em nível mais amplo – exposições, publicações, documentários, monografias, dissertações e teses – ou permanecer no acervo pessoal ou comunitário.

Assim, a produção de imagens fundamenta, em grande medida, a minha relação com os moradores da Luís Guaranha. É óbvio que com o passar do tempo, a relação de intimidade com alguns dos informantes tornou-se mais intensa e ultrapassou essa dimensão da negociação. Com a maioria dos moradores, entretanto, com os quais não desenvolvi uma grande proximidade, minha maior moeda de troca era, sem dúvida a imagem. Um instrumento fantástico na interação com as crianças, no registro de aspectos relevantes para os habitantes do lugar.



Im. 11

Ressalto, entretanto, que a produção de imagens não é mero instrumento de negociação em campo, por sua facilidade em termos da “devolução” de algo para o nativo em termos da quebra do fluxo de interesses apenas em direção ao pesquisador. Acredito, em conjunto com Ana Luiza Carvalho da Rocha (1999, p. 63), que a imagem é instrumento de produção de conhecimento sobre o mundo, um ato reflexivo do homem sobre a realidade que o cerca. Para a autora, mesmo a antropologia interpretativa, que vem sistematicamente refletindo sobre a construção literária da escrita etnográfica, não rende espaço à reflexão sobre o papel da “imaginação produtora de sentidos” (ROCHA, 1999: 59) nas tecnologias do pensamento empregadas pelo pesquisador. Uma forma de produção, conforme Gilbert Durand (1999), que opera muito mais no nível do sensível do que no racional. Justamente por isso, seguindo este autor, o pensamento ocidental, científico e racional, é iconoclasta, afastando tudo o que é dúbio e inexato, que abre espaço a outros sentidos e relações.

Conforme atesta Margaret Mead (1979, p. 14), a antropologia é fundamentalmente uma disciplina de palavras. Entretanto, esta autora sugeriu, já nos anos 30 do século XX, que

se deveria lançar mão dos recursos tecnológicos existentes nas pesquisas etnográficas, como instrumentos que propiciaria o que denominou “notas visuais”. Assim, o uso que se faz da imagem, ainda em Mead, é extremamente descritivo. A crença da autora, creio, se enquadra num pensamento tecnicista segundo o qual os aparatos técnicos de produção da imagem registrariam a realidade de forma imparcial, isenta e objetiva, com exatidão e pouca interferência subjetiva nas coisas do mundo. Ana Luiza Carvalho da Rocha (1999, p. 60) afirma que a antropologia, herdeira do pensamento iluminista, leva o antropólogo, ao empregar outros recursos em seu trabalho de campo, a suspender sua identidade no plano conceitual e interditar a imaginação criadora, sob o credo da verossimilhança que constitui a imagem em sua relação com o real. Assim, produz imagens como registro do real, buscando através dela apenas os traços figurativos que remontam à realidade vivenciada em campo.

Para Arlindo Machado (1984, p. 10-11) nossa sociedade credita objetividade à fotografia, tomando-a como um “espelho do mundo” dotado de memória - dessa idéia advém o título de sua obra, *A Ilusão Especular*. Essa ilusão é para o autor, entretanto, um código representacional que permite o efeito de realidade a que a imagem fotográfica induz. Esconde-se o trabalho de criação – e, a partir disso a interpretação e construção da realidade – do fotógrafo – e aqui translado para o antropólogo visual - através do respaldo supostamente objetivante da máquina. Não é à toa, segundo o autor, que a lente da câmera é denominada objetiva. Gisèle Freund (1974, p. 6) salienta que o poder de reprodução da realidade exterior do instrumento fotográfico faz com que, desde seu surgimento, se agregue a esse tipo de imagem um caráter de documento fiel do real. Para Machado, enfatiza-se a captura do referente no processo fotográfico. A construção e codificação da imagem, porém, sempre existe, e o papel do fotógrafo – no caso, um etnógrafo - é ativo em tal processo. Não há, assim, realidade que permaneça intacta na fotografia. Nesse sentido deve-se questionar o que aparece nas imagens fotográficas e o modo através do qual os elementos que abarca são registrados. É justamente a imagem da fotografia como captura imparcial da realidade, que Boris Kossoy (1999, p. 22) busca desconstruir, salientando o processo de construção de realidades envolvido na produção de imagens. Conforme o autor, a fotografia é, antes de tudo, um modo de veicular idéias. As imagens, assim, não são espelhos fiéis dos fatos ocorridos, mas comportam, como toda imagem, ambigüidades e significados implícitos, omissões calculadas, pensadas.

Ana Luiza Carvalho da Rocha vem afirmar que a imagem não apenas registra o mundo, mas que o cria, e que, a despeito de toda pretensão objetivante, “... entre os atos de ‘descrever e prescrever’ os fatos da vida social no corpo de suas etnografias, o antropólogo

permanece insistentemente aprisionado às armadilhas do ato de narrar” (1999, p. 60). Assim, mesmo que se lute contra isso, o homem não consegue se despir do tratamento narrativo inerente à construção da imagem. É muito comum, portanto, a afirmação de que o emprego de tecnologias audiovisuais carece de rigor científico em meio a essa matriz disciplinar. Os modelos racionalistas acabam por relegar as próprias formas simbólicas que sustentam o pensamento científico. O emprego de imagens na produção científica em antropologia vem, novamente de acordo com Rocha (1999, p. 64), desafiar essa pretensão de objetividade e abrir os sentidos da produção etnográfica, já que a imagem, por seu caráter poético, alude a outras coisas que não somente ela mesma. Uma forma de abordagem dos fatos da vida social que abre espaço ao sensível, à imaginação criadora e ao lugar da dialética entre o sujeito que produz conhecimento e o objeto que pesquisa – da mesma natureza que ele.

Margareth Mead, no texto há pouco referido (1979, p. 18), ainda admite que os registros dos antropólogos – inclusive as imagens - também conformam a memória dos grupos, entretanto propõem que se fixe a câmera, que se construa a imagem com o mínimo de interferência subjetiva do homem. Em detrimento à dimensão narrativa presente na produção de qualquer imagem, predominava ainda um tratamento descritivo em relação à realidade. Jean Rouch, um dos pais fundadores do cinema etnográfico, ao contrário da pretensão de isenção e objetividade através do emprego dos recursos audiovisuais, vem justamente reificar o papel da visão subjetiva e subversiva da câmera, instrumento que descortina uma realidade que só através dela se vê (ROUCH, 1979, p. 56). Este antropólogo e cineasta trabalha, assim, com o que denomina “câmera participante” na etnografia (1979, p. 62). Uma câmera viva, que sai da imobilidade e entra em transe em conjunto com o grupo que retrata. É muito mais nesse sentido que utilizo a imagem no meu trabalho de campo. A câmera se configura como instrumento de interação com os sujeitos pesquisados, como mediação no processo dialógico de campo. Um procedimento cujos resultados, as imagens, configuram-se como material a ser compartilhado, devolvido, analisado e comentado com os interlocutores. Assim, algo que Viveiros de Castro (2002a, p. 314) percebe como característica de nossa época pós-moderna em antropologia: o retorno multiforme das abordagens fenomenológicas e o amplo recurso à imagem, ou seja, o uso de linguagens alternativas à escrita – fotografia, vídeo, sons – como elementos narrativos autônomos. Pretendi, assim, no meu trabalho de campo, além da construção de narrativas escritas, explorar conceitualmente o universo da Luís Guaranha através da imagem, já que há muito da realidade social que não se traduz em texto.

Segundo Etienne Samain, “toda fotografia é um olhar sobre o mundo, levado pela intencionalidade de uma pessoa, que destina uma mensagem visível a outro olhar, procurando

dar significado a este mundo” (SAMAIN apud ACHUTTI, 1997, p. 36). Luís Eduardo Achutti, por sua vez, afirma que o olhar implica em capacidade de simbolização, criação e leitura de imagens. Não sendo puramente individual, o olhar do fotógrafo também é determinado social e conjunturalmente. Para Baxandall (1991, p. 48) a cultura fornece os instrumentos mentais que permitem ao indivíduo organizar sua experiência visual. Assim sendo, o indivíduo sempre produz imerso em determinados estilos cognitivos e convenções representacionais, que permitem ao público interpretar sua criação. E eu fotografo na Luís Guaranha com o intuito de registrar, poeticamente, a estética e o ritmo de vida naquela avenida, tão avessa às avenidas no sentido corrente do termo; as formas de sociabilidade no espaço da rua, as brincadeiras das crianças. Busco situar os personagens no cenário onde se inserem. Registro as feições e expressões desses moradores da cidade, o lugar que ocupam na rua.

Nesse sentido, em minha etnografia, acabo por ocupar, quem sabe, um papel relevante na construção de uma coleção de imagens que retratam aspectos e personagens da Luís Guaranha. Tanto que Gessi, presidente da Associação, faz questão de reunir as fotografias que entrego a ela para, posteriormente, na inauguração da nova sede da Associação dos Moradores, montar uma “bela exposição”. Ela também demanda que eu entregue cópias das fitas gravadas em vídeo para montar, em conjunto com as fotografias, um acervo de imagens “da comunidade”.

Assim, no dia 23 de dezembro de 2005, Gessi me liga à noite, me convidando para tirar retratos da festa de natal que estavam montando para as crianças. Digo que vou, sem problemas. No dia seguinte lá estou, apesar de atrasado em função de uma forte chuva que caiu, fotografando a festa, as pessoas na rua e assim por diante.



Im. 12

É bastante comum, na Luís Guaranha, que aqueles com os quais tenho menor intimidade, se refiram a mim como “o fotógrafo”. Em uma tarde de sábado, quando o projeto Quilombo do Areal ainda estava em andamento, um jovem negro, magro, de pouco mais de 20 anos, morador da Luís Guaranha, me interpelou na Sede da Associação dos Moradores: “Não é tu que é o fotógrafo?”. “Eu me esforço”, respondi. Ele então me mostrou um pequeno

monte de fotografias de sua autoria em cima da mesa, e foi saindo porta afora. Fui olhar e eram fotografias de grafites em paredes e viadutos da cidade. Fui atrás dele, perguntar sobre o que se tratava, e ele me afirmou que, em conjunto com alguns amigos, faz parte de um *crew*, um grupo de grafiteiros, chamado BKC (Big Kap Crew), que rabisca nos muros de bairros como Cidade Baixa, Bom Fim e Centro. Disse que foram uns dos primeiros *crews* da cidade, e que agora há mais de oito espalhados pelas diversas regiões de Porto Alegre.



Im.13

Assim, quando me questionam se sou fotógrafo, tento desfazer esse rótulo dizendo que estou fazendo uma pesquisa mais ampla, e que as fotos são apenas parte do meu trabalho. Nesse sentido, quando afirmo que a produção de imagens mediou desde o início a minha relação etnográfica, me refiro ao diálogo e à interação com os moradores da Guaranha, e mesmo os visitantes e passantes, que esse instrumento de pesquisa me permitiu. Alguns moradores - como na ocasião relatada - vinham me mostrar fotografias suas. Gessi, entre eles, possui uma vasta coleção de fotografias da Luís Guaranha, das reuniões e eventos dos quais participou como representante da comunidade. O próprio Projeto Quilombo do Areal foi responsável pela construção de um acervo de imagens sobre a avenida.

Além de nossa produção, foi realizada em um sábado, dia 25/09, uma oficina de fotografia, ministrada por Fernanda Chemale, fotógrafa que trabalhava para a prefeitura no projeto Descentralização da Cultura. Como o produto final do trabalho que vínhamos desenvolvendo seria uma exposição, esta experiência permitiu que contássemos com imagens que captavam o olhar dos moradores locais sobre o espaço em que habitam. Apesar de bastante divulgada, no início da tarde poucas pessoas estavam na sede da Associação dos Moradores, local onde foi iniciada a oficina. Novamente, apenas as crianças compareciam em grande número. Fernanda decidiu, então, começar o trabalho com as próprias crianças, explicando a elas o funcionamento de uma câmera, do filme e assim por diante. Aos poucos, adultos e adolescentes foram chegando e passaram a participar efetivamente. O mais velho a fotografar foi Luís Gaspar, filho de D. Maria, um negro de cerca de quarenta anos, com um largo bigode, muito simpático, que atencioso ouvia as instruções de Fernanda com as mãos unidas nas costas. Por fim um bom número de moradores participou da atividade, produzindo imagens bastante interessantes sobre a rua, as pessoas, detalhes, interiores das casas, etc.

Como havia inúmeras câmeras circulando pela rua, e diversos moradores locais fotografando, me senti bastante à vontade para produzir imagens, especialmente retratos – o que implica em uma grande aproximação das pessoas fotografadas. De uma tarde de intensa atividade fotográfica, resultaram inúmeras boas imagens, tanto minhas quanto dos outros fotógrafos locais, das mais variadas idades. Crianças como Andrei, neto de Gessi, produziram imagens excelentes¹⁴. Muitas das imagens que compuseram a exposição final foram obtidas durante a oficina. Dois sábados adiante, ficaram prontas as fotografias selecionada para ampliação. Fernanda Chemale, no interior da pequena sala da casa de Gessi, abarrotada de móveis, com as paredes ornamentadas com inúmeros quadros de Charles Chaplin, mostrava as fotografias aos autores, os questionava sobras suas preferidas e comentava os resultados em termos técnicos e afetivos. Acompanhei o processo e verifiquei que os autores tendiam a selecionar imagens muito mais em termos afetivos do que estéticos. Gaspar, por exemplo, afirmou que sua imagem preferida foi o retrato de sua mãe em frente ao portão da casa onde moram. Uma das meninas que participou da oficina escolheu entre suas favoritas aquelas que retratavam seu cachorro, mesmo que as fotografias estivessem, por exemplo, com a interferência de seu dedo no enquadramento. Selecionamos naquele momento, em conjunto com os autores, três fotografias de cada um para compor uma das seções da exposição final. Vários dos participantes da oficina de fotografia não apareceram para ver os resultados. Outros queriam ficar com suas fotografias, porém afirmávamos que ainda tínhamos que montar a exposição com elas, dada sua importância para nós. Assim que acabasse a exposição, eles poderiam ter as fotos de volta.

Dia 20 de novembro de 2004, Dia da Consciência Negra. Em uma tarde de muito sol ocorreu a celebração que marcava o fim das atividades do Projeto. Para esta ocasião, montamos a exposição com o material coletado durante o trabalho: fotografias novas e antigas, desenhos das crianças, relatos de moradores coletados em entrevistas. As fotografias, aliás, eram de muitos autores. Havia diversas imagens produzidas pelos participantes da oficina, muitas fotografias antigas, dos acervos dos próprios moradores, várias de minha autoria. Essas imagens todas, em suas muitas modalidades, produzidas pelo próprio grupo e pelos pesquisadores, compuseram a exposição que elaboramos e expusemos ao fundo da Luís Guarânia, local onde foi armado um palco. Foram contratados músicos como Marcelo Kará e Zilá Machado, além de Borel, um personagem marcante na luta das comunidades negras porto-alegrenses, contratado como “ativista cultural comunitário, notório saber”. Além das

¹⁴ Boa parte das imagens obtida está acervadas no Museu Joaquim José Felizardo; outra parte foi devolvida aos respectivos autores, tendo os negativos permanecido no Museu.

falas e canções desses expoentes da cultura afro de Porto Alegre, Gessi e Cláudia, lideranças comunitárias, e Helena, como diretora do Projeto, fizeram discursos sobre o trabalho do projeto e sobre a Luís Guaranha face à cidade como um todo. Os detalhes dessas falas e o andamento da festa serão discutidos no decorrer dos próximos capítulos.

O mais interessante, para o assunto que estamos tratando, é o fato de que a exposição se configurou como uma forma de devolução das imagens captadas durante o projeto ao grupo. Os moradores da Luís Guaranha se aglomeravam em frente aos painéis e comentavam as imagens, os sujeitos retratados, riam das caras e poses de seus amigos e conhecidos. Comentavam sobre as fotografias de sua autoria. Entre as fotografias mais comentadas, algumas das imagens antigas - como algumas que mostravam crianças brincando na rua quando ela ainda não era calçada, há cerca de 20 anos. Outra mostrava a reunião dos moradores e demais amigos quando da fundação da Escola de Samba Integração do Areal da Baronesa¹⁵, há cerca de 10 anos. Nesse sentido, as imagens antigas, suportes da memória coletiva do grupo, provocavam risos e comentários admirados: “Olha o tamanho da barriga da criança, cheia de vermes”. Trocavam pequenas lembranças sobre pessoas já falecidas, outras que se foram da Luís Guaranha. Em um momento bastante rico, repassavam suas memórias através das imagens. Entretanto, os pôsteres voltaram para o Museu após a festa.



Im. 14

Houve, também, tensões envolvendo as fotografias durante o curso da celebração. Em um dado momento, quando o cenário da festa se desarmava, alguns dos moradores, vários deles jovens, passaram a retirar as fotos dos cartazes para tê-las para si ou mesmo presentear os retratados – atitude que provocou uma grande decepção no pessoal que passou dias montando a exposição. Eu, do meu lado, apesar de um tanto chocado pelo esforço que tivemos para montar coletivamente os painéis, achava que as fotos deveriam ficar para o grupo, que poderia fazer o que bem entendesse com elas. Para mim, a exposição era o nosso

¹⁵ Desde 2001 a Escola se encontra em Licença. Depois que seu diretor, Celso, morreu e não houve quem assumisse o cargo.

“presente” a eles, a devolução de algo após quatro meses de trabalho. Como se trata de uma população majoritariamente pobre, verifiquei que o acesso a este tipo de recurso é difícil, principalmente para crianças e jovens, e são poucas as oportunidades de eles se verem retratados. Não foi à toa que as fotografias retiradas, em sua grande maioria, estavam no maior dos painéis, intitulado “retratos”. Meses depois, visitando as casas de alguns moradores, eu encontrava nas paredes as fotografias retiradas da exposição, como foi o caso de Beleza, simpático morador de uma das primeiras casas à entrada da Guaranha. Os painéis, por fim, foram levado de volta ao museu. Alguns meses mais tarde, Helena, ministrando uma oficina como membro da ONG Ação Cultural Kuenda, representando o INCRA, conseguiu resgatar alguns dos painéis do museu, que então permaneceram pregados nas paredes da sede da Associação dos Moradores. Para completar a “saga da exposição”, depois de certo tempo alguns dos painéis foram danificados por uma forte chuva que invadiu a associação, devido às precárias condições do telhado.

É certo que o recurso à imagem facilitou meu acesso à comunidade. Entretanto, as negociações em torno da construção de imagens do grupo nem sempre foram tranquilas. Ao contrário, isso por vezes tornou-se elemento de conflito. D. Marlene, uma senhora baiana, de mais de 70 anos, me disse, certa vez, em que eu acabara de fotografar a Guaranha em plano aberto: “Olha, se tiver uma velha fazendo gesto feio na suas fotos, não liga não, é que eu não sabia quem é que estava tirando foto. Vira e mexe tem gente aí querendo bisbilhotar a vida da gente”. Naquela ocasião, percebi que poderia ter alguns problemas com o registro fotográfico



Im. 15

de algumas pessoas ali, e mesmo com o meu interesse em saber sobre a vida daqueles moradores. Com as crianças que brincavam e corriam pela rua, ao contrário, tudo era muito fácil. Aliás, elas não cansavam de ser fotografadas. Quem se cansava de fotografá-las era eu. Em muitas ocasiões, as crianças interrompiam minhas conversas com um ou outro morador:

“Tio, tira mais uma *[foto]* minha e da minha prima”; “Agora com ela no colo”; “Me deixa tirar uma?”. Eu cedia, até certo ponto, mas depois desconversava e prosseguia o assunto.

Certo dia, me encontrava com uma câmera convencional – daquelas mecânicas mais comuns – olhando as crianças e adolescentes jogando “taco”, quando uma das meninas me pediu para bater uma foto. Caí na besteira de deixar, e logo várias garotas se reuniram, passando a câmera de mão em mão, fotografando sem parar; na medida em que uma tinha tirado uma foto, também as outras poderiam fazê-lo. Eu deixava, tomando cuidado com o equipamento, mas via que a situação estava por sair do controle – aquelas crianças não deviam ter possibilidade de fazer fotografia nunca, pensava. Elas fotografavam muito, em todas as direções. Não demorou e veio do fundo do beco um sujeito de cabelos grisalhos, de meia idade, indignado, gritando comigo: “o que é que tu quer? É investigador, por acaso? Tu sabe muito bem que não pode sair por aí fotografando todo mundo, isso é proibido por lei!” Eu dizia para ele que não tinha fotografado nada, que as meninas é que tinham tomado a câmera e saído fotografando como doidas. Se fosse eu, é obvio que pediria permissão para fotografar. “Então tem que falar com o pai dessas crianças mal-educadas, porque isso é crime, não pode! Onde já se viu entregar a máquina para as crianças!? Tu é muito esperto, tá investigando a gente aqui, né?”. Mesmo ele estando exaltado, me apresentei, falei muito rapidamente sobre o que estava fazendo ali e expliquei que não iria fazer nada com as fotografias fora da comunidade. Mas esse aí tem “culpa no cartório”, pensei... Entretanto, está no seu direito de não ser fotografado. O problema se resolveu: daí em diante, esse homem passou a me cumprimentar, mesmo que de longe, sem grandes aproximações. Uma situação como esta descortina os aspectos éticos, de direito de imagens, envolvidos no trabalho de campo.

Percebo, assim, que a prática fotográfica envolve questões ambíguas. Trata-se de uma forma de diálogo, na medida em que as pessoas no geral gostam de ser retratadas. E pude verificar isso no meu trabalho. A câmera digital permitiu um diálogo instantâneo, na medida em que as imagens podiam ser vistas e comentadas assim que registradas. Mesmo quando as pessoas preferiam não ser fotografadas, recusando-se ao meu pedido de permissão para retratá-las, por diversas vezes vinham me perguntar sobre o que eu estava fazendo ali, abrindo portas para diálogos sobre minha pesquisa, histórias do lugar e de suas vidas. Por outro lado, a fotografia implica no registro de determinadas situações que por vezes podem ser inadequadas. A própria postura do etnógrafo em campo portando esses equipamentos pode ser inadequada, o que exige vigilância e sensibilidade de sua parte.

As questões éticas e a dimensão negociada do trabalho de campo são as mesmas no que se refere à produção de imagens em vídeo. Entretanto, gravar imagens em movimento implica em outras posturas por parte do pesquisador, uma vez que o suporte é diferente e, assim, lida-se com outras possibilidades de registro sensível. Gravar em vídeo implica em uma grande atenção às situações vivenciadas em termos de seu desenrolar, já que, conforme Siety (2001, p. 8), no documentário, o plano – a unidade fílmica, intervalo entre dois cortes – nasce de uma confrontação direta com o real. Consiste, portanto em um projeto que não pode ser antecipado, sendo a história do filme descoberta no momento mesmo de sua criação. Gravam-se seqüências, e está incluso o registro sonoro, não apenas visual. Deve-se, então, estar muito atento ao que é dito, como é dito. Trata-se de uma outra forma de estabelecer relações com os informantes, que torna possível a captação de entrevistas, situações em que as expressões, os olhares e os silêncios são extremamente significativos e “dramatizam” os depoimentos.



Im. 16

Em uma situação de gravação, eu realizava uma caminhada com a câmera em direção do fundo da Avenida Luís Guaranha quando ouvi uma voz me chamar, vinda de trás. Era Dona Célia, uma senhora de mais de 70 anos, com feições indígenas, que gritava em frente à porta de sua casa. Volto-me para trás, buscando realizar o movimento de forma



Im. 17

mais suave possível para não prejudicar a qualidade técnica da imagem. Ela me chama novamente. Eu me aproximo, gravando, e ela me intima: “Entra aqui! Vem filmar a minha casa!” Eu aceito o convite e entro. A dificuldade de adaptar a regulação da imagem diante da mudança de luz ambiente – do sol da rua para a escuridão do interior da casa de teto baixo – faz com que eu tenha que me deter alguns segundos para ajustar a câmera. Ajusto e entro, ela

me mostrando os cômodos da casa estreita e comprida. Cortinas nas portas, colchas e toalhas ornamentando cama, sofá e mesa. Ela me convoca, interpreto, por conta do orgulho de ter sua casa como “uma das mais organizadas da rua”, conforme ouvi de outras moradoras. Pergunto a Célia se ela reside lá sozinha. Ela responde que sim: “eu e Deus”. Assim, prossegue uma curta e interessante entrevista com essa senhora.

Jean Rouch (1979, p. 63-64), opondo-se à suposta objetividade conferida ao equipamento audiovisual, afirma justamente que, mais do que captar uma realidade que se desenrola, a câmera, sob a posse de um etnógrafo, deve penetrar na realidade, adaptando-se à ação em função do espaço onde se desenrola. Muitas das situações de gravação se deram dentro das pequenas casas, e mesmo da sede da Associação dos moradores, o que exigia um esforço de posicionamento de modo que as imagens fossem tecnicamente bem enquadradas, e que houvesse espaço para deslocamentos dos personagens. A questão da produção de imagens esteticamente belas não é mero capricho de nossa parte. Gravamos, conforme Jean Arlaud¹⁶, orientados a não separar ética e estética, ou seja, gravar imagens as mais belas possíveis, como uma forma de respeito ao próprio informante. E aqui digo gravamos porque, diferentemente da fotografia, a gravação em vídeo geralmente requer uma equipe¹⁷, mesmo que pequena. Assim, gravei acompanhado de Luciano Spinelli em uma ocasião, e por Anelise Guterres em outras (ambos bolsistas do Projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais na ocasião das gravações). Rouch afirma, nesse artigo, que câmera deve ser tão viva quanto os homens e improvisar dinamicamente um balé para com eles. Gravar em vídeo, segundo o autor, implica em estar consciente de que um plano deve anunciar o plano seguinte e ser determinado pelo precedente. Para ele, a operação de montagem é fundamental na construção da narrativa fílmica; entretanto, é na gravação que se produz a qualidade do material etnográfico. A narrativa se cria no momento da ação. Montar, para o autor, é apenas uma operação de organização do material captado – de configuração, diria Paul Ricoeur (1994).

Retomando questões levantadas durante esse sub-capítulo, as imagens que produzi em campo – com o auxílio de meus colegas em várias ocasiões – conformam um acervo sobre a vida cultural da Avenida Luís Guaranha. Essas imagens vêm a se constituir como uma maneira de narrar o mundo, configurar e perpetuar uma memória coletiva sobre o grupo e a própria cidade. E eu teço essas considerações a partir do prisma do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais, que pretende versar sobre o patrimônio etnológico da cidade de Porto

¹⁶ Cf. documentário “O cinema é como uma dança: entrevista com Jean Arlaud”. Banco de Imagens e Efeitos Visuais/PPGAS/UFRGS, 2004.

¹⁷ Rouch no texto acima citado afirma que essa equipe deve ser pequena, uma vez que um grande número de pessoas pode inibir o trabalho da “câmera participante” (ROUCH, 1979: 62)

Alegre tomando imagens como fragmentos que se constituem como fonte para os jogos da memória de seus habitantes (ECKERT e ROCHA, 2000a, p. 4). Sob essa concepção, através do uso das novas tecnologias da informática, joga-se com imagens de variadas épocas e autores, de diversas locações na cidade de Porto Alegre, no sentido de explorar dramaticamente a passagem do tempo e as transformações no cenário urbano, as descontinuidades sucessivas na construção da cidade. Através de um software e um *web-site* destinados a reunir o montante de coleções etnográficas que compõem esse acervo digital, explora-se os jogos da memória dos habitantes. Assim,

“... a cidade concebida como um objeto temporal possui a capacidade de absorção de todas as histórias dos grupos humanos que por ali passaram tanto quanto a dissolução de seus signos culturais, os quais tornam-se, então, aqui no caso, objetos etnográficos, ou seja, pré-textos para a geração de novas histórias a serem narradas” (ECKERT e ROCHA, 2000a, p. 6).

As imagens do antropólogo, quando cadastradas no sistema de indexação do Banco de Imagens e compostas com fragmentos de variadas épocas e autores acabam por ocupar um mesmo patamar em relação a outras imagens que circulam sobre a cidade. Assim, o BIEV é um sistema que implica em um rompimento na linearidade da construção narrativa da etnografia (ECKERT e ROCHA, 2004, p. 5), permitindo múltiplas entradas aos documentos que compõem sua base de dados. Através do processo de cadastro, torna-se ainda mais evidente o fato de que as imagens produzidas em campo acabam compondo a memória coletiva do grupo e, para além dele, da cidade onde está situado. O antropólogo, mesmo no texto escrito, se torna detentor de memórias de um grupo humano, e, ao escrever, também cristaliza essas memórias. Do mesmo modo, lidar com imagens-fragmento e tecer múltiplos vínculos entre elas significa seguir o fluxo não linear da memória, a descontinuidade pura do tempo. Cabe deixar claro, portanto, que o Projeto BIEV está inserido no trabalho de campo que guia a escrita dessa dissertação, enquanto espaço de interlocução, estando assim inserido na polifonia, na pluralidade de vozes envolvidas nesta etnografia. É através dessa perspectiva que re-construo o trabalho de campo, sua amarração teórica.

Nesse sentido, resgato a importância do trabalho com imagens quando a preocupação central dessa etnografia é a questão da articulação entre as memórias individuais, a memória coletiva do grupo e da cidade como um todo a partir de uma temporalidade política que entra em cena através do auto-reconhecimento como remanescentes de quilombo. Tendo claro que meu trabalho etnográfico está inserido na reflexão sobre o tempo, o território e a identidade do grupo, produzir imagens sobre ele implica em participar da construção dessas

memórias individuais e coletivas. E produzir imagens, conforme afirmado anteriormente, implica em explorar o “campo”, conforme Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (1998, p. 254) a partir das formas sensíveis, pelo vivido e pelo cotidiano através de um enfoque compreensivo das atitudes estéticas desse grupo, estando atento ao seu território como resultado do devir de suas próprias experiências biográficas.

2.2 CIDADE E FRAGMENTAÇÃO: CORPO, ESPAÇO E CULTURA.

De acordo com Marilyn Strathern (1987, p. 87), o trabalho de campo, como imersão sensível na outra cultura, intervenção espacial e temporal do antropólogo nesse contexto, foi uma invenção da época de Bronislaw Malinowski, e até hoje guia o fazer antropológico – apesar da imensa contestação que passa a sofrer a pretensa autoridade etnográfica que assume o antropólogo ao descrever outras culturas sob a voz da ciência moderna, a partir dos anos 60 do séc. XX¹⁸. A mudança mais radical efetivada por essa linha crítica se deu principalmente na própria construção do texto, no refazer o encontro etnográfico através da descrição, e não nas próprias modalidades de construção da etnografia, da presença do antropólogo em campo, nas formas de agenciar a imagem do outro e de si mesmo. As novas formas de produção etnográfica, para além das estratégias de construção textual, são pensadas nos termos das grandes mudanças sociais, culturais e identitárias em plano global nas últimas décadas. A etnografia, enfoque descritivo-interpretativo das culturas, entretanto, apesar dos ataques advindos dos autores ditos pós-modernos – que por vezes chegam a beirar o niilismo¹⁹ - continua sendo o traço diferencial da antropologia enquanto disciplina face às outras áreas do conhecimento científico. E, retomando Viveiros de Castro (2002a, p. 314), a resposta atual ao problema das mudanças em escala mundial tem sido uma abordagem reflexiva sobre a construção da sociedade, em que são enfatizados os processos e a intersubjetividade em detrimento ao enfoque estrutural e ao normativo, à objetividade do social (como coisa dada), de modo a recuperar o sujeito e os grupos como agentes sem cair no pragmatismo. É assim que Viveiros de Castro identifica um retorno multiforme das abordagens fenomenológicas, nas quais se celebra a criatividade dos sujeitos sociais.

¹⁸ Cf. CLIFFORD, 2002; GEERTZ, 2002; RABINOW, 1999; STRATHERN, 1987.

¹⁹ Otávio Velho (1995) afirma que o relativismo, nos últimos tempos, deixa de ser questão apenas acadêmica e invade o universo do senso-comum, de forma que se cria uma escassez de valores, convicções e compromissos em nosso meio social. Há uma tendência, segundo o autor, de supervalorização das pequenas diferenças diante do processo de homogeneização. Esse “mau uso do preceito da antropologia cultural” (LASH apud VELHO, 1995, p. 180) faz com que tudo pareça solto e vago, de modo que não se discutem valores, e todas as feições da realidade social são achatadas em um mesmo estatuto, onde tudo vale por si e nada pode ser comparado com nada. Para ele, criticar a massificação não implica em elogiar a particularização generalizada.

Assim, pretendo aqui salientar que, seguindo Pierre Sansot (1985), o que guia este estudo é o intuito de restituir as experiências sensíveis - aqui um mergulho na vida do “outro” - em termos de uma abordagem descritiva, onde o corpo, socialmente construído – no caso, imerso em uma “cultura urbana” fragmentada e plural - emerge como elo entre o ser e o mundo. Assim, uma aproximação fenomenológica do espaço, onde o recurso à imagem, que exploramos há pouco, consiste em uma forma de registro sensível das experiências de campo - retomando Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 19), tendo o “olhar” disciplinado pelos esquemas conceituais da antropologia como guia. Para Sansot (1985, p. 40), a imagem e o sensível seriam quase sinônimos, uma vez que ambos estão profundamente entrelaçados na construção de sentidos a partir das experiências. Habitar uma cidade, para o autor, é estabelecer uma relação dialógica com o espaço: na medida ele nos constitui, é constituído por nós (1985, p. 166).

Em um estudo fenomenológico, nos termos de Thomas Csordas (1990, p 12), retomando Merleau-Ponty, se focamos o trabalho de campo na dimensão do sensível, na medida em que estamos no mundo a percepção está centrada em um corpo que se projeta para dentro de um universo cultural. Desse modo, não apenas os hábitos corporais e as formas de ocupar o espaço vital por parte do grupo estudado devem ser objeto de atenção, mas também o antropólogo deve ser colocado em perspectiva como objeto de sua investigação, uma vez que seu próprio corpo emerge como figura metodológica central. De acordo com este autor, tomar o espaço como objeto de estudo a partir do sensível implica necessariamente em abarcar na análise também os corpos dos “nativos” e do antropólogo, em termos das relações entre espaço e distância pessoal (HALL, 1973), de maneiras, hábitos, e assim por diante.

Por fenomenologia, Thomas Csordas (1990,) entende a postura epistemológica de manter-se aberto ao mundo. Paul Ricoeur (1994) entende pelo conceito uma forma de abordagem dos fenômenos às expensas das leis abstratas que os regem, bem como da realidade concreta a que se liga. Em Gilbert Durand (1999), a fenomenologia vem mergulhar a fundo nos símbolos, buscando desvelar seus sentidos sem nunca poder esgotá-los, já que ele nunca é completamente decifrado, e uma nova leitura sempre implica na agregação de novos sentidos e relações. Assim, ressalta-se o papel da imagem enquanto simbolização, mediação entre homem e mundo. Conforme Michel Foucault (1995, p. 79), o signo, que liga um conceito a uma imagem, não existe como um meio de conhecimento, mas como conhecimento em si. E a semelhança que une o conceito à imagem não seria possível sem a imaginação do homem. Desse modo, sem a imaginação não seria possível o conhecimento.

Nos termos de uma abordagem fenomenológica, portanto, o espaço, enquanto mera exterioridade, não possui sentido. O espaço que tem significado para nós é aquele revestido de uma carga simbólica necessariamente adquirida através da experiência - e não me refiro aqui apenas à experiência física, mas também ao lugar fundamental da imaginação criadora, das narrativas e mitos que desempenham um papel fundamental na construção simbólica do mundo. Assim, remetemos a Bachelard e sua poética do espaço para afirmar que a imagem que carregamos dos ambientes nos quais vivemos está fortemente embebida de recordações e significados, já que “o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação” (BACHELARD, 1993: 19).

E é através do corpo que experimentamos todas as nossas vivências. Ele constitui-se enquanto elo fundamental que liga homem e mundo; é unidade a partir da qual o homem é e está no mundo, conforme preconiza a abordagem fenomenológica do corpo, que o sustenta enquanto medida de tudo para o homem. Abordagem tem em Merleau-Ponty o seu principal pensador, por realizar uma crítica contundente à divisão cartesiana da realidade em *res cogitans* e *res extensa* - em outras palavras, em fenômenos físicos e em fenômenos mentais. Sonia Maria Maciel (1977) traz à luz esta discussão, alegando que Merleau-Ponty esforça-se por superar o famoso dualismo cartesiano, que separa e opõe corpo e mente ou corpo e alma, estabelecendo o corpo enquanto categoria transcendental que fundamenta todo o nosso conhecimento. O corpo consiste em nossa abertura primeira para o mundo.

Além de situar corpo e mente como realidades independentes, Descartes afirmou que o conhecimento deve basear-se sobretudo no intelecto, partindo das “idéias claras e distintas”, alegando que o mundo conhecido pelo corpo é enganoso como os sentidos. Merleau-Ponty vem dizer que o corpo não se opõe ao espírito, e sim é elemento a partir do qual o homem percebe a realidade. Não existe, desse modo, objetividade pura; o homem sempre vê o “concreto” a partir de um ponto de vista, construído através das vivências que anteriormente experimentou. É assim que Rabelo e Alves (2001, p. 3) afirmam que “o mundo nunca nos é exterior”. E é extremamente importante salientar que o corpo carrega noções e concepções determinadas pelo hábito e pela cultura. O corpo é aqui tratado como um corpo vivido, assim como o espaço também é visto como um espaço vivido, a relação entre ambos desempenhando um papel fundamental na construção cultural do próprio homem e seu espaço

vital. É desse modo que, para Merleau-Ponty²⁰ o conhecimento é pré-objetivo, mas não é pré-cultural, já que depende de certas pré-disposições e significados advindos da cultura.

Ainda de acordo com Rabelo e Alves, estamos, através da vivência, familiarizados com certas estruturas que orientam nossa experiência e nosso conhecimento, uma vez que “acolhemos possibilidades que herdamos da cultura” (2001, p. 4). É através dessa familiaridade que podemos reconhecer ou estranhar as coisas com as quais nos deparamos. Esta perspectiva à qual estamos nos referindo denomina-se o paradigma do embodiment – ou da incorporação; afirma que há, nos modos de agir, ser e pensar situações, traços culturais que se situam no plano das ações não refletidas, não intencionais. Existem, nos modos de nos portarmos, elementos advindos do contexto social em que vivemos. A cultura nos fornece certas gamas de ação, reação e colocação no mundo; ela nos orienta sobretudo por possibilidades. É assim que não existe um corpo que não esteja ligado a uma certa tradição. A cultura, desta maneira, está representada no corpo, está incorporada, inculcada, ela é o corpo, a maneira através da qual os homens se apropriam do espaço pelo corpo.



Im. 18

Proponho, então, pensar minhas experiências na Luís Guaranha, sob o prisma do trabalho etnográfico, em termos da fragmentação da cultura urbana. E realizo tal reflexão no intuito de me colocar em perspectiva. Na medida em que nós, que nela vivemos, somos a cidade, ao mesmo tempo ela está em nós. Retomando a metáfora de Gaston Bachelard (1993), o homem é um ser entreaberto, cujas portas se abrem tanto para dentro – o eu - quanto para fora – o mundo. Nesse sentido, produzir conhecimento a partir da relação entre homem e mundo, sensivelmente, implica em um esforço reflexivo, um ir e vir constante onde a

²⁰ Cf. CSORDAS, 1990, p. .

memória é elemento central na reordenação das experiências vividas através da construção do texto. Assim, me constituo aqui como etnógrafo em processo epistemológico de produção de conhecimento. Não há como não refletir, portanto, sobre as condições de uma etnografia - pesquisa necessariamente pautada nas funções familiarização/estranhamento - em que pesquisador e pesquisados configuram-se como partes distintas de uma mesma cidade, que se tocam na relação dialógica de investigação. Eu, universitário, oriundo de camadas médias intelectualizadas, em contato com um grupo popular, de pessoas em geral pobres, com uma experiência urbana completamente diferenciada da minha. E reafirmo aqui que, lembrando Teresa Caldeira (1981, p. 334), a relação entre pesquisador e informante nunca é neutra, mas sim uma relação de poder. O encontro etnográfico, conforme é patente nas relações interpessoais, está sujeito a tornar-se confronto.

Como dito anteriormente uma das técnicas fundamentais de pesquisa, marca distintiva da disciplina, é a observação participante²¹, a busca do pesquisador em tornar-se interlocutor de uma interação na qual emerge a figura do *outro*. Percebe-se que, no caso da presente proposta de pesquisa, os nativos são da mesma sociedade que os pesquisadores, habitando inclusive a mesma cidade. Gilberto Velho, em duas obras correlatas (1978; 1980), se debruça sobre o assunto, afirmando que a distância percorrida pelo pesquisador em direção à comunidade em que desenvolverá seu trabalho de campo não implica em maior isenção ou objetividade. “[...] sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcende-lo e poder ‘por-se no lugar do outro’” (1980, p. 40)²². Admitindo, conforme Geertz (1997), que a antropologia é uma ciência interpretativa, Gilberto Velho afirma que, no tocante à pesquisa etnográfica, trata-se de levar a termo exercícios de familiarização/estranhamento - possibilitados pela reflexividade do antropólogo sobre a realidade com a qual se depara em seu trabalho de campo. O antropólogo deve estar preparado intelectualmente - e a teoria em grande medida lhe fornece os suportes para tanto - para confrontar-se com diferentes visões de mundo, *ethos* e estilos de vida que coexistem em nossa sociedade complexa.

Sendo a cidade múltipla e fragmentada, como a própria cultura urbana, são as muitas formas de perceber e ocupar seus territórios. Conforme Eckert e Rocha (1999, p. 3),

Se o contexto urbano se projeta, aqui, nas formas de comunicação que nele são produzidas, a partir de uma ‘tradição’, ‘vista não mais

²¹ De acordo com Oliveira (2000), tal técnica implica em o pesquisador assumir um lugar digerível na sociedade observada, participar com o nativo daquilo que eles estão fazendo.

²² Apesar do que comentamos há algumas páginas sobre a impossibilidade de se olhar o mundo através dos olhos do outro, ressalta-se o esforço de compreender sua ótica sobre o mundo através do diálogo e da observação.

como aquele conjunto de complexo unitário, mas sim como uma polifonia de subjetividades diversas' (CANEVACCI, M. 1991. p. 63), a cidade que antes parecia homogeneizar corpos se desvenda, entretanto, nos dias de hoje, sob o enfoque dos estudos sobre o cotidiano como espaço onde coexistem, por excelência, deferentes estilos de vida, visões de mundo e *ethos* chamados constantemente a resistir ao tempo do desgaste e do desaparecimento de seus referentes materiais.

Nesse sentido eu, pesquisador de “camadas médias intelectualizadas”, branco²³, me deparo com, as formas de vida social de um grupo popular, formado em grande parte por negros, residente em um local próximo ao centro da cidade, parte dele se identificando como remanescentes de um antigo território negro paulatinamente descaracterizado, ao longo do século XX.

De acordo com Maurice Halbwachs (1990, p. 130), o grupo social molda o espaço à sua própria imagem. Acredito, seguindo tal idéia, que o espaço vital de uma comunidade não pode ser construído senão a partir das dimensões simbólicas através das quais os grupos dotam o mundo, os lugares e os sujeitos de significados. O que dizer em relação ao agitado e frenético espaço urbano de uma metrópole, palco pulsante e insone de uma complexidade social efervescente? Não podemos, e creio que isso seja consenso, tratar os habitantes de uma cidade como um grupo social conciso, nos termos durkheimianos adotados por Halbwachs. Ao contrário, este corpo coletivo deve ser percebido como um grupo fragmentado e plural, já que são inúmeros os sistemas simbólicos - teias de significado, conforme a definição semiótica de cultura²⁴ -, os grupos sociais, as redes de relações e os laços de pertencimento, aos quais os indivíduos aderem e tomam parte, que coexistem em um mesmo ambiente social. Refiro-me aqui às definições de Gilberto Velho (1999, p. 18) sobre as sociedades complexas – aquelas onde coexistem inúmeros grupos sociais, cujas fronteiras são marcadas por diversas bases (étnicas, religiosas, ocupacionais e etc.). E estes grupos encontram-se conectados, funcional e afetivamente, nas esferas da produção e do consumo, das relações de parentesco e pertencimento, das tecnologias da comunicação em massa, através de redes sociais. Para o autor, há em qualquer cultura, áreas com certo grau de especificidade que deflagram as discontinuidades no meio social, e “o importante é que estamos lidando com conjuntos de símbolos que vão ser utilizados pelas pessoas nas suas interações e opções cotidianas, num processo criativo e ininterrupto...” (VELHO, 1999, p. 17).

²³ A grande maioria dos antropólogos com que convivo são oriundos de classes médias – conhecemos a realidade elitista do ensino superior no Brasil; o que dizer acerca das pós-graduações?

²⁴ Cf. GEERTZ, 1997.

As próprias formas de ocupação do espaço urbano remontam à heterogeneidade, ao fracionamento, às descontinuidades das formas de vida social presentes em uma metrópole. Há, em realidade, uma enormidade de grupos, visões de mundo e experiências culturais coletivas e individuais coabitando os espaços da cidade, configurando-os como cenários primordiais do desenrolar cotidiano de uma sociedade complexa como a nossa. E a singularidade da prática etnográfica implica justamente no estabelecimento de um contato entre diferenças - neste caso, entre pontos de vista distintos sobre a cidade e diferentes experiências urbanas. Relembro, portanto, o perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro (2002b), segundo o qual o que constitui o nativo e o antropólogo é a interação entre eles; suas práticas específicas os distinguem, porém ambos são humanos e estão em suas culturas. O que supostamente diferencia os dois é que o antropólogo faz um uso reflexivo de sua cultura, enquanto o nativo está imerso em sua cultura de forma inconsciente. Entretanto, todo o conhecimento antropológico de uma cultura é culturalmente mediado²⁵, e, assim sendo, pode-se descartar essa suposta “vantagem epistemológica” do antropólogo sobre o nativo.

O que Viveiros de Castro pretende é a recusa da visão tradicional de ciência, em que a relação de conhecimento que se estabelece entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado é assimétrica, unilateral e englobante. Para o autor, quando se está imbuído dessa perspectiva, a condição de ser da ciência do antropólogo é o epistemocídio da ciência do nativo; recusando tal perspectiva, propõe que se situe as disposições do conhecimento antropológico na mesma ordem do conhecimento nativo. Desse modo, o “outro” passa a ser visto como a expressão de um mundo possível. Viveiros de Castro situa como objeto da antropologia as relações sociais e sua variação relacional no tempo e no espaço: assim define cultura. O perspectivismo de Viveiros de Castro está centrado justamente no fato de se compreender a verdade do relativo, ou seja, a própria relação; isso significa levar verdadeiramente a sério o pensamento do nativo, estar disposto a aprender com ele, a compreender suas teorias que explicam o mundo, as suas formas de resolver problemas, e não decodificar ou traduzir a sua forma de pensamento através das lentes de nosso próprio pensamento. Ao invés de explicar o “outro”, “[...] multiplicar nosso mundo povoando-o de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 131). Aqui, portanto, pretende-se, através de relatos de experiência e convivência com o outro – os moradores da Avenida Luís Guarânia - compreender o espaço como espaço vivido, através de corpos embebidos nos diferentes universos simbólicos que configuram uma cidade.

²⁵ E aqui relembro que, como afirmei, este conhecimento cultural é mediado pelas dimensões espaciais e corporais de sua relação com o mundo.

De acordo com Michel de Certeau (1996, p. 171), os corpos escrevem o espaço urbano. Nesse sentido, as descrições etnográficas que se seguem buscam os sentidos do estar na rua, das relações face a face, das sociabilidades, dos conflitos. O que se pretende com isso é compreender, a partir das experiências cotidianas na Avenida Luís Guaranha, as formas de reconstrução contínua daquele espaço relacionadas ao devir das vidas de seus habitantes. As transformações urbanas são abordadas conforme a emergência das lembranças e imagens do passado nas relações entre moradores e pesquisador, e mesmo entre grupos de moradores na presença do antropólogo. De acordo com Massimo Canevacci “as memórias biográficas elaboram mapas urbanos invisíveis” (1990, p. 22). O autor, definindo a cidade em suas diversas e copresentes vozes - que formam seu coro polifônico - afirma que fragmentos de cidade ligam-se a fragmentos de memória e que todo habitante urbano, assim, possui um conhecimento afetivo de sua cidade. Uma cidade, então, também é um conjunto de recordações que se tem dela, ela se anima com essas recordações.

3. A RUA: SOCIABILIDADES, REDES E VIZINHANÇA.



Im. 19

Vim afirmando ao longo das últimas páginas a importância, para o presente estudo, de se considerar a questão espacial da cidade sob a ótica da dimensão afetiva que liga os sujeitos ao mundo, no sentido de se estar atento às experiências vividas que a um só passo configuram os indivíduos, os grupos e redes a que se ligam, e assim a cidade. Conforme dito, uma das feições mais importantes do trabalho etnográfico desenvolvido junto aos moradores da Avenida Luís Guarânia foi a observação participante no cotidiano do lugar – estar na rua, acompanhar o desenrolar do dia-a-dia, as relações de vizinhança. Prestei grande atenção às redes e sua distribuição no espaço público da rua, bem como as entradas nos espaços privados das casas. A rua é o local central na vida social Luís Guarânia: é nela que se dá o convívio lúdico, as brigas, as tensões; é o lugar de encontro e de visibilidade entre os moradores. Ali, no efervescente espaço público, se negocia a vivência coletiva, se constroem as redes de vizinhança, de compadrio e solidariedade. Entretanto, há famílias que não habitam o espaço da rua, a não ser como passagem.

Para Abraham Moles e Elisabeth Rohmer (1982, p. 11), o espaço emerge como quadro da existência individual e coletiva; na cidade, o ser social está em permanente contato com o ser individual, de modo que o espaço não é neutro, mas sim fonte de comportamentos. A rua enquanto lugar público, para os autores, cumpre uma função fundamental nesse sentido, pois une os domínios privados das residências, sendo, portanto, meio onde o ser sai do exílio interior para participar da vida social (1982, p. 134). Se, por um lado, a rua é primordialmente

um lugar de passagem, não se pode deixar de levar em conta que é nela que se desenrola grande parte dos nossos encontros e descobertas. Dessa forma, Moles e Rohmer (1982, p. 134) identificam duas funções primordiais que animam as ruas da cidade: o deslocamento em direção a algum lugar e a permanência, o parar para estar. Se, para os autores, em nossas cidades hoje em dia há um desequilíbrio entre as duas funções, já que se privilegia a passagem em detrimento à permanência, na Luís Guaranha elas se ordenam de forma diferente. Sob a alcunha de avenida, na tipificação proposta pelos autores, esta seria considerada uma rua residencial, onde o acesso é local, uma vez que não há saída – em nossa linguagem, um beco – e predomina a função de permanência. Não há comércio – apenas uma revendedora de gás que geralmente atende aos pedidos de pessoas que residem ali e nos arredores, entregando-os de motocicleta. Assim, apenas os moradores - e visitantes em busca de moradores – circulam pela avenida. Esta rua de intensa vida social demonstra-se avessa à tendência de “esfriamento” dos espaços públicos da cidade (MOLES e ROHMER, 1984, p. 144), grande parte dos quais reduzidos à função de passagem em decorrência do conjunto de forças sociais que minam o espírito da rua como lugar de convivência.



Im. 20

Para além dos encontros e sociabilidades na rua, na Luís Guaranha também alguns dos pequenos pátios servem de abrigo para reuniões lúdicas entre vizinhos²⁶. Na rua e nos pátios, bem como através das janelas que se debruçam para a rua, as pessoas se vêem e conversam sobre o que passou e o que se passa com eles e com os demais moradores. Os espaços da rua, as calçadas e seus cordões, as soleiras das portas e as entradas dos pequenos corredores e becos que levam às “casas dos fundos”, são lugares demarcados pela sociabilidade face a face, pelo que Robert Ezra Park (1973, p. 46) denomina relações

²⁶ Segundo Roberto DaMatta (2000), o pátio consiste em um espaço intermediário entre casa e rua, nem privado nem público, definido conforme os usos que se faz dele.

primárias. Para o autor, apesar da tendência à superficialidade das relações sociais no meio urbano, não se extinguem os laços interpessoais mais estreitos e estáveis. Os grupos sociais, ao contrário, muitas vezes buscam traços comuns e definem estilos de vida próprios. Assim, ocupando os espaços da cidade através de usos específicos, constroem o que denomina “regiões morais” (1974, p. 64).

Essas relações primárias entre os habitantes locais envolvem algumas práticas habituais, uma vez que encontrei certas recorrências nos tipos de relação entre os grupos e nos lugares específicos que ocupam na rua. As rodas de sociabilidade entre vizinhos, amigos e grupos etários se reúnem quase cotidianamente, ocupando posições demarcadas no espaço por uma ética habitual que define os grupos, e as pessoas em seu pertencimento a eles. Surge assim o que identifico como pequenas regiões morais no espaço público, onde se constroem as diferentes formas de estar na rua – algo a que Maria Helena Sant’Ana (1996, p. 75), em seu estudo sobre a Vila Cai-Cai em Porto Alegre, chama de pequenas territorializações. Muitas senhoras freqüentemente conversam nas calçadas em pequenos grupos, sentadas em bancos e cadeiras reservadas especialmente para esse estar na rua. Gessi, por exemplo, sempre se senta em uma cadeira de praia para tomar chimarrão em frente ao portão do estreito corredor que leva à sua casa; ou então se senta no pátio de Maria, cuja casa fica logo defronte à sua, do outro lado do beco, e permanece ali, conversando com a dona da casa, seu filho Gaspar e porventura outros amigos e visitantes que ocasionalmente se agregam a esta rede. Outro grupo de senhoras senta-se ao fundo do beco, onde há um alargamento da rua, e os carros que entram podem fazer o retorno para sair. Geralmente conversam Marlene, Édina, Rosa, Olga, Lúcia. Os jovens reúnem-se na entrada da avenida, sentados nas sarjetas, encostados em carros, postes ou placas de trânsito; outro grupo reúne-se em frente à casa de Alex Mumu – sempre há algum movimento ali – e o intercâmbio entre as duas regiões é constante. As crianças perambulam pela rua o tempo todo, brincando, correndo e andando de bicicleta, rabiscando a rua com pedaços de tijolo ou jogando amarelinha. Nos dias de sol, jogam futebol e desenvolvem outras brincadeiras na larga calçada do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), um espaço adjacente à Luís Guaranha, porém a ele integrado pelo uso lúdico para o qual é apropriado por jovens e crianças do local. Ali, se dá o encontro entre os moradores da Luís Guaranha e do Beco que existe ao lado da Avenida²⁷.

²⁷ Este, para os moradores da Luís Guaranha, não se constitui como uma avenida, pois não há espaço para circularem automóveis, não sendo então uma rua do centro da cidade como a que eles próprios habitam. Tornarei à questão das fronteiras no decorrer do capítulo.



Im. 21

Retomando Moles e Rohmer (1982, p. 143), os espaços públicos consistem em um teatro permanente, um espetáculo sem fim. Assim, permanecer na rua, lugar de atenção difusa, onde se passam inúmeras coisas, significa desviar a atenção por alguns instantes e fixar pequenos acontecimentos que se sucedem numa apropriação do espaço público: o micro-evento, uma importante dimensão da vida cotidiana nas ruas e calçadas da cidade, que implica na reunião de pessoas em torno de certo acontecimento. O espaço público, na Luís Guaranha, é palco onde esses micro-eventos se sucedem e aglutinam moradores. Brigas, trocas de informações sobre práticas como bordado e conserto de equipamentos elétricos, e mesmo o compartilhamento de brinquedos entre crianças, se dão na rua – quando muito nos pequenos pátios. Apesar do efervescente espaço público, onde os moradores interagem e se comunicam, há pessoas que pouco saem de casa para permanecer na rua, assim como há casas que permanecem fechadas praticamente todo o tempo. Outras, ao contrário, são abertas e expostas, de modo que todos podem ver o que há lá dentro, e quando são “de casa”, podem entrar sem restrições.

É o caso da pequena casa de Beleza, e também de Alex Mumu. O primeiro, o simpático morador de uma das residências logo à entrada da Guaranha²⁸, que divide com uma pequena cachorra. Essa residência tem dimensões bastante reduzidas, contando com apenas um cômodo e um banheiro. Na pequena peça, há uma cama, um móvel de gavetas com uma



Im. 23

televisão antiga quase sempre ligada. Beleza, quando não está assistindo televisão, permanece sentado em um cano de tubulação de esgoto cravado na calçada em frente a sua casa; ele é uma espécie de porteiro da vila, sabendo quem entra e quem sai, a que horas e assim por diante. Ele, contudo, não se considera “fofoqueiro”, como se diz, e afirma preferir não falar sobre os outros para não se incomodar:

- Sabe como é... é vila, né, cara? Fico quieto no meu canto...

Assim, atesta não incomodar ninguém. Morador da Luís Guaranha há cerca de quatro anos, Beleza certa vez me disse que conseguiu a casa onde mora através de uns

²⁸ Forma reduzida do nome da avenida, através da qual os moradores se referem ao lugar onde moram. Quando perguntados sobre de onde são, referem-se simplesmente: Somos da Guaranha.

conhecidos com quem trabalhou em uma oficina mecânica, que faz fronteira com os fundos da Luís Guaranha, eles mesmos moradores locais. Veio do Bairro Glória, também em Porto Alegre, quando estava sem paradeiro após ser despejado da casa onde morava por não pagar devidamente o aluguel. Acabou ficando por lá. Diz que gosta de morar ali, porque é no centro, de modo que tudo fica mais fácil. Gosta das pessoas que lá residem, e procura se dar bem com todos, porém diz ter uma certa dificuldade de convivência com alguns moradores:

- Tem gente que até hoje não me cumprimenta! E olha que faz mais de três anos que eu estou aqui. Passa aqui todo dia e finge que não vê. Eu fico na minha, não sou de ficar “Ei, Ei” [*fazendo gestos como quem chama por alguém que passa*].

Beleza se senta para conversar com as pessoas na rua, em virtude das pequenas dimensões de sua casa. Torcedor do Sport Club Internacional, quando há jogo de seu time, ou assiste pela televisão ou ouve a transmissão pelo rádio, em alto volume. Quando o jogo é importante, os vizinhos se reúnem para ouvir, e são constantes as trocas de informações sobre os resultados das partidas, mas principalmente as provocações entre torcedores rivais. Essas trocas de informações na rua são conformam um elemento central na sociabilidade entre vizinhos, e o exemplo dos jogos de futebol ilustra a comunicação entre essa rede. Todos se conhecem. Apesar da existência de pessoas que se mostram fechadas ao contato com os outros, elas mesmas são assunto para conversas entre os demais moradores – o que me leva a identificar essa vizinhança como formadora de uma rede de relações de malha estreita (BOTT, 1957, p. 77), onde grande parte das pessoas se conhece e interage entre si. Apesar de Beleza não se considerar fofoqueiro, é muito comum que as pessoas com quem tem mais contato lhe perguntem sobre o paradeiro de alguém, se ele viu se entrou, saiu, se está em casa ou não – questões a que ele responde com presteza, quando tem informações. O que ele considera importante é “não se meter na vida dos outros”.

É no espaço da rua que se dão as sociabilidades entre vizinhos, e principalmente entre moradores e visitantes como eu. Em uma ensolarada tarde de sábado, conheci Seu Flávio, que veio a se tornar um de meus principais interlocutores na Luís Guaranha. Em frente à sede da associação, havia um móvel, um balcão de madeira ainda não finalizado, mas muito bem trabalhado. Logo surgiu seu Flávio, um senhor alto, de 74 anos, cabelos grisalhos porém fartos, nem magro nem gordo, grandes óculos quadrados sobre os olhos, com um semblante seguro e saudável.

- Uma loucura esse móvel, não? - *interrompeu sem modéstia*.

Concordei, disse que achei lindo.

- Essa técnica de pátina, *prosseguiu garboso*, ninguém mais faz hoje em dia. Aprendi na época em que estudava no Belas Artes.

Seu Flávio, aquele simpático e imodesto senhor, afirmou que além de marceneiro - profissão que mantém até hoje - também pintava, cantava – era tenor - e atuava. Recostado no móvel que acabara de fazer, sob o sol da tarde, ele me contou causos de suas andanças pelas cidades apresentando-se em praça pública, em cassinos e teatros para conseguir se manter: declamava poesias, cantava, apresentava pequenos esquetes teatrais. Recostado sobre o belo balcão, declamou para mim os versos de um certo poeta que ele veio a conhecer num cassino em Curitiba, quando subiu no palco para apresentar-se e declamou aqueles mesmos versos que eu ouvia naquela tarde de sábado em frente à associação de moradores. Disse que ainda cantava às vezes, e que estava bolando um espetáculo “à antiga”, com música, dança, balé, canto e coreografia para mostrar aos mais novos como é que se fazia uma apresentação bonita.



Im. 24

Essas conversas despreziosas nas calçadas da avenida foram parte fundamental das relações de interlocução que desenvolvi com alguns dos moradores. Essa disposição corporal, o estar na rua, sentar nas sarjetas, encostar-se às soleiras das portas para conversar com quem estava no espaço público foi essencial no desenvolvimento de minha pesquisa. Passei a compor esse ambiente, participar das conversas, e também ser alvo das brincadeiras entre as pessoas da rua, quer residissem lá ou não. Certa tarde, como membro do Projeto Quilombo do Areal, pedi uma escada emprestada para afixar no meio da avenida uma faixa, fornecida pela prefeitura, com os dizeres - Quilombo do Areal: Memória e Patrimônios. Abaixo, os logotipos da prefeitura, do Projeto Descentralização da Cultura. Helena, também do projeto, estava um tanto longe de mim e disse que ouviu de dentro de uma janela, de alguém que leu a faixa:

- Quilombo, mas o que é que estão inventando agora?

Enquanto isso, eu em cima da escada amarrando os cordões da faixa nas fachadas das casas de um e outro lado da rua. A escada encostada na sacada da casa de dois pisos de Tânia. Lá debaixo ela falou para todos ouvirem, mas como quem sussurra:

- Já pula aí pra dentro e me espera que eu estou subindo...

Em outra ocasião, no final de uma reunião da Associação dos Moradores, no centro da rua da Luís Guaranha, quase em frente à casa de Gessi, o último assunto discutido foi a possibilidade de instalação de um portão eletrônico na entrada da avenida, como forma de

proteção à comunidade. O grupo se dissolvia, enquanto eu conversava com Helena e D. Rosa. As senhoras me perguntam de minha filha, falavam das fotografias da visita dos Lanceiros Negros à Luís Guaranha no dia da Consciência Negra, 20/11/2005²⁹. Enquanto Helena e eu conversávamos, uma gorda moradora do lugar, branca, com trejeitos e sotaque de moradora do interior do estado, brincou com suas amigas:

- Eu sou da comunidade – *enfática apontando para o chão como uma liderança*. E acho que temos que fazer um portão com tramela. Quem quer sair levanta igual porteira e depois fecha. Muito fácil!

Todos caíram na Gargalhada.

Também nesses espaços de sociabilidade é que fui percebendo que passei a ser incorporado como alguém que está ali há bastante tempo, sendo então conhecido e incorporado aos grupos de amigos em certas ocasiões. Durante o intervalo de uma reunião no interior da Sede da Associação, uma das convidadas, membro da ONG Kuenda, que não conhecia a Luís Guaranha, me perguntou sobre quem era. Tânia, a mesma que brincou comigo na ocasião há pouco relatada, se antecipou a mim e respondeu:

- Esse aí é nosso “nego”, está aqui com gente há um tempão.

Fiquei lisonjeado com o “nosso nego”, me senti tocado pelo carinho da expressão. Algo que me aliviava da tensão constante de querer saber se representava algo de significativo no cotidiano daquelas pessoas, invadido pela difícil tarefa de tomar a realidade de outras pessoas como matéria para produzir reflexões sobre as identidades, a cultura, a cidade, as relações sociais.

Saindo da sede da associação, fui ter com os homens que faziam churrasco na calçada em frente à sede, ao lado da porta da oficina de Seu Flávio. Joel cuidava de assar a carne, sendo o churrasco oferecido por conta do batizado da bisneta de Seu Xavier, um senhor negro, baixo e simpático, de pouco mais de sessenta anos, boné na cabeça. Sentado com a bisneta no colo ao lado da porta de sua casa, interagiu com os homens ao redor da churrasqueira. Encostei-me na parede para conversar com ele, já que não o conhecia, e logo descobri que se tratava do



Im. 25

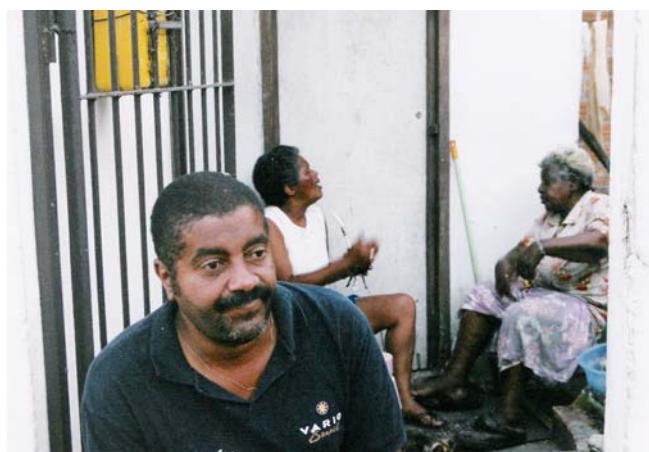
²⁹ Fotografias cedidas por meu colega de mestrado, Lucas Graeff, que acompanhou a marcha dos lanceiros e entregou-me as fotos para que eu levasse aos moradores da Luís Guaranha.

marido de Sônia. Ele me contou que trabalhou na Caldas Jr. e no Grêmio Foot Ball Portoalegrense, depois de sair de Pelotas para fazer a vida na capital do estado. Descobri, logo na primeira conversa, que ele tem uma certa obsessão pelo passado do lugar. Em poucos minutos, Xavier falou sobre o antigo depósito das Brigada Militar que havia no lado direito da Luís Guaranha (olhando do início para o fundo), de onde os caminhões da Brigada vinham retirar lenha. Mencionou o fato de que antes não havia nenhuma casa do lado de lada avenida. Falou com saudades das “churrascadas” debaixo das árvores próximas ao galpão da Brigada.

Como no caso da fala de Xavier, nas conversas que travava com os moradores, geralmente suas falas misturavam aspectos de sua trajetória pessoal e familiar (VELHO, 1994, p. 44) com a questão das mudanças que a avenida sofreu ao longo dos anos que estão ali. Ou seja, nessas pequenas conversas, seguindo Gaston Bachelard (1988), mesclavam-se memórias relativas ao tempo do eu e ao tempo do mundo. E essas conversas se sucediam em geral na rua, mas também nos pátios das casas.

Muitas das casas, no entanto, não tem pátio, já que há, ali, pouca terra em face do grande número de habitantes. Na grande maioria dos lotes, as paredes das casas iniciam-se logo junto à calçada; além disso, em geral são residências geminadas, de modo que não há espaços laterais entre elas. Quando muito, sobram pequenas porções de pátio, geralmente pouco iluminados, onde se cultiva um pequeno jardim – como D. Célia e Gessi – ou se cria um animal de estimação. Como há poucos pátios, esse espaço intermediário entre casa e rua, nem privado nem público, em inúmeras ocasiões, e mesmo no decorrer da vida cotidiana dessas pessoas, se dá uma prática que Carlos Nelson e Arno Vogel (1981, p. 16) identificaram: através de uma inversão simbólica, mediante os usos que se faz do espaço público, a rua vira casa. Como bem indicam os autores, também o processo inverso se dá, e se publiciza os espaços privados, no caso de festas e da grande exposição a que alguns moradores submetem suas casas.

A casa de Dona Maria, por exemplo, conta com pátio, onde ela permanece sentada grande parte do dia, e recebe visitas suas visitas. Ela e o filho gostam muito de crianças, e os convidam sempre para brincar no pátio, que se publiciza nessas brincadeiras, já que as crianças entram e saem pelo portão,



confundindo os espaços público e privado. Muitas casas, se anteriormente contaram com pátios, hoje já não os têm. Grande parte dos espaços desses antigos pátios é atualmente ocupada por novas casas, peças e “puxados” agregados às antigas residências – construções realizadas, pelo que pude notar através de situações vivenciadas e relatos, conforme crescem e se dividem as famílias que ocupam os lotes. Ou, em caso de a família estar passando por necessidades, aluga-se peças das casas. É comum que os moradores dessas peças aos poucos se estabeleçam no local, comprando ou permutando partes do lote. Assim, os núcleos familiares iniciais podem abrir espaços para que outros parentes, amigos e inquilinos venham a habitar a mesma porção de terreno, construindo novos cômodos ou puxados para que estes se instalem. Como é o caso de muitos dos moradores dali, dessa situação inicial, temporária, conseguem comprar uma casa na avenida ou em outra região, e abandonam o terreno anterior.

A questão das redes de parentesco está decisivamente ligada à coabitação em um mesmo terreno. Certo dia, sentado com Cláudio, homem de cerca de cinquenta anos, portador de deficiência física, em frente à porta de sua casa, observando o cotidiano, vejo entrar um caminhão carregado de areia e brita, conteúdo que o motorista e seu ajudante despejaram bem ao fundo do beco. “Vai ter mais uma obra?”, perguntei a Cláudio. Ele respondeu que a filha da Nina, moradora de uma das casas mais ao fundo da Luís Guaranha, tinha ganhado nenê e por isso estavam construindo mais uma peça no terreno, porque o pátio dela era bem grande. Logo depois, Nina veio de um dos bequinhos ao fundo da rua principal receber a carga.

Essa forma de coabitação de vários núcleos familiares em um mesmo terreno fundamenta grande parte das reformas e reconstrução das casas. Para além das redes de parentesco, há também as redes de amizade e de trabalho que permitem essa habitação conjunta, mesmo que em situações temporárias. Quando não se trata de habitar um mesmo lote, há indicações de casas vagas para os conhecidos – como é o caso de Beleza. Seu Flávio e D. Célia são antigos moradores que, através de redes de trabalho, chegaram à Luís Guaranha, alugando peças de casas de antigos moradores no início e se estabelecendo de forma definitiva posteriormente.

Seu Flávio veio de Pelotas, aos 14 anos³⁰, para fazer a vida na capital. Quando veio, morou com uma tia, em outra região da cidade. Começou a namorar uma garota, que conheceu em seu trabalho no Laboratório Gayer, moradora da Luís Guaranha em conjunto com sua família, e então passou a frequentar o lugar. A relação com sua tia ia mal, e ele mudou-se para a Guaranha, indo morar com uma senhora – segundo ele, uma “velha”,

³⁰ Hoje tem 75 anos.

chamada Adelina - que era dona de uma das pequenas casas do casarão de esquina. Mais tarde essa senhora veio a falecer, e seus filhos fizeram questão que a residência ficasse com Flávio, por sempre ter cuidado dela. Casou-se com a namorada e foi morar na casa, onde hoje funciona sua marcenaria. Teve cinco de seus nove seus filhos ali. Um deles, João Flávio, de cerca de cinquenta anos, trabalha com ele na oficina. Seu Flávio hoje mora com a mulher em um apartamento próximo à Avenida Padre Cacique, no bairro Menino Deus. Sempre manteve, no entanto, a presença junto à comunidade da Luís Guaranha. Quando deixou de morar ali, fez de sua casa a oficina de trabalho. Na peça da frente de sua oficina, morava sua filha Márcia – apesar das brigas entre os dois, que pouco se falavam. Márcia acabou por mudar-se de cidade em 2004, e a peça ficou desocupada. Flávio indignou-se quando viu que João Flávio – morador do beco ao lado da Luís Guaranha - havia preenchido o espaço do cômodo com “os restos de coisa e pedaço de madeira que ele junta com os amigos dele”.

Dona Célia, por sua vez, veio da cidade de Ijuí para Porto Alegre trabalhar como babá. Residiu durante seis anos na casa de seus patrões, na rua 17 de Julho. Mais tarde, saiu dessa casa e se estabeleceu na Luís Guaranha. Em conjunto com uma sobrinha sua, com quem trabalhava, alugou a peça da frente da casa de uma senhora, por ser próxima ao trabalho. A senhora foi embora e ela passou a alugar a casa toda, já que na época a Luís Guaranha pertencia à Santa Casa – do mesmo modo com Seu Flávio. Tempos depois, arrumou um companheiro, com quem não casou, porém viveu junto durante muitos anos.

Ele que me fez essa casa aqui. Faz quinze anos que ele morreu. Nós moramos muito tempo naquela casa velha de madeira. [...] mas eu acho que não existe mais aquelas casas antigas. Quando nós paramos de pagar aluguel que eu fiz essa casa de alvenaria. A gente não ia fazer uma benfeitoria numa casa que não tinha certeza de nada!

Segundo Célia, no andar superior de sua casa, um sobrinho seu construiu outra residência, posteriormente vendeu e foi embora. Agora quem mora na casa de cima, cujo acesso se dá por uma escada ao lado da porta de Célia, é um casal com dois filhos. A mulher, Lucília, afirmou que nasceu e morou toda a vida no Areal da Baronesa.

Eu moro nessa zona aqui há 61 anos. Só mudei de rua. Morei ali, morei na Múcio, onde mora o Márcio agora; Depois meu filho mais novo comprou aqui, agora a gente mora aqui. Aqui na Guaranha, primeiro morei dez anos, agora faz dois que eu voltei. Sempre aqui, 61 anos aqui.

Como se percebe, os antigos moradores que alugavam peças de suas casas, quando faleceram ou foram embora, deixaram a Flávio e Célia suas residências. Já Lucília residiu em vários locais na região até que seu filho comprou uma casa na Luís Guaranha.

A trajetória de Gessi é um tanto diferente. Sentada no pátio de Maria, conversando comigo, se lembrou de como passou trabalho até se estabelecer ali. Disse que chegou ali um ano depois de Maria, há 22 anos, com seu primeiro marido, Benhur, com quem teve sua filha mais velha, Adriana. Disse que permaneceu durante um tempo na casa de um morador da Luís Guaranha, e que mais tarde conseguiu trocar um pequeno barraco no local por um butijão de gás e mais um pouco de dinheiro. Este barraco de madeira era minúsculo, segundo ela, tanto que não cabia nem uma cama, e eles tinham que dormir sentados, de frente um para o outro, com a filha encostada em um dos colos. Disse que o casamento foi em vão, durando cerca de um ano. O marido foi embora, invadiu um terreno na divisa de Viamão, perto da Agronomia, e ela ficou com a pequena casa. Como era insustentável a situação, começou a correr atrás da construção de uma casa nova, o que conseguiu com a ajuda da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que dava tíquetes aos moradores para trocarem por material de construção na loja do Vovô, próxima dali.

– Meu falecido pai é que me ajudou a construir essa casa aqui. Depois ele ficou doente e eu toquei sozinha. Cheguei a virar concreto para erguer a casinha.

Joel, atual marido de Gessi, também tinha acabado de se separar. Ele tem filhos com essa primeira mulher, que ainda mora com as crianças na Guaranha. Segundo Gessi, ela e Joel começaram a se olhar, passaram a conversar e acabaram por se envolver, então ficaram juntos. Eles cuidam dos quatro filhos de Adriana - que faleceu há cerca de sete anos, logo após o parto do filho mais novo³¹ - e ainda vivem na mesma casa, que Gessi construiu com seu pai.

Maria comentou que, como o de Gessi, seu barraco também era muito ruim quando veio para lá, e que foi uma mulher para quem trabalhou durante muito tempo como doméstica que construiu sua nova casa. As duas disseram que seus casebres iniciais não tinham nada, nem banheiro, e que a vida era muito difícil. Gessi contou que permaneceu com sua filha sozinha ali. O que é interessante de notar nesses relatos é que, para além das redes de parentesco e compadrio, também as redes de solidariedade – sejam institucionais, como no caso da LBA, sejam de pessoas generosas, como no caso de Maria – também se configuram como elementos fundamentais nas trajetórias dessas pessoas, permitindo que se instalassem na Luís Guaranha com certa qualidade de vida.

É muito comum nos relatos dos moradores, o fato de terem residido em mais de uma casa no local, o que geralmente inclui períodos de saída da avenida em direção a outras

³¹ O interessante é que as crianças chamam Gessi de “vó” e Joel de “pai”, pois as mais velhas foram criadas somente pela mãe, até que ela veio a falecer.

regiões da cidade e posterior retorno. Este é o caso de D. Rosa, uma senhora negra de mais de 70 anos, também antiga moradora, que firmou que seus bisavôs foram escravos, e que sua mãe veio morar na Luís Guaranha depois de ter passado por lugares da cidade como o famoso Beco do Oitavo³², tendo posteriormente ido residir na cidade vizinha Viamão; por fim retornou à avenida para cuidar de um irmão doente, e acabou permanecendo mesmo após sua morte.

Foi através das redes de amizade que aos poucos passei a ter contato com outros moradores da Luís Guaranha. Da mesma forma que pude estabelecer uma relação de proximidade com Maria e Gaspar através de Gessi, Flávio me levou a conhecer Terezinha, e assim descobri um interessante aspecto da vida social da Luís Guaranha. Era uma tarde de sexta-feira. Eu tornava à oficina de Flávio, uma das peças do antigo casarão-cortiço na entrada do beco, pretendendo gravar uma entrevista. Gritei por ele e fui entrando, logo perguntando se era hoje que a gente ia ter aquela conversa. Seu Flávio, de imediato respondeu:

- Rapaz, eu estou desesperado...

Franzindo a testa com auto-piedade e dizendo como sempre que estava cheio de serviço e tinha um móvel para desenhar e construir até a outra quarta-feira, de modo que iria trabalhar fim-de-semana e feriado pra dar conta do serviço. Passou a desabafar sobre seu filho João Flávio, que tinha sumido, ido trabalhar pra tal igreja que frequenta e o deixado “na mão” com o serviço que faziam juntos. Ironia do destino, João Flávio tinha deixado o pai, que certa vez me disse conhecer a fundo a ciência mais avançada que existe, o marxismo, para trabalhar na Igreja...

- Como pode duas pessoas assim tão diferentes? E ainda por cima deixa esse monte de quinquilharia amontoada abarrotando a oficina.

Como sempre depois de se desculpar de início, driblando a mim e à entrevista, começou a contar histórias como quem não quer nada.

-Vamos tomar um café?

- Tem uma térmica aí?

- Que nada, vem cá que eu vou te mostrar.

Atravessando a rua e adentrando um longo corredor entre duas casas do beco, ao lado da casa de D. Maria, me levou à lancheria de Dona Terezinha – montada na ante-sala de sua casa - onde me pagou um café e desandou a contar passagens de sua vida. As crianças

³² Beco em pleno centro de Porto Alegre, destruído na primeira gestão de Loureiro da Silva (1937-1943), como medida de saneamento da zona. Cf. DE GRANDI, 2002.

entravam e saíam a todo o momento, para comprar picolés, pirulitos, grandes pedaços de bolo de chocolate e outras guloseimas. Entre as muitas crianças, alguns jovens e adultos por vezes vinham comprar algo. Eu perguntava a mim mesmo como é que eu não tinha notado aquela movimentação antes. Uma das crianças entrou e pediu um chocolate. Terezinha contou as moedas e respondeu que aquele dinheiro era suficiente apenas para chicletes e balas. Eu notava que algumas crianças dali tinham dificuldades de lidar com dinheiro, cálculos e trocos³³. Logo após, uma menina de cerca de 15 anos entrou e pediu para “pendurar” um pedaço de bolo, pedido logo negado por Terezinha:

- Olha, tu sabe, fiado não é bom pra ninguém...

Voltando-se para mim afirmou não gostar que as pessoas fiquem lhe devendo, pois a situação de cobrança posterior é constrangedora.

Depois de conhecer Terezinha, passei a visitá-la, consumindo lanches, tomando café e assim por diante, permanecendo durante horas nesse espaço semi-público (MOLES e ROHMER, 1984, p. 145), conversando com ela. Esta senhora veio de Araranguá há cerca de 28 anos, assim que se casou. Branca, com cerca de 50 anos, em sua fala emerge a forte identidade católica, tanto nos pequenos e recorrentes comentários em que remete a Deus e aos santos, quanto em frases em que afirma a necessidade de orar e pedir o bem para sua família. Seu marido pertence à Brigada Militar, é aposentado, porém continua trabalhando em regime de meio período para agregar recursos à aposentadoria. Ela me contou que quando o conheceu, seu marido tinha uma noiva, que, como ela, morava em Araranguá. Terezinha trabalhava em uma loja na rodoviária. Certo dia, chegando lá para visitar a tal noiva, ele entrou nessa loja para comprar um presente, e pediu a opinião dela, que o ajudou a escolher. Passados cerca de 15 dias, ele apareceu novamente, e assim passou a freqüentar a loja para conversar com ela. Certo dia lhe pediu seu endereço para escrever uma carta. Ela deu, pensando se tratar de uma amizade, afinal o rapaz era noivo.

Para sua surpresa, a primeira carta veio manifestando os sentimentos de um rapaz apaixonado, dizendo que queria ficar com ela. Ela em princípio se assustou, mas continuaram se correspondendo. Ela em princípio se mostrou “ressabiada”, porém foram se conhecendo, até que resolveram se casar. Como ele acabara de entrar para a Brigada Militar, em Porto

³³ Da mesma forma, apesar de ter ouvido das mulheres da Associação dos Moradores que havia poucos analfabetos no local, certa vez cheguei para visitar Cláudio e ele estava estudando matemática. Disse que mal sabia ler, tampouco executar operações matemáticas como divisão, subtração e multiplicação, e que por isso teve que parar com o trabalho que estava desenvolvendo, de revenda de produtos de limpeza para um fornecedor, pois não conseguia lidar com dinheiro para calcular preços e trocos. Cláudio disse que a grande maioria das crianças estuda (muitas delas em um colégio próximo dali), porém muitos dos mais velhos tem pouca instrução, e alguns deles são analfabetos.

Alegre, o jovem casal veio morar diretamente na Luís Guaranha, pois ali residia um tio de seu marido, também pertencente à Brigada. A área onde moram fica no lado da Guaranha que faz fronteira com o Quartel. Havia diversas pequenas casas que a instituição cedia a alguns de seus funcionários, além de um posto de saúde e outros serviços. Entre elas, algumas ficavam junto à Luís Guaranha: quatro pequenas casas de madeira muito antigas, cuja entrada se dá por um pequeno beco entre duas casas da avenida.

- O Seu Flávio me disse que, quando ele chegou aqui, as casas já eram antigas. Tu imagina...

O tio de seu marido morava na casa onde eles moram atualmente, em cujo pátio construíram uma pequena residência de dois cômodos para eles, assim que chegaram. A parte onde hoje funciona a venda – a única peça de alvenaria da casa - era a garagem da casa do tio. Tempos depois, este se aposentou e a casa ficou para eles. Perguntei a ela se, por acaso, a pequena casa de dois cômodos onde moraram é onde atualmente mora D. Maria, vizinha deles. Ela respondeu que não, que ali residia uma senhora muito velha, chamada D. Francina, que morreu. Foi aí que D. Maria veio para lá junto com seu filho, Luís Gaspar.

Assim que me despedi de Terezinha e percorri o corredor que me levava de volta à rua, vi Gessi sentada em um banco conversando com D. Maria e Gaspar. Ela sempre com o cabo de vassoura na mão. Parei para conversar com eles. D. Maria me cumprimentou:

- Como vai o senhor? E a D. Iara?

Respondi que estava tudo bem. Gessi se espantou pelo fato de eu ainda estar lá, e perguntou onde eu estava. Disse que estava com Terezinha. D. Maria de imediato alfinetou:

- Tu tava com essa aí é? E o que ela falou de mal da gente?

Disse que fiquei conversando sobre a história da vinda dela pra Guaranha e etc.

- Ela não te contou que eu botei o marido dela na justiça e ganhei o pedaço de terreno que eles tinham me roubado? Veio o oficial de justiça e mandou ele derrubar o muro. *[mostrando o pedaço de pátio que havia ganhado]*. Esse corredor deles aí também é meu, não é deles. A entrada deles era lá por trás, não aqui pela frente da rua.

Assim, participando do cotidiano dessas pessoas e mostrando-me interessado por suas trajetórias de vida e suas memórias, acabei por me inserir nas tensões e brigas entre moradores, uma dimensão fundamental das relações de vizinhança. Acima de tudo, me inseri em uma rede de fofocas, em que as pessoas comentavam umas sobre as outras, se mostravam curiosas sobre os acontecimentos mais recentes. O mecanismo da fofoca, como uma forma de circulação de informações sobre as vidas dos moradores, mostra-se extremamente importante na construção e manutenção de redes e grupos dentro da avenida. Para Cláudia Fonseca, a

“fofoca seria instrumental de definição dos limites do grupo – não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa integração ao grupo” (1996, p. 42). Através da fofoca, são constantemente atualizadas as “normas” éticas dos diferentes grupos, de moradores e *habitués* locais. Assim também se constroem as identidades pessoais e coletivas. Resgatando Michel Maffesoli, uma prática que acaba por constituir também a singularidade desse espaço social. Em suas próprias palavras, “O que circula, informações, rumores, imagens, palavras, afetos..., entrando de um modo não desprezível na elaboração dessa entidade que se chama cidade, bairro, quadra, etc.” (1996, p. 264).



Im. 27

Como afirmam Norbert Elias e John Scotson (2000, p. 20), há a fofoca elogiosa e a depreciativa. Através dessas duas modalidades, se constroem as normas éticas dos grupos, e assim se estabelece o pertencimento e eles. “A auto-imagem e auto-estima de um membro estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 40). Para os autores, há uma elasticidade nos vínculos que unem a pessoa, em sua autonomia relativa, ao grupo, com sua ação normativa - elasticidades que, entretanto tem seus limites. Entre os moradores mais velhos da Luís Guaranha, por exemplo, condena-se o uso de drogas, fala-se sobre a “boa vida” dos jovens; comentam-se, da mesma forma, as amizades, os namoros, as traições, e assim por diante. De acordo com os autores acima citados, em uma situação como essa, o primeiro passo metodológico a ser dado é o desprendimento em relação aos grupos. Não se pretende saber se há um lado errado e outro certo, mas sim descobrir os elos entre os eles e a natureza dessa relação. Entretanto, como este é um trabalho sobre memória coletiva, que busca conhecer as representações e imagens sobre o local estudado ao longo do tempo, tive que realizar uma escolha, e procurei firmar relações com os antigos

moradores, mesmo deixando claro que não estava me filiando a um ou outro grupo ali, mas circulando por entre eles. Constatei que certas atitudes dos jovens eram condenadas pelo grupo que mais me despertava interesse, de modo que, mesmo travando contato com os primeiros, passei a conviver preferencialmente com os mais com os antigos.

E, ao menos entre estes moradores, através das conversas na rua, além de informações recentes são repassadas as memórias, fatos anteriores e lembranças de antigas histórias, que emergem com muita frequência entre um assunto e outro. Nesse sentido, identifiquei que, para além das fofocas elogiosas e depreciativas, há também a de rememoração - na qual se abordam fatos passados, tanto da vida das pessoas que compõem o grupo que conversa (falando de si próprias), quanto de outros moradores. Os antigos eventos são retomados de forma narrativa, e, portanto, re-elaborados e ressemantizados, agregam-se novos sentidos e tecem-se novas relações. Dessa forma, emerge nessas conversas o caráter fabulatório da memória (ECKERT e ROCHA, 2000c). Tal é o caso de Maria e Gessi, que, sentadas no pátio, relembravam como haviam tido decepções amorosas em seus casamentos e, às gargalhadas, riam das situações que tempos atrás as fizeram sofrer.

Estando na rua, inserido nas conversas entre grupos de moradores, é inevitável saber através do “falatório”, sob o olhar de quem fala, informações sobre as pessoas - em que trabalham, de onde vieram, como é a sua conduta moral e assim por diante. Logo nos primeiros contatos com os moradores da Luís Guaranha, ainda dentro do Projeto Quilombo do Areal, procurávamos pessoas que desenvolvessem antigas práticas no local, e na rua me disseram que Maria é benzedeira, apesar de agir apenas espontaneamente com as pessoas de quem gosta. Quem me disse isso foi um jovem morador local, afirmando que esta senhora curou um “cobreiro” que ele teve. Como Maria é uma pessoa “fechada” e avessa a propostas de entrevista, dizendo que esse tipo de coisa que nós fazemos é “miragem”, e que no final não leva a nada, eu nunca quis abordar deliberadamente o assunto, e me restringi a perguntar coisas corriqueiras e visita-la para conversar, como “amigo” conforme ela exigia. Certa vez, chegando à Guaranha, avistei Gaspar sentado em um banco no portão de sua casa, e fui cumprimentar. Chegando perto, vi que dentro do pátio estavam as amigas Maria e Gessi. Ao lado de Maria, uma bacia com um resto de água e algumas ervas. Fiquei curioso, mas não quis perguntar o que era, esperei o assunto surgir naturalmente. Logo, Gessi afirmou estar com



Im. 28

uma dor horrível na perna, e que Maria tinha feito uma reza para ela. Gessi então comentou que na segunda-feira iria receber um diploma do curso de “salto alto” que estava fazendo - para aprender a lidar melhor com a comunidade – e se perguntava como iria colocar salto e caminhar direito se aquela dor continuasse. Maria comentou:

- Acredita na força da “véia”!

Maria e Gaspar permanecem bastante tempo na rua, observando o movimento de pessoas e comentando um ou outro fato sobre as pessoas que passam, por vezes interagindo com eles. Regularmente, enquanto eu conversava com Maria dentro do pátio ou mesmo com Gaspar do lado de fora, este simpático homem de largo bigode escuro disparava para alguém que passava:

– Ô Lobisomem, vem cá, Lobisomem.

– Ai ti linda kiança!

– Olha lá a Bicha, mãe...

Maria ou entrava na brincadeira ou mandava que seu filho não se metesse nos assuntos dos outros. Na última ocasião descrita, Maria retrucou:

- Não fala dela que essa bicha tem muita força, Só porque é bicha não é homem?

D. Maria contou que não foi só o marido da vizinha que ela botou na justiça, conforme relatado há pouco, mas também o seu ex-marido, que “aprontou” muito com ela e tinha “outras negras por aí”. Ela disse que foi atrás de seu marido com um saco cheio de pedras e facas, dizendo que era ele mexer com ela que aquele feitiço ia lhe abater.

Em outra ocasião, duas vizinhas conversavam, quando se dirigiram a Cláudio, com quem eu estava sentado:

- Que história é essa de dizer que o Pedro³⁴ está aqui? O Pedro está preso! De onde tu tirou isso?

Cláudio respondeu que ouviu alguém chamar por ele e comentou com outra pessoa.

- É bom parar com esse assunto!

Percebi um clima de tensão... Pedro é um dos “guris” da Guaranha que haviam sido presos há alguns meses, em uma operação que “varreu” a avenida e levou este e mais outros três rapazes. A mensagem nessa ocasião era clara: esqueça o assunto e não fale mais nisso! Dei-me conta de que para compreender assunto delicado como aquele, referido a um certo código de conduta, era necessário estar interado dos eventos que ocorrem no lugar. Se não estivesse há tempos acompanhando os acontecimentos marcantes na Luís Guaranha através

³⁴ Este é um nome fictício.

dessa rede de fofocas, eu sentiria o clima de tensão, porém não compreenderia sobre o que se estava falando. E o falatório entre os pequenos grupos de moradores corre solto nesse espaço da rua. Para além da jocosidade, emergem em muitos casos as tensões incluídas na construção das redes de vizinhança.

Certa vez, encostado na parede grafitada da casa de Alex Mumu, durante a tarde, conversava com ele e outros de seus amigos sobre grafites, jogos de basquete e futebol, enquanto brincavam com uma bola. Perguntaram-me se eu jogava, passando-a para mim, e eu respondi que nunca fui bom no basquete. Enquanto conversamos, um casal começa a brigar, aos gritos, dentro da casa vizinha à de Mumu. Logo, a mulher sai correndo lá de dentro, ele correndo atrás. Os dois bastante jovens. Um agravante: a menina está grávida. Ela o xinga, ele revida. As pessoas em volta entram em alerta. Todos passam a prestar atenção na briga. Alguém pede a Mumu que intervenha, e ele diz que não tem nada a ver com a história, os dois que resolvam entre eles. A menina ameaça que vai botá-lo para fora de casa. Ele se enfurece e ameaça bater nela. Ela se defende com uma vassoura. As pessoas tentam apartar a briga, e ele entra em casa. Nesse meio tempo, as vizinhas levam a garota para outra casa, em frente ao lugar onde estamos. Ele logo sai de casa em busca dela, ainda descontrolado. Aos poucos, os ânimos se acalmam. As coisas voltam ao normal. Converso um pouco mais com os rapazes, e logo saio para sentar com outras pessoas. Pouco mais de uma hora mais tarde, me sento com as senhoras ao fundo da rua. Logo passa alguém, interagindo com elas e perguntando sobre o que havia acontecido há pouco, questão que motiva comentários sobre as brigas. Marlene afirma:

- Ela é que está louca! Botou as coisas dele pra fora de casa, jogou comida fora! Só porque está barriguda está “botando as asinhas para fora”. Mulher pensa que não apanha porque está barriguda, mas apanha sim! Apanha muito na cara!

Como neste caso, as relações na rua incluem conversar sobre acontecimentos excepcionais, novidades nas vidas dos vizinhos - como gravidezes, doenças, mudanças de casa, reformas - e mesmo sobre as trajetórias pessoais e familiares, namoros, brigas e assim por diante. Formam, assim, uma rede de comunicação, onde torçam informações sobre suas vidas. Ali, as relações de vizinhança passam necessariamente pelo reconhecimento uns dos outros e pelo falar sobre os outros. Há pessoas que não suportam essa rede, e se isolam ao máximo. É o caso da vizinha de Gessi, uma senhora que reside em uma pequena casa, sempre com as janelas fechadas – mesmo nos dias de calor insuportável. E, como me disse Joel, cheia de gatos que nunca saem para a rua. Há outros que levam com bom humor esse “falatório”. Beth, por exemplo, afirmou em certa ocasião:

- Pode me chamar de Beth “Bafão”, é o jeito que todos me chamam!

Bafão, no caso, significa tumulto, acontecimento, novidade. Ela afirma que não nega uma briga, desde que tenha razão.

Gessi certa vez comentou comigo o fato de estar cansada de “fazer tudo sozinha” na Associação dos Moradores, tendo que pedir um pouco de dinheiro para uma instituição, um pouco para outra, e que no final conseguiu autenticar papéis, pagar cartório, mandar a inscrição da associação no CNPJ, tudo sem poder pedir um tostão para ninguém da comunidade. Comentou que tempos atrás, falavam “por suas costas” que ela estava usando dinheiro da Associação para dar comida aos netos, e que, inclusive, tinha pagado sua festa de aniversário com os recursos da comunidade. Afirmou, entretanto, que todo mundo viu que foram as suas irmãs que trouxeram tudo para a festa, e que Joel tinha comprado o resto.

- Mas é assim, eu consigo as coisas e eles vêm falar mal de mim pelas costas. Então eu faço o que é pra comunidade, e não peço mais nada pra eles.

Entra-se, assim, em uma dimensão delicada da construção da rede de relações de vizinhança.

3.1. DAS CONTRADIÇÕES: CONFLITOS, RELAÇÕES DE PODER E PERTENCIMENTO.

Na Luís Guaranha, percebo a existência de inúmeros de conflitos, das mais variadas ordens, que emergem nas relações cotidianas entre moradores, *habitués* e visitantes. Há conflitos entre novos e antigos habitantes locais, entre militares e civis, entre jovens e velhos, entres grupos de mulheres idosas, entre aqueles que detêm um certo poder através da Associação dos Moradores e aqueles que se afastam dessa mobilização, entre vizinhos - por conta de porções de terreno, ou mesmo por conta do falatório e da fofoca - entre famílias e dentro delas, entre casais, e assim por diante.

As tensões mais comuns se dão entre vizinhos. Em uma sexta-feira, no final da tarde, eu estava sentado com D. Maria e Gessi dentro do pátio de Maria, quando ouvimos gritos vindos do fundo do beco. Meio sem jeito, fui até a beira do portão, ver do que se tratava. Era uma briga de vizinhos, uma troca de desaforos entre uma senhora idosa e um homem mais novo. Ela Gritou para ele:

- VAI, O GIGOLÔ DE MULHER!

Ele retrucou:

- QUE É, SUA VELHA CHATA? VAI CUIDAR DA SUA VIDA!

Ouvindo a discussão, Maria comenta comigo:

- É essa a nossa vizinhança...

Gaspar sai do portão para olhar o “bafão”. Logo a mãe chama pelo filho:

- Vem cá, Gaspar! Não se mete nisso aí!

Ele responde:

-Mas isso é bom, mãe, aqui sempre tem uma novidade pra gente se divertir.

Essa discussão leva Maria a pensar sobre os problemas que tem com a vizinhança. Assim, ela comenta sobre a “falta de educação” das crianças, hoje em dia, e que no seu tempo eles apanhavam dos pais e sabiam o porquê, que, da mesma forma, ensinou seu filho a respeitar o que é dos outros. Prosseguindo, reclamou dos “maconheiros” do lugar, que antes sentavam em frente à sua casa, durante a noite, e não os deixavam dormir, o que interpreto como uma das facetas da tensão geracional, entre jovens e velhos, no local. Fala do barral que era aquilo quando chegaram, e que só depois foi feito o calçamento. Com um tom reflexivo, afirmou:

- Essa negrada aqui é braba! Eu já morei em tanto lugar nessa vida, agora como esse eu nunca vi... Eles aprontam de tudo. E eu fico aqui, só esperando pra ver o que vai acontecer, só espiando...

Entretanto, prosseguindo a conversa, depois de se lembrar das dificuldades de vida em períodos anteriores, da situação das lavadeiras, da não existência de serviços de saneamento básico, concluiu:

- É, mas até que a gente tem sorte na vida.

Comentou, diante de Gaspar, que durante muitos anos o filho se envolveu com drogas, e que, assim, quase perdeu o filho. Disse que Gaspar foi aposentado porque estava “meio louco”, e hoje os dois vivem com suas respectivas aposentadorias. Abordando o assunto da pobreza, afirmou que muitas pessoas não encontram meios de ganhar dinheiro, e acabam por desenvolver práticas ilegais, e que geralmente são malsucedidos na vida:

- O dinheiro é bandido! O dinheiro prega muita faceta na gente... As pessoas olham quem a gente é pela nossa moradia, pelas roupas que a gente usa e pela forma que se porta. Agora vai entrar numa casinha dessas aqui de gente pobre e achar R\$5.000, vai achar o que?

Seu Flávio, por sua vez, está entre os “antigos” que mais condenam o comportamento dos jovens diante das situações que a vida lhes impõe. Como trabalha com marcenaria na Luís Guaranha, disse que muitas vezes tentou chamar um ou outro jovem do local para ser seu auxiliar, mas que em quase todas fracassou, porque eles preferem a “vida boa”, não se esforçam para aprender uma profissão, não têm o intuito de “progredir na vida”. Segundo seu Flávio, “são miseráveis”, que para sobreviver “fazem qualquer coisa”.

D. Célia, em um tom mais ameno, afirma que,

[...] aqui, não sei se tu sabe, tem esse negócio dos viciados. Mas eu sou muito amiga deles. Quando está demais eu só faço assim [*chamando com o dedo*]. Eles vêm, eu mando sentar, digo: vamos conversar. A gente conversa, digo: olha aqui, na frente da minha casa eu não quero, nem aqui do lado. Eu sei que vocês são isso e aquilo, mas eu exijo muito respeito com o meu povo. Eu estou aqui há quarenta anos!

Os moradores mais antigos como Flávio e Célia, a partir dos problemas enfrentados atualmente no local, se referem à tranqüilidade que era a Luís Guaranha quando veio morar ali. Segundo eles, um dos “lados” da avenida era vazio, contendo apenas a casa e o armazém de esquina, um galpão da Brigada, algumas casas da instituição, uma igrejinha de madeira, uma caixa d’água do “tempo da escravidão”, algumas grandes árvores, etc. Célia afirmou, durante uma entrevista:

Quando eu vim morar aqui isso era muito maravilhoso, mas Deus o livre! Depois que foi... muita gente, né? Quando eu vim morar aqui, desse lado tinha só um galpão, lá embaixo era tudo um matagal, um capoeirão. Depois foi vindo gente, gente. Todo mundo precisa morar. Bem ou mal, as pessoas vão se acomodando como podem. Depois deu no que deu, agora está a Guaranha assim...

É o meu povo, como eu digo. [...] Eu gosto de toda a minha gente que mora aqui. Todos. Aqui não tem esse negócio de desavença assim, é muito difícil.

Flávio, da mesma forma, porém em um tom mais repreensivo, afirmou:

Uma vida aqui! Foi uma vida... Isso aqui era uma beleza. [...] Aqui só tinha gente boa! Aqui saíram dois coronéis da brigada. [...] Isso aqui degingolou quando terminou o beco, aquele ali, aí sim. [...] Um beco que ficava aí a frente do Conselho, o Beco do Mijo. Era uma pensão que tinha ali. Era dum português. Eu sei que terminou aquilo ali porque o português morreu... saiu todo mundo daí e vieram se metendo aqui pra dentro da Guaranha, que sabiam que ali não iam poder ficar, tinham propriedade, não tinham nada. Mas eles vinham chegando. Porque aqui tinha um coronel... O coronel da brigada é que estava botando esse do lado de lá da Guaranha. Na outra parte que tinha ali, que acompanha a largura daqueles terrenos dali. [...] E ele meteu-lhe gente aqui pra dentro!

Pode-se notar o quão contraditórias são as dimensões dos conflitos e tensões em meio à construção das relações de vizinhança e pertencimento a este território. Entramos, nessas narrativas, na nebulosidade das relações entre aspectos da vida no que concerne às memórias biográficas, quando, de acordo com Gaston Bachelard (1988, p.76), se sobrepõe o tempo pensado ao tempo vivido³⁵. Seu Flávio fala da “esculhambação” que aquilo “virou” após a chegada dos novos moradores, oriundos dos becos e avenidas que foram removidos dos arredores. Célia, mais compreensiva, diz que “todo mundo precisa morar”, mas mesmo

³⁵ A questão das memórias individuais e coletiva será abordada de modo mais aprofundado, no capítulo seguinte.

assim se refere à “maravilha” que era a Guaranha quando chegou ali, e que, de tão deserta a rua, tinha medo de passar ali à noite, no escuro.

Proponho, assim, uma analogia entre a comunidade da Luís Guaranha e de Winston Parva³⁶, estudada por Norbert Elias e John Scotson (2000) em meados da década de 50 do séc. XX. Nessa pequena cidade, os moradores mais antigos, da parte chamada de “aldeia”, se mostravam contrariados em relação à instalação de um grande contingente populacional em um loteamento mais novo, logo após o início dos bombardeios à Inglaterra - eram desabrigados em função da II Guerra Mundial. Os antigos residentes, estabelecidos há longa data, preocupados em manter suas formas de comportamento e seus padrões morais, passaram a “cerrar fileiras” contra os recém-chegados, sendo fundamental o poderoso instrumento da fofoca. A dimensão do tempo de moradia no local, segundo a análise dos autores, consiste no principal demarcador das diferenças entre os grupos, o que configura uma relação do tipo estabelecidos-outsiders.

Na Luís Guaranha, os antigos moradores detêm o conhecimento do passado do local e da região, e assim questionam a autoridade de algumas pessoas para falar sobre esses aspectos da memória desse território. Como afirmou Seu Xavier, apenas as pessoas que pagaram aluguel para a Santa Casa podem ser consideradas “antigas”. Os moradores mais recentes, entretanto, instalados há quinze ou vinte anos no local, encabeçam o movimento político atual: Gessi, a atual presidente da Associação dos Moradores e principal ativista da identidade quilombola, está na Guaranha há pouco mais de 20 anos. Cláudia, a ex-presidente, como afirmou em uma fala em público durante a celebração do encerramento do Projeto Quilombo do Areal, está ali há menos de 17 anos. Nesse sentido, retornando a Elias e Scotson, podemos supor que, na trajetória diacrônica das relações entre grupos locais, se desenrola recentemente uma espécie de re-equilíbrio de poder: os antigos, anteriormente estabelecidos, como Seu Flávio, sentem-se excluídos dessa nova forma de identificação, e os novos estabelecidos, apesar de não serem categoricamente dominantes, demonstram influência política, contatos com órgãos municipais, estaduais e federais, e assim por diante. Flávio, em uma conversa franca que tivemos, afirmou que esses moradores mais recentes foram chegando, se instalando e acabaram por se declarar como donos de tudo. Ele, ex-presidente da associação, um dos principais fundadores, que liderou o movimento para que deixassem de pagar aluguel e recebessem a titulação das casas quando a posse passou da

³⁶ Nome fictício atribuído pelos autores.

Santa Casa ao DEMHAB, se sente excluído do processo atual, e afirma não ter mais condições de atuar, por estar muito cansado.

Nas falas de Célia e Flávio pode-se notar a presença de contradições interessantes de serem salientadas. Célia afirma gostar de “toda a sua gente que mora aqui”, que ali não há desavenças entre as pessoas, e, no entanto, ressalta problemas nas relações de vizinhança e se mostra saudosa em relação a uma conjuntura anterior, quando aquilo era um sossego, “uma maravilha”. Flávio, por sua vez, diz que “foi uma vida” ali, onde “só tinha gente boa”, assinalando que dali saíram dois coronéis da Brigada (seu sogro também era militar, e por isso residida com a família no local), porém atesta o papel de um coronel morador da Luís Guaranha, que usou de sua influência política e “meteu-lhe gente aqui pra dentro” quando da retirada do Beco do Mijo.

As tensões entre brigadianos e civis, aliás, marcam as relações no lugar, e se dão, sobretudo, no que concerne às terras. Como afirmado anteriormente, os membros da brigada e suas famílias ocupam preferencialmente quatro pequenas casas na Luís Guaranha, em um terreno que faz fronteira com o quartel. Entretanto, a presença dos militares é marcante - de acordo com as memórias dos antigos moradores - desde o surgimento da avenida. Seu Flávio, afirmou que, quando chegou, muitos militares alugavam casas na Luís Guaranha. Aliás, a presença de militares em todo o território do Areal da Baronesa foi uma realidade desde princípio de seu loteamento, de acordo com Jane Rocha de Mattos (2000, p. 50-51). Em fins do séc. XIX, porções de terras foram adquiridas pelo Estado, visando à construção de quartéis na região, e, assim, a população ligada a eles, em conjunto com prestadores de serviços e trabalhadores livres, instalaram-se por todo o local (2000, p. 59). Entretanto, a despeito de uma imagem de controle social supostamente atrelada ao órgão, ainda de conforme a autora, muitos dos conflitos e tumultos que caracterizavam este território no imaginário da população porto-alegrense envolviam os próprios brigadianos, misturados entre os “capoeiras”³⁷ que habitavam o local, tornando-o perigoso e ameaçador. Desse modo, “... formou-se uma área onde somente pessoas que conheciam seus moradores arriscavam-se a ali entrar...” (MATTOS, 2000, p. 61).

Um depoimento de Borel, durante a celebração do encerramento do Projeto Quilombo do Areal, vem corroborar a descrição da historiadora:

³⁷ Identidade atribuída a setores marginalizados da sociedade em associação ao jogo da capoeira, prática considerada criminosa pelo código penal da República (11 de outubro de 1890, decreto nº 847). Cf. MATTOS, 2000, p. 62-63.

[...] a única que continuou aqui foi a Brigada Militar, porque naquela época, para ser brigadiano era como se fosse o fim da paróquia. Só ia para a Brigada o cara que era vagabundo – negro.

Assim, presentes desde o início da ocupação do Areal da Baronesa, os militares não se restringem à porção da Luís Guaranha pertencente à Brigada Militar, mas residem em diversas casas no local, e isso desde muito tempo, de acordo com depoimentos de Flávio e Xavier. Envolvem-se, então, como os demais moradores, em conflitos corriqueiros, presentes nas relações entre vizinhos. Uma moradora, durante uma reunião da Associação dos moradores, afirmou:

- Antes a entrada deles era por lá, não por aqui [*referindo-se a um corredor que levava às casas da Brigada ao lado do quartel*]. Agora eles passam por aqui. E muitos nem olham pra gente.

Em certa ocasião, eu conversava com Joel, em frente à sede da Associação dos Moradores, sobre a deterioração do casarão de esquina, sobre problemas estruturais na construção, os “puxados” construídos que descaracterizaram a fachada, as antigas janelas fechadas com tijolo e concreto, portas e janelas abertas sem os devidos cuidados com alicerces e vigas. Joel mencionou alguns moradores se aproveitaram da altura do pé direito do prédio e construíram mezaninos em suas casas, e afirmou que um brigadiano, residente em uma das peças – me mostrando uma janela aberta quase no topo da construção, em meio aos ornamentos da fachada - havia começado a construir uma pensão para militares, com vários quartos. Disse que a obra foi denunciada à Prefeitura Municipal, e então embargada.

Meses depois, Gessi disse que a obra ficou parada por um bom tempo, mas o tal brigadiano tinha terminado a construção dos pequenos cômodos, apesar de saber que não poderia construir um estabelecimento dessa natureza ali, em uma casa que é de posse do DEMHAB e de usufruto dos moradores. Segundo Gessi, esse brigadiano conseguiu ficar na casa, depois de ter ido morar com a falecida dona para cuidar dela, tendo assinado um papel que garantia sua permanência para isso. Alguns meses depois essa senhora veio a falecer, e ele ficou com a casa, começando a reforma logo em seguida. Afirmou, por fim, que, com a construção das doze unidades habitacionais pelo DEMHAB, as famílias que residem no casarão vão liberá-lo, sendo re-locadas para as novas casas, para que o antigo prédio se torne um centro cultural e seja restaurado. Assim, para ela a construção da pensão não é ruim, pois:

- Depois a gente vai ter onde hospedar o pessoal que vem de outros quilombos nos visitar.

A questão da terra, das reformas, reconstruções, vendas e trocas de casas é uma das tensões mais marcantes na avenida. Apesar de os terrenos pertencerem ao DEMHAB, sendo, portanto, ilegal a venda e aluguel das casas, e os técnicos alegarem que qualquer obra deve ser comunicada a eles com antecedência, reforma-se, vende-se, aluga-se e reconstróem-se as casas frequentemente. De acordo com o que ouvi de uma moradora, o que se vende ali são “os tijolos”, já que “da terra, ninguém é dono”, por não haver escrituras, garantias ou recibos envolvidos na transação. Recentemente, na fachada de uma casa de três pisos na avenida, havia uma grande placa de “Vende-se” dependurada. Sentado com Cláudio, certo dia, ele me apontou com o dedo um sobrado amarelo e propôs.

- Olha, aquela ali está quinze, dezesseis mil. Barbada! Por que tu não vem pra cá?

Essas práticas corriqueiras entre os moradores, apesar de legalmente proibida sem o aval do DEMHAB, denunciam a um só tempo a descrença e o desprezo em relação aos órgãos responsáveis pela área. Em muitos casos, ouvi relatos de moradores afirmando que, se fossem esperar por atitudes das instituições públicas, suas casas, deterioradas pelo tempo, literalmente viriam abaixo. A demora na reconstrução da Sede da Associação dos Moradores e das doze unidades habitacionais demandadas no Orçamento Participativo de 1997³⁸ é frequentemente tomada como exemplo. Assim, eles fazem o que podem, traçam suas estratégias e táticas (CERTEAU, 1996, p. 46-47) buscando as melhores condições de sobrevivência.

D. Terezinha, afirmou para mim que, dadas às precárias condições de sua residência de madeira (inúmeras goteiras no telhado, infiltrações, paredes se desmanchando e assim por diante), foi se informar com membros do DEMHAB sobre as providências que deveria tomar para reformá-la. Há anos ela e o marido investiam o dinheiro que conseguiam juntar em material de construção. Constatou, assim que as casas na porção onde reside – vizinha ao Quartel - não são posse do DEMHAB, conforme notícia que corria “à boca pequena”, e sim da Brigada Militar. Os próprios membros do órgão municipal aconselharam-na a agir por conta própria, por não terem a menor previsão de quando haveria possibilidade de intervenção maciça nas demais residências da Luís Guaranha. Na última visita que realizei à Terezinha, as obras de sua casa estavam sendo iniciadas, e as antigas paredes de madeira davam lugar a uma construção de alvenaria.

Emergem, assim, as pequenas transformações cotidianas, que demonstram ser a Luís Guaranha um cenário em contínua reconstrução: fachadas são pintadas, residências reformadas e reconstruídas, tudo isso deflagrando tensões entre vizinhos e órgão públicos.

³⁸ A sede da Associação está sendo atualmente reconstruída, tendo início em dezembro de 2005, com conclusão prevista para o início de 2006, porém não há previsões concretas em relação às residências.

Casas, grades e cômodos invadem o espaço das calçadas, terrenos dos vizinhos, de que decorrem pendengas judiciais, embargo de obras, brigas. A casa de Alex Mumu, por exemplo, cuja fachada era anteriormente grafitada e colorida, amanhece branca, depois de uma noite na qual o jovem não se encontrava no local. Um morador do fundo da avenida realizou o interessante “boicote”, uma inversão do que geralmente ocorre em relação à grafiteagem e às pixações dos muros e paredes da cidade.

Leandro, sobrinho de D. Sônia e Seu Xavier, depois de ter se casado, compra uma casa na Guaranha, a destrói e reconstrói completamente, com três pisos. Todos os demais moradores afirmam que a casa é muito boa, contando inclusive com sala de ginástica. Flávio, tendo trabalhado muitos anos na construção civil, afirma que a estrutura e o alicerce são muito bem construídos, diferentemente de outras precárias casas dali. Gessi diz que sempre avisou ao “pessoal” que não poderia haver casas de três pavimentos ali, mas que se constrói de qualquer modo. Leandro recentemente se separou da mulher e colocou a casa à venda. Assim, nem tudo se dá conforme previsto e tecnicamente ordenado pelos órgãos público. Certeau (1994, p. 41) propõe que as práticas de espaço, embebidas na criatividade dispersa na vida cotidiana, quase nunca seguem normas projetadas pelo planejador urbano. O espaço, assim, é reconstruído e ressignificado cotidianamente pelos habitantes da cidade. A Luís Guaranha, então, surge como espaço dinâmico e efervescente.

Para além das brigas e tensões entre vizinhos, um fator muito comumente salientado em relação à avenida é o de ser “bom de morar”, porque “todo mundo se ajuda”, como me disse D. Rosa. Enfatizam-se, nesse sentido, as relações de solidariedade entre vizinhos em casos de necessidade, como se observa no relato de D. Célia:

Foi muita água, muita chuva. Aí eu me acordei, passava da meia noite já. Eu ouvi o barulho da chuva, digo Meu Deus, está chovendo. Vou dar uma olhada no tempo, pensei. Foi a minha sorte. Quando eu saí da cama e cheguei na metade da sala eu senti a água nos pés. Aí acendi a luz e me apavorei. Aí eu vi que tinha água e a água cada vez entrava mais. Aí eu abri a porta e gritei socorro. Aí quando eu abri a porta, aí veio de verdade. Mas eu tenho meu povo aqui, que é coisa muito boa, a minha gente aqui, sabe? Eu gritei socorro umas duas vezes e veio os guris de cá e os guris de cá, e pegaram balde, pegaram pano e vassoura, e começaram, trouxeram uns tijolos grandes e colocaram o sofá grande em cima e colocaram o pequeno em cima dele. E começaram com balde e vassoura... Os guris foram muito legais comigo, me ajudaram e ficou tudo certinho. ...isso aqui era um Guaíba aqui dentro da minha casa.

Daiane, 19 anos, neta de D. Marlene, depois que perguntei sobre o que tornava a Luís Guaranha um lugar especial na cidade, conforme ela havia manifestado, afirmou:

Eu adoro morar aqui, porque eu me criei aqui dentro da Guaranha. Tem gente boa aqui, ninguém é ruim pra ninguém aqui, eu acho. Todo mundo é unido aqui dentro da rua. Todo mundo se ajuda quando falta alguma coisa, remédio essas coisas. Bate de porta em porta, alguém empresta alguma coisa. [...] Todo mundo fica aqui na rua, se divertindo, dando a idéia do lugar... é isso o especial.

Lúcia, 49 anos, residente na Luís Guaranha desde que nasceu, me disse que sua avó já morava ali, que sua mãe permaneceu no local e ela acabou ficando também. Seus irmãos foram embora, porém ela afirmou que teria muita dificuldade em sair, acharia “muito estranho”. Perguntei a ela o que há de bom na Guaranha, que faz com que ela não queira sair, e Lúcia respondeu que o bom é que ninguém incomoda ninguém, e que todo mundo se conhece. Depois, disse que não poderia sair mesmo, porque seu filho mais novo tem convulsões, e, quando tem crises, faz tratamento no Hospital de Clínicas, próximo dali. Creio que, em termos de possibilidades de habitação em Porto Alegre, ela estava implicitamente tomando em conta que não haveria muitas opções de residência popular em regiões centrais da cidade.

Interpreto que a Luís Guaranha, para estas pessoas, é “boa de morar” por consistir em um território de habitação popular em uma região central, marcado pelas redes de solidariedade entre vizinhos – dimensão que emerge na recorrente expressão “todo mundo se ajuda”. Segundo Lúcia, quando seu filho tem crises, os vizinhos prontamente se dispõem a levá-los de carro para o hospital. A despeito dessas redes de auxílio, entretanto, alguns moradores salientam o fato de “ninguém se dar bem” ali dentro, de inexistir união entre vizinhos e predominarem as tensões e rixas. Creio que tais conflitos também configurem esse modo de vida popular, e a coexistência de múltiplas formas de identificação dos moradores em relação ao local seja indício da natureza complexa da “comunidade”, onde pessoas com as mais diversas trajetórias sociais formam uma rede de vizinhança.

A intensidade da vida social, as formas calorosas de sociabilidade, a intensa ocupação do espaço público e o caráter singular da população que habita este lugar configuram o seu diferencial em relação ao ambiente onde está situada. Essa forma de habitar, essa lógica da apropriação do espaço público vem, portanto, configurar uma certa ótica através da qual percebe e usufrui do espaço urbano. È nesse sentido que evoco a existência de um *ethos* compartilhado pelos moradores da Luís Guaranha, enquanto representações e modalidades simbólicas do ser/agir no mundo. A presença desse modo de vida popular em uma região central é matéria de muitas reflexões por parte dos moradores. Diversos deles,

como Beleza, afirmam morar em uma vila no centro³⁹. D. Rosa, sentada na calçada ao fundo do beco afirma:

- O centro da cidade é lugar de rico. A gente está aqui porque conseguiu ficar...



Im. 29

Em outra ocasião, estava na rua quando vejo chegar um grupo de funcionários da Secretaria de Saúde do Município para verificar as casas, em função da campanha contra a proliferação do mosquito da dengue. Enquanto eles percorriam as casas, verificando recipientes, vasos de plantas e caixas d'água onde o mosquito pode se reproduzir, Gessi me disse que a campanha estava sendo incentivada porque haviam encontrado um foco do mosquito transmissor da doença no bairro Menino Deus. Após inspecionarem as casas, os técnicos antes de ir embora pararam para conversar com Gessi. Elogiaram muito a casa de D. Célia, dizendo ser a mais organizada e bem cuidada de todas, e afirmaram não ter encontrado nenhum problema. Gessi, aliviada, afirmou:

- Ah, que bom. Porque senão depois saem dizendo por aí: “Está vendo, aquela vila no meio da cidade, só podia dar nisso!”. Fico satisfeita, o problema está lá na casa dos ricos.

3.2. AS MEMÓRIAS DO COTIDIANO.

Como vimos ao longo do trabalho, é muito comum nas conversas entre moradores na rua a referência às transformações acompanhadas por eles ao longo o tempo em que estão lá. Lúcia, por exemplo, me conta sobre sua família, que há muitos anos reside no local, e isso serve de mote para que comece a comentar sobre a passagem do tempo e as transformações na própria Luís Guaranha que acompanhou ao longo de sua vida. Assim, conta que ali daquele

³⁹ Apesar do discurso daqueles que não querem ser enquadrados como “vileiros”, e, assim, salientam o fato de que residem em uma “rua do centro da cidade”

lado “era tudo mato”, e que ela morava com a mãe em uma casa de madeira ali ao fundo da avenida. Estas moradias do final do “L” (forma da Luís Guaranha anteriormente – uma rua principal com um pequeno prolongamento ao fundo, após um ângulo reto), ficavam em cima de um “patamar”, que as elevava, já que a água cobria os terrenos. Quando lhe perguntei sobre as avenidas, ela apontou um prédio situado na Rua Cel. André Belo, que víamos por detrás das baixas casas ao fundo da Luís Guaranha, e disse:

- Ali onde está aquele prédio branco tinha uma avenida. Até morava uma parenta nossa.

Perguntei para onde foi esta “parenta”, interessado que estava pelos deslocamentos dessas populações dos becos e avenidas para outras regiões da cidade, e as formas de manutenção das redes de relações a partir desse fenômeno. Lúcia, entretanto, desconhecia seu paradeiro, já que essa saída se deu há muitos anos e elas não voltaram a se encontrar.

A emergência dessas memórias nas práticas cotidianas (CERTEAU, 1996, p. 162) foram uma constante durante o meu trabalho de campo. Eu estava interessado sobre o devir dessa comunidade, e as repercussões de imagens do passado no presente dos moradores, e, portanto, os instigava a falar de si, e assim da avenida, das mudanças que acompanharam. Alex Mumu, certa vez, após relembrar algumas antigas feições do local (apesar de jovem) entrou em casa e trouxe de lá uma peça de madeira esculpida. Segundo ele, a matéria-prima era parte da igreja de madeira que havia em frente da sua casa, demolida há muitos anos. Flávio, certa vez, apontando para o centro de contabilidade, passou a falar do beco do mijo que tiraram dali. Emerge, portanto, a dimensão das memórias, que guardam certas imagens de fixações do espaço no tempo (BACHELARD, 1993, p. 28).



Im. 30

Em uma reunião da Associação dos Moradores, Gessi abordou o assunto da descaracterização que presenciou desde que chegou à Guaranha.

-Não pode fazer essas mansões que estão aí. Quando cheguei aqui eram todas as casas iguaizinhas, de madeira. Isso que aconteceu acabou com a história viva desse lugar.

Afirma, então, que o que sobrou da história é o paredão da casa de esquina. Sônia, dando continuidade ao assunto, vem dizer que da sua casa para o fundo da Luís Guaranha,

todas as moradias eram iguais, de madeira, e comenta sobre seus ornamentos, todos iguais, de madeira “cortada em ziguezague”.

Gessi intervém novamente:

- Essa rua, esse lugar, estar no centro da cidade, perto de tudo, nós temos a avenida todinha para nós, pras nossas crianças. O que queriam aqui era mandar a gente pro raio que o parta! Enquanto a gente se acomoda, vem o colarinho branco e tira isso da gente!



Im. 31

Um visitante, homem negro de cerca 50 anos, durante uma festa na Luís Guaranha, quando se fazia um churrasco em frente à sede da Associação dos Moradores, utilizou-se de uma expressão que me marcou, ao dizer que se sente pertencente à Luís Guaranha, pois seu pai, antigo militar, residiu a vida inteira em “casa de avenida”. Da mesma maneira, afirmou Borel no início de sua fala na celebração do final do Projeto Quilombo do Areal:



Im. 32

Eu teria que dar a benção, e eu estou pedindo a benção. E não é por esses oitenta anos não. Porque eu vim para cá com a idade de qualquer uma dessas crianças que aqui estão. Eu vim pra cá com um ano e seis meses. Claro que eu não vivi toda a minha vida dentro de um ponto só, houve divagações nessa minha saída. Mas eu sempre permaneci aqui. Portanto eu sou daqui. Porto Alegre exige isso de nós, e nós temos que dar a Porto Alegre o que realmente somos... Eu não nasci aqui, mas eu me criei aqui, meu Deus! Aqui eu me criei, aqui eu abri os olhos, aqui tem milhares de pessoas que eu conheci e já não existem mais. Aqui eu sei de tudo isso que eu vivi.

Assim, quanto ao caráter singular da Luís Guaranha para seus moradores, e mesmo para quem tem contatos com o local através de redes de parentesco e amizade, não se trata apenas da presença de uma forma de habitação popular no centro da cidade, mas sim de um território específico e *sui-generis* – é uma avenida. Constroem-se, assim, os contornos de um processo de territorialização das identidades desses habitantes urbanos, através de sua inserção em meio a redes e espaços sociais simbolicamente demarcados nas atitudes éticas e estéticas dessa população, oriunda de uma experiência coletiva. Algo que define o que Michel Maffesoli chama de *genius loci* – o gênio do lugar, que acentua “o ethos ligado a um espaço” (1996, p. 272). Um território, assim, como *cosa mentale*, definido por uma espécie de materialidade mística. Ressalta-se, então, a importância das redes, que com seus gostos, modos de vida e experiências, criam malhas invisíveis que fazem com que a sociedade seja o que é (1996, p. 263). O lugar, assim, torna-se um laço, e a Luís Guaranha surge como espaço vivido, expressão de uma comunidade, como espaço que permite a identificação coletiva.

CAPÍTULO 4: O AREAL DA BARONESA: MEMÓRIAS, TEMPORALIDADE E TERRITORIALIDADE.

Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita (DE CERTEAU, 1996, p. 163).

Um trabalho sobre memória é um trabalho sobre o tempo. Não se refere meramente ao passado, mas à complexidade e fragmentação inerente aos fenômenos temporais. Lembrando Gaston Bachelard (1988, p. 38), o tempo é uma série de rupturas, e comporta diferentes espessuras; não é contínuo e achatado, e sim “cheio de nós” (1988, p. 62). Assim, abordar a dimensão temporal de um modo de vida implica em ter claro o que nos afirma Paul Ricoeur (1994, p. 110): o tempo não é mera sucessão de agoras, de instantes, e sim encadeamento complexo que supõe memória e espera. Para o autor, é a ação narrativa que dá forma ao informe, e confere consonância à dissonância temporal (1994, p. 112). E isso se demonstra ainda mais claramente em um processo como o que vivem os moradores da Luís Guarânia, no qual o ato de rememoração oportunizado pelo acontecimento etnográfico se dá no sentido de se repensar suas identidades no presente, projetando o futuro da comunidade.

Como disse há poucas páginas, as sociabilidades entre os moradores da avenida frequentemente ocasionam a emergência das lembranças. Conversações sobre eventos passados e fatos recentes sempre trazem consigo a dimensão da construção e atualização das memórias do grupo, também ela um livro aberto e em contínua fabricação. Como pude constatar, em grande medida, retomando Simmel (1983, p. 166), nas conversações lúdicas não é tanto o assunto ou a utilidade das trocas de informações que norteia a interlocução, e sim a própria existência da interação. Entretanto, nas conversas que presenciava, pude notar que muitas vezes as falas dessas pessoas expressam profundas interpretações sobre suas vidas, suas experiências de mundo, suas visões da sociedade; norteadas por reflexões sobre o tempo, as desigualdades sociais, as interações e sociabilidades que viveram, partiam sempre de uma situação atual, dotando o mundo de sentidos, e, conforme Bachelard (1988, p. 76), ordenando o tempo em sistemas de instantes, enquadrando. Trata-se de relatos nos quais o tempo pensado vinha a se sobrepor ao tempo vivido – já que, de acordo com o mesmo autor, entre o tempo objetivo e o tempo subjetivo, o tempo do eu e o tempo do mundo, no ato de recordar a causalidade intelectual prevalece sobre a causalidade material.

Devemos, da mesma forma, ter claro que, como afirmou Maurice Halbwachs (1990, p. 14), as memórias individuais estão enraizadas em quadros sociais, de modo que os sujeitos se lembram de fatos e processos com a ajuda dos grupos nos quais se enraízam. Creio que, no

caso do presente estudo, o enquadramento social às memórias urbanas que buscamos durante a etnografia advém da própria forma de o grupo abordado habitar a cidade. O próprio Halbwachs, atestando a importância do espaço no fenômeno da duração, indica que a memória se apóia em imagens de lugares. Em seus próprios termos, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. [...] ora, o espaço é uma realidade que dura...” (p. 143).

Nesse sentido, a questão que nos norteia no presente capítulo – e, em grande medida, no estudo realizado – é, portanto, a de como se articulam as temporalidades no espaço da Avenida Luís Guaranha, tendo em vista que, como atesta Michel de Certeau (1996, p. 162), a memória é móvel, deslocável, sem lugar fixo: ao contrário, ela tem lugar na circunstância, e fornece o que falta para a harmonia instável bricolada de nossa organização social. O mesmo autor (1996, p. 185) indica que geografias nebulosas de sentido pairam sobre uma cidade, presentes nas próprias formas de nomear seus espaços, de habitá-la e percorrer seus caminhos⁴⁰. Para ele, a circulação de histórias e lendas entre membros de uma sociedade é uma prática significativa inventora de espaços, e o memorável em uma cidade ausenta-se da concepção do urbano como palavra-chave de uma lei anônima. Os lugares, assim, são povoados de lembranças, de tempos empilhados, fragmentos, peças, detalhes, enigmas, simbolizações, e os relatos dos habitantes de uma cidade são feitura de espaços, trazendo consigo formas de orientação, afinidades, homografias (1996, p. 188-189).

Tendo isso em vista, passo a transcrever e analisar depoimentos dos personagens envolvidos na trama que aqui apresento, surgidos tanto nas entrevistas realizadas, nas quais as mensagens eram direcionadas a mim, como em ocasiões de celebração, onde eu era um dos presentes, me somando aos expectadores⁴¹.

Vamos fazer uma volta ao passado, o tempo bom, velhos costumes. Os antigos carnavais na Borges de Medeiros, a boa e velha ilhota, onde morou Lupicínio Rodrigues, que fica mais ou menos ao redor do hoje Hospital Porto Alegre.

⁴⁰ O Próprio ato de nomear, segundo Certeau (1996, p. 184) implica em criação, torna os espaços habitáveis, lembrando histórias e personagens. E isso se mostra evidente em relação ao Areal da Baronesa, às ruas Barão e Baronesa do Gravataí que cercam a Luís Guaranha, como o próprio nome da avenida.

⁴¹ Mesmo tendo em vista que, conforme Pierre Bourdieu (1996, p. 80), é a situação de narração que vem determinar a forma e o conteúdo do discurso, creio que seja interessante analisarmos as falas dos nossos personagens em conjunto, na medida em que elas aludem a elementos comuns e são constituídas através de operações simbólicas semelhantes, em que o traço comum mais evidente é a busca de equacionamento das memórias como mote para reflexões sobre as identidades e as características distintivas de um lugar específico dentro do meio urbano fragmentado. Ressalto aqui, então, que as entrevistas de Flávio, Célia, Gessi e Lucília foram gravadas por mim, por vezes contando com a presença de Anelise Guterres, pesquisadora do BIEV (operando câmera de vídeo). Na maioria das entrevistas os narradores estavam sozinhos. Entretanto, em alguns casos – como nas falas de Lucília, em que Célia estava presente – outros moradores participaram da conversa. As falas de Borel, Helena e Cláudia se deram durante a celebração do término do projeto Quilombo do Areal.

Vila Araquilândia, que só se entrava após o assobio, que era a senha dos chamados (malandros) e boêmios da época.

Dona Chica, renomada mãe de santo que agora não é mais da religião. Nossa mãe Ieda também.

Festa para as crianças. Nós estamos todos Cosme e Damião.

Falar de antigamente e não citar o campinho é injustiça. Foi palco de vários jogos com o triangular em Cabo Rocha, Lupicínio Rodrigues e Baroneza. Quando criança, o que gostávamos mesmo era a fogueira de São João, com mais de três metros de comprimento, e eles os adultos colocavam-na bem no centro do campo. Era muito quente, menos pra quem assistia de longe.

E a vovó cega que benzia que também morou aqui na Guaranha, morreu aproximadamente com 106 anos de idade.

Alex (Coração).



Im. 33

Ainda durante o projeto Quilombo do Areal, Alex Coração, pouco mais de 25 anos, um dos jovens moradores da Luís Guaranha que mais se engajou no trabalho, me entregou este texto, escrito à mão. Na medida em que o projeto buscava as memórias dessa população e nós incentivávamos esse trabalho de rememoração por parte dos moradores, Alex quis tornar manifestos os elementos que, em sua visão, deveriam ser levantados nessa “volta ao passado”. Inicia, assim, falando da cidade em geral, dos antigos costumes, dos carnavais, da “boa e velha Ilhota”, da Vila Araquilândia – uma região moral, onde não entravam senão os conhecidos - ressaltando elementos que

hoje não existem mais concretamente no cenário porto-alegrense, mas que duram na memória coletiva de sua população. Retomando Certeau (1984, p. 189), relatos de lugares são bricolagens de resíduos de mundo, e a construção de lugares vividos traz sempre a presença de ausências, daquilo que não é mais, pois “[...] os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: ele constitui a própria definição do lugar”.

Emergem, no relato de Alex, imagens importantes na demarcação desse território, em sua especificidade: malandros, boêmios e sambistas, mães de santo e benzedeadas, que moraram na Luís Guaranha e seus arredores. Entramos, então, nas suas memórias de infância, onde se ressaltam jogos de futebol, festas de São João e suas fogueiras. Quem senão uma criança diria ser injustiça a retomada do passado do lugar sem que se lembrasse do “campinho”, palco das brincadeiras e jogos entre os moradores das chamadas “vilas” ou bairros populares da região? Em termos de um tempo do mundo, indica-se a existência de redes de sociabilidade entre estes territórios. Para além dessas evidências factuais, entretanto, deve-se ressaltar a afetividade envolvida nessas recordações. Em Gilbert Durand (1988, p.

92), a infância se apresenta como arquétipo, lócus da felicidade simples, tesouro uno que nos contorna, e não como passado morto. Vemos, assim, que nas memórias desse jovem, as imagens de sua infância aparecem interconectadas, e não de modo lógico ou racional, mas coloridas através da imaginação, se encadeando para brevemente compor um quadro da paisagem onde se criou – não fala somente da Luís Guaranha, mas conecta a rua onde viveu seus tempos de criança com os arredores, descrevendo práticas e hábitos de sua população.

Em minhas conversas com esses moradores, em que os incentivava a entrarem em suas memórias sobre o local, a conexão entre a avenida, o Areal da Baronesa e seu entorno era sempre ressaltada. Eles se lembravam das outras avenidas que ali existiam, dos personagens típicos que as habitavam, das condições de vida nesses locais, de curiosidades em seu cotidiano, de alguns eventos excepcionais. Resgatando Halbwachs (1990, p.100) “[...] as impressões afetivas elas mesmas tendem a se manifestar em imagens e representações coletivas”. Emergiam, assim, as geografias nebulosas de sentido de que nos fala Certeau (1996), ou o que Carlos Nelson dos Santos e Arno Vogel (1981, p. 17) chamaram de geografia fantástica, ao se referirem a elementos que não existem mais materialmente no mundo, mas que - em minha interpretação - duram no espaço fantástico da memória desses habitantes urbanos⁴². Eles sempre falavam das transformações urbanas que vivenciaram, das mudanças que presenciaram no território do Areal da Baronesa.

Para Halbwachs (1990, p. 127), na cidade moderna, marcada pela sede do novo, também encontramos a cidade antiga. Apesar dos processos de mudança, segundo o autor, sempre restam vestígios do que já foi antes, e “aqueles que a conheceram em seu estado primeiro podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhe dão acesso a um outro tempo e a um outro passado.” Tal é a orientação primeira em virtude da qual privilegiei os antigos moradores para minhas interlocuções sobre as memórias da Luís Guaranha e do Areal da baronesa. Estes antigos habitantes urbanos podiam me conduzir a tempos outros, durações passadas, ritmos diversos de ocupação e deslocamento na cidade.

4.1 O TEMPO DO EU E O TEMPO DO MUNDO.

É... era interessante. Eu vi muitas coisas aqui...

Aqui, sempre foi chamado de Baronesa. Chamavam de Baronesa quem morava da Getúlio Vargas pra cá, dali do riacho pra cá, e até o Pão dos Pobres. Tinham duas pontes que ligavam aqui. Era uma na Miguel Teixeira, e outra de ferro lá na Getúlio Vargas, bem na esquina, onde tem a praça ali. Tinha uma ponte grande. E na Quatro Jacós era onde vinha o arroio, que é o riacho esse da Ipiranga. Porque

⁴² Cf. ECKERT e ROCHA, 2001b; 2000c.

abriram tudo. Ele saía por aqui. Ele era cheio de curva, de volta... Passava aqui dentro da Baronesa. Passava aqui atrás da Quatro Jacós. Quatro Jacós são quatro marinheiros.

[...] O Areal sempre esteve na Cidade Baixa. A cidade baixa é conhecido como a Santana, essa parte aqui da Washington Luís, pra cá, mais ou menos da Marcílio pra cá, depois lá já era Menino Deus.

Isso aqui era enorme de grande. O Guaíba era ali na outra quadra. Ali, na calçada de lá, era o Guaíba ali. Cem metros daqui, né? Isso aqui foi aterrado pelo Brizola, quando prefeito de Porto Alegre. Onde ele era - hoje não, ele está bem mais pra lá. Mas era aqui.

[...] Não tinha ônibus não! Não tinha nada! Tinha os bondes aqui dentro só. Parou ali, passou pra lá, era a pé, no mais... Incrível, né?

Flávio



Im. 34

Flávio, ao se colocar como narrador, refletindo sobre o que viveu em suas experiências urbanas, afirma ter visto muita coisa nesse local. E passa a descrever suas imagens mentais (LYNCH, 1974, p. 10), suas imagens de cristalização do espaço na mobilidade incessante do tempo, por vezes tomando referências espaciais atuais para explicar configurações abolidas, desaparecidas. Delimita o Areal da Baronesa, atestando sempre, além de ruas, a presença da água como fronteira – o Guaíba, o riacho, as pontes. Interessante que ele descreve a Baronesa por “quem morava” de tal a tal ponto dessa parte da cidade, e indica que o Areal “sempre esteve na cidade baixa”, não como bairro, mas como região. Fala, de maneira enfática, nas mudanças que se sucederam nesse território – a canalização do arroio que passava dentro da Baronesa, o aterro do Guaíba, que antes ficava a cem metros da Luís Guaranha e agora está mais distante, fala da rua Quatro Jacós, da qual atualmente resta apenas

um pequeno pedaço, próximo à Luís Guaranha⁴³. E ele viu tudo isso que descreve, presenciou estas transformações, fala dos itinerários dessas populações (ECKERT e ROCHA, 1999), de um lugar em cujo interior só se andava a pé.



Im. 35

Célia também vem descrever e refletir sobre as mudanças:



Im. 36

Quando eu vim morar aqui o Guaíba vinha até aqui a beira do quartel. Um dia que deu enchente eu peguei os dois pequenos e viemos aqui ver a enchente. A água batia assim na calçada, ali na Praia de Belas. Depois que dragaram, não sei quando... até teve uma senhora que disse assim: “Ah, eu não sei não. O dia que o Guaíba querer vim buscar o que é dele, os que moram ali que se preparem!”. Aí começaram a fazer aqueles prédios, aí vê como é que está: é uma cidade da Praia de Belas para lá. Antes aquilo tudo era rio.

Célia

Misturam-se, nessas falas, lembranças da Guaranha, dos arredores, da região. Descreve-se o lugar, reflete-se sobre as mudanças por eles acompanhadas. Por vezes emergem imagens de situações vividas, que transpiram a dialética entre o tempo do eu e o tempo do mundo, como neste relato de Célia. Os dois pequenos de quem ela fala são filhos de seus patrões, as “crianças que criou”, desenvolvendo a atividade de babá. Ela fala da força

da água do Guaíba, que poderia vir “buscar o que é dele”, tomado pelo homem através das reformas urbanas, e ressalta a presença de uma cidade onde antes era rio.

Borel, por sua vez, menos atento às referências espaciais, fala em pessoas, atitudes e hábitos antigos para descrever a região do Areal:

⁴³ Cf. Mapas na pág. 13 desse trabalho.

Aqui morou muita gente que enalteceu a cidade de Porto Alegre, que foi suor e sangue soltado aqui onde nós estamos, que é o Areal da Baronesa. Aqui, o sujeito que entrava para cá para o Areal da Baronesa era difícil. Para sair, só com salvo-conduto. Porque aqui era uma zona militar, era o Areal da Baronesa, que era chamado o Estado Oriental. Aqui moraram tantas senhoras que, se eu fosse enumerá-las, eu iria ficar duas horas ou cinco horas. Essa arqueologia de coisas arrancadas daqui, isso aqui tem coisas enterradas aqui dentro que ninguém sabe, que ninguém perscrutou. Em um simples pedacinho de tijolo, ali tem um pedacinho da sua mãe, da minha avó, e hoje essas crianças estão completamente dizimadas de seu verdadeiro sentido.

Borel

Borel nos fala de um lugar fechado, de moradia de militares, onde poucas pessoas circulavam, chamado de Estado Oriental – como que fora da cidade. Um local com leis próprias. Entrando em uma dimensão mais afetiva de suas memórias, se lembra de pessoas que existiram ali, e que, apesar de mortas, ainda deixam resquícios de suas presenças mesmo em objetos enterrados que ninguém “perscrutou”⁴⁴. O tom da fala de Borel transpira uma visão mais combativa e militante em torno da mobilização de imagens do passado do lugar. Entretanto, está fundada também em suas experiências nesse território, e, como o relato de Flávio, Alex e todos os demais que se seguem, partilham suas representações sobre um espaço vivido, percebido pela imaginação criadora do homem, que, segundo Eckert e Rocha (2001b, p. 8) “constrói e reconstrói a matéria de forma ininterrupta, não-linear”.

Borel, tomando-se como narrador, salienta a importância de que se perpetuem essas memórias entre as crianças de hoje, que, segundo ele, sequer sabem o que foi o Areal da Baronesa. Aliás, afirma que a Luís Guaranha, onde estava na ocasião de sua fala, é o Areal da Baronesa, e ressalta o papel da reivindicação quilombola como uma busca pela ancestralidade. O próprio



Im. 37

Borel, enquanto figura emblemática no cenário das mobilizações negras em Porto Alegre, coloca-se como um ancião que partilha suas memórias. Extremamente respeitado por todos na Luís Guaranha – muitas pessoas que conversavam com ele o chamavam de mestre - esse senhor era tomado no projeto Quilombo do Areal como um Griô, figura do sábio africano que circulava por entre as tribos difundindo as memórias dos grupos. E aqui, pode-se perceber, por parte de Borel, um luta contra o que Benjamin chamou de morte da figura do narrador em

⁴⁴ Referindo-se ao trabalho arqueológico, coordenado por Fernanda Tochetto, realizado durante o Projeto Quilombo do Areal.

nosso meio social⁴⁵. E não apenas ele, mas os personagens escolhidos para as entrevistas de memória colocam-se como narradores de suas experiências urbanas. Parafraseando Ecléa Bosi (2004, p. 85), uma vez que a vida humana é a matéria do narrador, ele tira o que narra de suas experiências e as transforma em experiências dos outros. Podemos perceber, no entanto, que há tons diferentes assumidos por estas pessoas em suas enunciações. Há aqueles que afirmam não poder se colocar no lugar de narradores para remontar a história do lugar. Vejamos o que diz Célia:

Esse Areal da Baronesa era porque isso aqui tudo era um areal só. Antes de ter essas perimetrais todas, era um areão só... Tem gente que sabe, que conheceu tudo isso aí, agora eu sei muito pouco. Porque eu moro aqui todos esses anos, mas eu não procurava tomar conhecimento. Por isso que a curiosidade às vezes ajuda, mas eu nunca tive essa curiosidade de ver as coisas, buscar saber para enxergar. Agora eu me arrependo - por que eu não fiz isso? Agora eu teria muita coisa para contar... Que eu tenho que contar o que eu sei. O que eu sei é que quando eu vim morar aqui não tinha ninguém morando aí, era uma rua deserta, era muito bom, melhor do que agora. Eu achava, a gente deitava e dormia tranqüilo.

Célia

Célia, apesar de dizer que o Areal era um areão antes da construção “dessas perimetrais todas”, ressalta que nunca teve curiosidade para tomar conhecimento das histórias desse lugar, e por isso sabe muito pouco, afirmando que só pode contar o que se sabe. Eufemiza, assim, o seu papel de narradora, e diz arrepender-se de não ter buscado se



Im. 38

informar, manifestar curiosidade para estar a par das memórias e imagens que circulam nas conversas sobre o lugar. Saber para enxergar, diz ela - algo que, no meu entender se refere à dimensão simbólica, às nuvens de sentidos que pairam sobre a cidade, e configuram um lugar como a Luís Guaranha em um meio complexo como o de Porto Alegre.

Borel, por sua vez, se coloca na figura do narrador, e, como dito, quer “chegar nas crianças”, ensiná-las, contar a elas o que sabe, passar adiante suas memórias.

Temos aqui os nossos filhos. Quem somos nós, quem são essas crianças? As nossas raízes? Eles sabem verdadeiramente o que é o Areal da Baronesa? Qualquer uma dessas crianças não conhece isso. Ainda aqui dentro nem saneamento tinha...

Borel

⁴⁵ Para Benjamin, “[...] a arte de narrar caminha para o fim. Torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa direito” (1980, p. 57).

Para falar do Areal da Baronesa, ressaltando o risco iminente de esquecimento dessa feição do passado da cidade, evoca as dificuldades nas condições de vida que sofriam seus moradores. Aliás, foram recorrentes as indicações nesse sentido. Flávio, em uma passagem, reitera:

...até há pouco tempo essas casas aí eram um horror. Eram de madeira, casas de madeira, com telhado de Zinco, né? Há pouco tempo. Era tudo emendadinho. Os cubos aí era até há pouco tempo, porque não tinha encanamento. Tinha cubo aí até há poucos anos. Porque só tinha encanamento daqui pra lá. Dessa casa aqui pra lá, lá não tinha nada.

É, meio-dia os caras passavam com aquele monte de cabungo na mão. E não entrava, né? O caminhão ficava lá na rua. E o cara vinha despejando aquilo... Era insuportável! Eu não sei como essa gente vivia aí, tchê! Era um horror! Era um fedor que não se agüentava.

Flávio

Flávio, como Borel, demonstra surpresa ao refletir sobre a maneira através da qual as pessoas viviam antigamente. Ambos trazem à tona a questão da insalubridade, da falta de abastecimento e saneamento básico a essa população. Flávio afirma que “aquilo era um horror”, que as casas eram muito ruins, e que não sabe como “essa gente” vivia – situando-se, em seu discurso, fora desse grupo a partir de uma perspectiva higienizadora e urbanizadora. Entretanto, revela-se, como Célia, saudoso de uma feição passada desse território - como vimos ao longo do trabalho - fato este que transparece as tensões e contradições inerentes aos fenômenos culturais, e, particularmente, à memória e aos laços de pertencimento.

Lucília, a senhora que reside na parte superior da casa de Célia⁴⁶, moradora desde a infância no Areal da Baronesa, também se lembra dos famosos cubos:

Antigamente não tinha esgoto, as mulheres tinham que lavar tudo junto. Era camisola, era calcinha, era fralda de criança. Cada casa tinha uma fossa, de duas em duas casas. Quando eu era criança eram os cubos, eu lembro disso aí. O caminhão vinha e largava aqueles cubos... eu tinha uma raiva daquilo! Toda essa zona tinha, o caminhão largava e depois buscava. Eles traziam aquela tampa, lacravam e depois levavam. Graças a Deus acabaram com aquilo...

Lucília



Im. 39

Podemos notar que Lucília se demonstra indignada quanto à existência dos cubos e das condições do saneamento na sua época de infância. Entretanto, trata dessas questões se inserido nesse estilo de vida, e não descrevendo sob uma perspectiva externa a ele, “desde fora”, como Flávio. Borel, por sua vez, apesar de não

⁴⁶ Foi Célia quem me levou a Lucília, e aqui retomo a importância das redes.

residir no local há muitos anos, parece sentir-se inserido nesse grupo:

...para que sejamos o que somos, é preciso que nos reconheçam como somos. E isso é difícil através do tempo, porque há uma deserção muito grande do pessoal daqui. Mas empurrados daqui por outras ideologias, o desenvolvimento. E de repente a gente passa a desconhecer os primórdios das nossas próprias condições. Ou seja, desconhecer quem somos nós, de onde viemos. Então se cria dentro de nós uma pergunta, uma incógnita. Mas para saber da Guaranha, eu tenho que chegar no primórdio, no antecessor...

Borel

Esse senhor coloca-se sempre na primeira pessoa do plural, enquanto Flávio fala na terceira pessoa. Borel ressalta a deserção do pessoal dali, empurrado pelo “desenvolvimento”, enquanto Flávio refere-se sempre das pessoas que vieram para a Luís Guaranha e transformaram negativamente o local. Para saber da Guaranha, de acordo com Borel, é necessário conhecer o antecessor – no caso, o Areal da Baronesa, este território que quase cai em esquecimento, e que ele, como narrador, esforça-se para perpetuar vivo, durando na memória coletiva dessa população. Flávio, por seu turno, ressalta algumas imagens negativas do lugar:

Aquela época... Isso aqui tinha cancha de osso, era tanta gente que não dava pra entrar, tinha 30 ou 40 homens aqui atirando osso.

Nunca viu eles jogarem aquilo? Atira o osso, o osso tem culo e sorte, um lado é culo o outro é sorte. Aí eles atiram... 500, 600 pila é fácil tu ver no chão aí. As canchas aí ainda tem, até dentro de clube. E aqui tinha muitas canchas. Aqui tinha, eles jogavam ali na frente.

[...] isso dá muita beberagem, muita discussão por causa de dinheiro. O jogo, o jogo é uma desgraça! E jogatina de pife, de escova, de nove... um pavor nesses bares todos aí. Isso parou há pouco tempo, não faz muito tempo não. Parou há pouco tempo. Quando fechou esses dois bares, porque aí dava sempre jogatina. Coisa incrível, né?

Flávio

Paradoxalmente, Flávio ressalta diversos aspectos negativos do local – a insalubridade, a jogatina - quando muitas vezes, cai em contradição exaltando o pertencimento, a vida que levou ali, o fato de sempre ter morado nesse território, e, para além dele, na chamada cidade baixa - e aqui, novamente, não me refiro ao bairro, mas à região. Esses narradores, em seus depoimentos, sempre se referiam às mudanças que acompanharam na própria avenida. Como afirmado anteriormente, Célia também ressalta a chegada de novos moradores à Guaranha.

Aqui na frente não tinha nada, só tipo um galpão. Na esquina sim, sempre teve o armazém. Aquelas duas casas históricas que tem na esquina, sempre teve armazém. Era um silêncio isso aqui, era uma rua deserta. Deserta.

Eu nem sei como toda essa gente veio morar aí. Eu trabalhava a vida toda, nem lá para baixo eu descia, e conhecia as pessoas assim, de passar na rua.

Célia

... do outro lado eram as baias da brigada. Baia, baia! Baia de cavalos. Cheguei a pegar isso aí. Tem muitos quartéis aqui na volta. É ali eram as baias. Aqui na esquina, no armazém, isso aqui era um terreno que ia até aquela esquininha ali embaixo. Ali o cara guardava também a carroça, pra entregar as compras nas casas das pessoas. Tinha cavalo aí dentro. Tinha cocheira de cavalo aí dentro.

Flávio

Lucília, tendo morado em vários locais dentro do Areal da Baronesa, concentra suas lembranças nas histórias desse local, ressaltando as memórias dos antigos carnavais que marcavam o convívio lúdico nesse território popular:

Era uma briga da Baronesa com a Miguel Teixeira, para ver quem tinha o carnaval melhor. Teve um ano que se juntaram e fizeram um coreto bem no meio. Tinha o bloco Aí Vem a Marinha... Eu gostava dos Comanches, dos Tapuia, dos Xavantes, os Guaianás – era numa casa ali, tinha uma avenida também ali. Eu ficava até tarde, porque os índios eram os últimos a passar. As crianças ficavam pescando ali, mas não saiam. Era a coisa mais bonita que tinha. Era só pena, tu não via um pedaço de pano.

[...] O Macalé, o rei Momo, ali onde ele morava tinha uma avenida ali. A mulher dele fazia uns panelão de mocotó... barbaridade. Ele me conheceu pequenininha. O meu falecido pai fazia parte da comissão do carnaval, ele era do júri.

Lucília

Na fala de Lucília acima transcrita, surgem lembranças de infância sobre os carnavais do Areal da Baronesa. Lembrando-se dos blocos carnavalescos, muitos dos quais faziam referência a tribos indígenas, em certa ocasião fala de uma avenida que existia no Areal, cujos moradores compunham uma dessas agremiações. Cita o famoso Rei Momo Macalé, personagem conhecido nas memórias carnavalescas de Porto Alegre, dizendo que também ele morava em uma casa de avenida. Era muito comum, como já mencionei, que esses moradores se lembrassem de antigas avenidas que hoje não existem mais. Assim, uma questão que eu sempre colocava nas conversas com meus interlocutores referia-se justamente à presença deste tipo de avenida na região.



Como essa? Ah, tinha! Aqui do lado tinha a Balão, aqui tinham duas, tinha uma aqui e outra logo ali adiante. Que ainda tem, ela vai até lá os fundos. Na outra quadra ali tinha mais duas. Na outra quadra lá tinha mais duas também. Dobrando pra cá também tinha. Ah, não. Isso tinha por todo lado aí, né? É porque, é a exploração imobiliária. O camarada que tinha um terreno desses, ele fazia um monte de casas e pegava um monte de aluguel, né? Pra ti alugar uma casa cara era difícil, mas para alugar casa barata, botava uma porção e alugava tudo, não é? Então era melhor fazer,

num terreno maior, várias pequenas do que fazer uma grande. Aí é que se formavam as avenidas. Tinha coisas enormes aqui, muito piores do que essa. A maioria ali era uma peça. Era uma peça.

Flávio

Essa fala de Flávio torna patente seu esforço de interpretação da vida social de que fez parte ao longo de sua trajetória. Da mesma maneira, todos esses antigos habitantes urbanos buscavam interpretar os processos de transformação que acompanharam. E, ao se buscar a causa dos fenômenos vividos, conforme Bachelard, (1988, p.54), distinguem-se seus traços característicos, de modo que a recordação é a duração refletida. Flávio, na passagem transcrita, fala de um processo de formação de avenidas em função do rendimento que os aluguéis baratos traziam aos seus proprietários. Assim, manifesta, implicitamente, a construção de um lugar de residência popular na cidade de Porto Alegre, onde as avenidas compunham uma forma característica de habitação de uma certa consolidação temporal⁴⁷ passada. Nas palavras de Halbwachs (1990, p. 14), “[...] somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio a variações contínuas dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica”. Para além dessa função de nos situar nas variações contínuas do tempo, vemos como é pertinente a citação trazida na abertura desse capítulo: a memória não contém apenas vestígios do passado, mas o interpreta e o reconstrói ativamente, na medida em que sempre envolve a reflexão sobre os processos vividos.

Lucília, antiga moradora do Areal, também vem descrever a presença das avenidas, quando lhe formulei a referida questão, da existência de inúmeras avenidas nesse local.

Ah, tinha. Aqui na frente tinha uma. Só morava brigadiano. Volta e meia a gente ouvia “PÁ, PÁ” era um apanhando de brigadiano. Diz que mulher de brigadiano gosta de apanhar. Depois fecharam aqui. Terminou. Lá para baixo tinha muitas. Tinha a avenida do Fausto, a avenida do Maestro. Tinha o pai de uma amiga nossa que era maestro da banda do Pão dos Pobres, seu Caldovino. É onde é o colégio Mãe Admirável agora. Era uma avenida bem grande... mas tudo casa de material. Depois na frente tinha outra, a Avenida dos Italianos, que também era enorme, bem bacana também. É... muitas avenidas tinha aqui. E foram tirando, o pessoal foi vendendo, foram tirando. Essa dos Italianos o velho morreu, ficou só ela e dois filhos. Aí eles venderam, ela casou com um advogado foi morar no Rio. O guri ficou aqui, e a dona Rina voltou para Guaporé. Mas era bacana aquilo... não preciso nem fechar os olhos para me lembrar de tudo.

Lucília

Assim, ela versa sobre inúmeras avenidas que existiam nesse território, afirmando não precisar nem fechar os olhos pra lembrar de tudo, e não descreve friamente estes lugares.

⁴⁷ Bachelard, por consolidação temporal, entende as ordens se estabilizam - seja na sociedade, na memória ou na razão. (1988, p. 78).

Lembra-se de amigos, de conhecidos, de redes de amizade, e reflete sobre o processo de extinção desses espaços carregados de afetividade. Ao contrário de Flávio, que ressalta aspectos negativos dessas formas de vida, Lucília reitera o quão “bacanas” eram essas avenidas. E traz à tona o fechamento, o término, a retirada desses espaços, referindo-se à morte de pessoas e de lugares.

Célia sentada em frente a sua casa, contrariando a fala transcrita há algumas páginas, quando disse nunca ter demonstrado curiosidade para saber ver a realidade que a cercava, e por isso não ter o que contar, afirmou,

Tinha um monte de avenida aqui, aí foi saindo tudo, tudo e a Guaranha ficou. Na divisa do Centro de Contabilidade com o Quartel tinha um beco bem comprido, que era uma avenida também. Meu Deus do céu, tudo isso tinha aí! A Guaranha está muito preservada... Quer dizer, não foi muito preservada, porque as pessoas não souberam avaliar o valor que ela tem. Mas pensando bem, tem muito valor.

Célia

Levar esses interlocutores a se relembrem de elementos afetivos que já não existem mais concretamente - as avenidas desaparecidas, pontes, bondes, pessoas que morreram – significa leva-los a adentrar nos aspectos dramáticos da mudança, da passagem do tempo.

Aqui todos os dias muda. Todos os dias é evolução. Todos os dias nasce criança nova. Todos os dias tem essa juventude aí, que está mudando, mudando. Antigamente nós tínhamos o samba, hoje nós temos o rap. E quem sou eu, véia, para dançar o rap com eles? Mas é o rap deles, dos novos.

Gessi

Emerge, assim, a dramática da passagem do tempo - inclusive no que se refere à morte das memórias. Um lugar que “todos os dias muda”, que não está parado no tempo, e sim sempre em evolução. Transformam-se inclusive as características distintivas do local face ao meio mais amplo: Gessi afirma que se hoje em dia não existe mais a presença marcante do samba, que remonta ao Areal como berço da música popular em Porto Alegre, a juventude de hoje tem o rap⁴⁸. Gessi se demonstra indignada com o fato de pessoas quererem encontrar intocados os elementos que caracterizavam o território negro do Areal da Baronesa atualmente, em função do auto-reconhecimento da Luís Guaranha como comunidade

⁴⁸ Interessante o fato que, tempos depois de ter gravado essa entrevista com Gessi, conversando com Daiane, neta de Marlene, 19 anos, perguntei se a “Guaranha é samba ou rap”. Ela respondeu: “Aqui é funk, agora moda é funk. Nem pagode nem hip-hop, agora a onda é funk”. Uma pequena passagem que denota a constante transformação nessa juventude de que fala Gessi, processos estes que os moradores mais velhos muitas vezes não conseguem acompanhar.

remanescente de quilombos. Em outro momento de sua fala, ela relata que, passando o tempo, não há resquícios concretos dessa época - há apenas memória.



Im. 41

O quilombo do Areal não vai ter nada de antigamente [*peças e objetos antigos*]... Por quê? Quem morou já morreu, ou já se mudou. Velhos, de quando isso era Areal - Areal não, areão - não existe. O que tem aqui é agora! Pra conseguir alguma coisa com o Seu Fulano, com o Seu Beltrano, é difícil aqui. Tu já notou. Há quanto tempo tu está aqui com nós? O pessoal se lembra, mas já te mostraram alguma coisa, te mostraram? É aqui, é na mente.

Gessi

Gessi reitera não existirem mais os “velhos” de quando aquilo era Areal, e, do mesmo modo, objetos antigos desse tempo. Para ela, o que existe na Luís Guaranha é o agora, o presente. O que resta, segundo Gessi, está na mente, e não no espaço. Creio que ela, nesse ponto, esteja apontando para um elemento fundamental em relação ao cerne da pesquisa aqui apresentada. Ora, se estamos abordando uma comunidade remanescente de quilombo, de algum modo ela deve estar ligada à época da escravidão. E o que Gessi atesta aqui é que o que importa na Luís Guaranha é o que se tem hoje, no presente, e não a busca essencialista de elementos concretos de mais de cem anos atrás para a afirmação das identidades deste lugar. Isso parece estar em consonância com o que afirmam os teóricos que se debruçam sobre a necessidade de ressemantização do conceito de quilombo - em termos de fenômenos de etnogênese (BANTON, 1977), das “etnicidades emergentes” (ARRUTI, 1997) ou das “novas etnias” (ALMEIDA, 2002; POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1988) - deixando-se de lado quaisquer sombras do sentido colonial do termo. O que nos afirma Gessi está muito próximo aos dizeres de Alfredo Wagner de Almeida (2002, p. 46), segundo o qual se deve, em primeiro lugar, acabar com o passadismo, com este conceito “frigorificado” de quilombo, aprisionado ao passado das comunidades. Desse modo, é necessário enfatizar as comunidades que demandam o reconhecimento como remanescentes, e não os seus antepassados, elaborando-se estudos etnográficos e situacionais, e não apenas estudos arqueológicos e documentais.

Para além disso, Gessi está apontando que esses elementos do Areal da Baronesa não duram senão na memória coletiva dessa população – na mente, em suas palavras. As casas da Luís Guaranha não são mais de madeira, todas iguais; este território não é mais um areão como fora em princípios do século passado; os moradores do tempo do Areal não estão mais lá - morreram ou se mudaram. Assim, não há o que se mostrar para atestar essa descendência, mas há a memória, as imagens do passado, a tradição e o *ethos* de um local. E

por memória aqui, conforme já afirmado, entendemos o conjunto – por vezes desconexo – de representações sobre o passado do lugar, onde se misturam os elementos subjetivos e objetivos da experiência de mundo dessas pessoas. É muito difícil que, atualmente, se guarde imagens e lembranças vividas da época da escravidão. Trata-se, se pensamos na proporção do tempo de vida de uma pessoa, de um tempo longínquo, desprovido de espessura, na medida em que não é um tempo vivido, mas que chega até nós através de histórias que nos contaram “os antigos”, tendo eles mesmo ouvido de outros mais velhos do que eles. O que se tem, nesse sentido, são relatos genéricos de uma época, entretanto extremamente ricos e densos de significação. Flávio, por exemplo, que chegou à Luís Guaranha aos seus dezesseis anos, afirmou,

Sei que tinha escravos aqui. Dessa casa aí para baixo, na época. E aqui eram as casa que morava a Baronesa, né? A Baronesa morava aqui. E na esquina era a cantina deles. Ela tinha esse feudo aqui.

Isso aqui era a Chácara da Baronesa. Isso aqui era um feudo enorme! Era uma boa fazendola. Agora, não sei o que ela produzia aqui. Eu sei que a terra era dela. Mas deveria produzir, ela tinha esse monte de escravos aí. Até criação, de gado, de porcos, galinha. Isso tudo era um bom negócio se fizesse isso aí.

A Baronesa morava aqui na casa de esquina. Depois ela saiu e foi pra uma casa ali na Getúlio Vargas, com sacada, com uns parapeitos muito bonitos... Ela foi melhorando, ela foi melhorando. Quando ela começou, ela era pobre, e ficou aqui, né? E o pessoal, escravo, aí embaixo. Ali eram as senzalas. Isso aqui, plantado - ela deveria ter plantado alguma coisa aqui – é uma área bem grande, viu? Isso aqui é enorme, tem alguns hectares aqui.

Flávio

Não podemos pensar nas memórias de um grupo sem estarmos abertos à dimensão fabulatória inerente ao processo de rememoração, de reatualização do passado a partir de experiências atuais. A memória, segundo Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2000b, p. 6) deve ser encarada como um espaço fantástico, de modo que “ao passado é atribuído um estatuto de conhecimento a partir de um presente conceitualizado...”, e o ato de rememoração consiste em uma força reinventiva do tempo. Falo aqui, portanto, nas memórias individuais em seu jogo dialético com a memória coletiva. De quem são essas lembranças? Qual a sua fonte? De onde provém? Não há respostas nesse sentido, os sujeitos tomam para si esse conhecimento e interpretam, analisam, agregam sentidos e repassam. Temos, portanto, uma imagem do coletivo como o que perpassa o indivíduo; este, entretanto, não é mero repositório, mas colore essas imagens com a sua imaginação criadora. Gessi, certa vez me disse: “Tu não vai encontrar ninguém aqui que sabe de tudo! Tu tem que ouvir um pouco aqui, outro pouquinho ali...”, movendo a mão em círculo, como quem revolve a água para passá-la em um funil. Novamente aqui Gessi atesta que a totalidade das memórias de um

grupo não pode ser obtida, ela é fragmentária. E assim, indica que para se compor um “quadro” desse montante de recordações, é necessário que se ouça as vozes dos sujeitos que as portam. Nesse sentido, exalta-se a dimensão de uma memória que apenas existe significativamente para a vida social quando evocada, narrada, exteriorizada.

Gessi, em uma entrevista, rebateu quando a provoqueei dizendo que as pessoas têm dificuldade em compreender por que a Luís Guaranha é uma comunidade quilombola em pleno centro de Porto Alegre:

Olavo, ninguém vai saber por que a Guaranha é um quilombo, porque não existe ninguém mais da época para dizer por quê. Existe a história, existe a conversa, existe o assunto dos mais velhos. Agora ninguém vai dizer o porquê. Eu, uma nega veia que recém estou pensando em me formar na vida, com cinqüenta anos... Eu sempre ouvi que aqui era o reduto de escravos. Eu sempre ouvi. O meu falecido pai me dizia que aqui tinha escravos. Que aqui onde é o Conselho era o Guaíba, que os escravos lavavam roupa ali. O que querem mais? Aqui eles moravam, essas casas aqui eles moravam, os escravos. O casarão era de veraneio, fim de ano, essas coisas, e o resto era casa de escravos. Agora eu também não posso dizer que é, mas eu acredito. Porque eu vi. Grilhões dos pés e das mãos deles nessa casa aqui. Eu vi, eu vi, quando eu vim morar aqui a Dona Tereza mostrava. Tinha preso nas paredes. Era o açoite. Também, se era ou não era, eu não posso dizer. Isso se perdeu. Depois que se fez essa rua aqui, muita coisa se perdeu. Que ninguém tinha a intenção e a pretensão de juntar aquela coisa e guardar. Nem eu, para mim aquilo é qualquer ferro velho. Mas na história de gente antiga, que já morreu, diziam que eram grilhões. Agora eu não conheci, eu não sei. Eu cheguei ontem, cheguei ontem ao mundo. Mas eu acredito! Porque a gente vê nas novelas de época, era mais ou menos isso que a gente via, que eu vi.

Gessi.

Novamente, Gessi reitera o fato de não existirem mais as pessoas da época do Areal para afirmar, em função de suas experiências vividas nesse tempo longínquo, porque a Luís Guaranha é um quilombo, ou remanescente de quilombo. Ela enfatiza, assim, que o que existe são as histórias, as conversas, os assuntos dos mais velhos. Fala de seu falecido pai, que sempre lhe disse que ali era reduto dos escravos. Comenta, conforme Flávio já o fizera, que o casarão de esquina era residência dos Barões do Gravataí (afirmando, entretanto, que era uma casa “de veraneio”), e que dali para o fundo eram as casas dos escravos, que lavavam suas roupas no rio. São memórias e imagens que ela detém por ter escutado dos antigos, e que não tem certeza de que realmente se sucederam, uma vez que não estava lá para ver com seus próprios olhos. Ela, no entanto, acredita. E assim declara, por ter visto na casa de uma antiga moradora o que diz terem sido grilhões da época da escravidão. Podemos perceber como se busca elementos concretos nos quais ancorar essas imagens de um passado que já não se sustenta mais em nossa ordem espacial. E percebemos como se misturam, na memória

coletiva, imagens das mais variadas ordens de discurso simbólico, que se entrelaçam em nossa vida cotidiana: imagens sensíveis, perceptivas – o “eu vi”, de que fala Gessi – imagens das histórias dos antigos, que já morreram, e imagens midiáticas, de novelas, que ela toma como comparativo para situar isso que viu. Assim, também o papel da história na construção desse imaginário é sugerido. Essas imagens, somadas e entrelaçadas, é que sustentam, para Gessi, o estatuto da Avenida Luís Guaranha como um quilombo urbano.

Em meio a emergências dessas memórias e imagens, essas pessoas acabam por questionar o próprio conceito de quilombo. Como pergunta Borel, durante sua fala em ocasião do encerramento do projeto Quilombo do Areal:

...vejam bem meninos: O que é quilombo? Na vinda do negro para o Brasil, houve uma resistência muito grande. Ao chegar aqui, eles foram completamente destituídos de seu próprio direito de ser. E os brancos descongregavam esses negros, subdividiam as famílias, cada um para um lado. Basta que vocês pensem, basta que vocês raciocinem, para saber o que somos nós aqui. Nós somos quilombistas! Nós, aqui no Rio Grande do Sul! E saibam vocês quantos quilombos já foram formados... Areal da Baronesa, Colônia Africana, “Barra do Xié”, e tantos outros que foram dizimados por esses que existem aqui... eu não saberia dizer, esses que são os senhores do progresso. Esse desenvolvimento que foi acontecendo, do Estado, do próprio país, da própria sociedade. Mas há aqueles que têm em si a condição de resistência... E hoje ainda somos o Areal da Baronesa. Então nós somos quilombistas, nós criamos um outro tipo de quilombo, mas que na verdade, somos quilombistas em busca da nossa ancestralidade.

Vai acabar que um dia, outra vez, eles acabam com o Areal da Baronesa, como acabaram com a Cidade Nova, com o Mont’Serrat. A gente sabe que a cidade cresce, nós estamos com 180 milhões de habitantes, não é mais da mesma maneira... a coisa continua. Eu acho que isso é um desenvolvimento. Mas isso tem que ser paralelizado. Não é para haver o crescimento dessa casa e o resto fica morando no buraco. Não é o problema que a cidade cresça, é que se perca os verdadeiros sentidos da nossa hereditariedade e dos nossos princípios. Nós somos brasileiros. Somos negros sim - deficientemente desorganizados, muitas vezes por falta de condição.

Borel

Borel nos aponta para as memórias da escravidão - uma época onde os negros eram destituídos de seu direito de ser, descongregados - e isso serve de referência para que analise a situação atual, de risco de desaparecimento do Areal da Baronesa, para afirmar que todos ali são “quilombistas” – que constroem um outro tipo de quilombo, mas também fundado na resistência. Ele fala, assim, da morte, do desaparecimento de territórios negros como a Colônia Africana e o Mont’Serrat, dizimados pelo que chama de “senhores do progresso”. Borel é enfático quanto à situação de opressão vivida pelos afro-descendentes em território gaúcho. Aponta, assim, para a busca da ancestralidade como elemento aglutinador, como forma de resistência, que permite que continuem sendo o Areal da Baronesa. Interpreto que a

busca maior aqui é a de combate à possibilidade de desaparecimento dessa forma de vida em solo porto-alegrense.

Com efeito, os processos vivenciados no tempo trazem consigo a constante presença da morte e do esquecimento. Flávio também comenta a ação destrutiva que, segundo ele, tende a se debruçar sobre a Luís Guaranha:

É, interessante isso aí... é, mas hoje... hoje a coisa vai se modernizando, melhorando, eles vão tirando esses casebres velhos do caminho, fazendo coisas novas, não é? É, vai melhorando a coisa... vão melhorando. Então vão tirando essas avenidas do caminho.

O poder econômico vêm vindo, não é? O poder econômico vem vindo, vem derrubando tudo. O sonho deles aqui é fazer uma grande construção aqui, né? E, se não abrir o olho eles vão fazer. Vão derrubar isso tudo e vão fazer. Entende? Aí bota esse pessoal todo lá pro Beco da Fumaça. Eles já fizeram essa proposta uma vez.

[...] Eles têm vontade de tirar isso aqui. É só pegar um prefeito peitudo aí, ele tira. Ah, tira! Chega e manda tirar tudo. Desocupa isso aí e faz o que bem entende. Eles fazem isso aí. Já fizeram em vários lugares.

Flávio

Flávio nos traz a imagem de um poder econômico avassalador que vem derrubando, destruindo as antigas feições da cidade. Uma força que vem tirando os casebres velhos do caminho, e fazendo coisas melhores, mais modernas. Uma força de sujeitos indeterminados – um “eles”, que não se sabe quem são: setores administrativos municipais (um prefeito “peitudo”), especuladores, engenheiros... Cabe ressaltar que Flávio dá esse depoimento com pesar, em um tom quase melancólico, em virtude do desaparecimento das feições de uma cidade que ele conheceu. Diz ser muito difícil, mas que “as coisas são assim”. Halbwachs (1990, p. 92) afirmou que a vida em sociedade exige que nos ajustemos aos tempos e durações coletivas. Isso, entretanto, não exclui o mal-estar que os membros da sociedade sintam com a contínua transformação das configurações espaciais de seu território de vida. Algo que torna pertinente as afirmações de Bachelard (1988, p. 6), quando diz que o tempo, para os sujeitos, tem tanto uma ação positiva – o “vão melhorando” de que fala Flávio – quanto negativa – quando este senhor afirma que “é muito difícil” acomodar esse tipo de desaparecimento de referências afetivas. No jogo entre os dois pólos, entre as alegrias e das dores, para o autor, é que se desenrola a dialética do ser na duração – é nesse sentido que a ordem dramática das experiências temporais é quase sempre contraditória. Não se quer permanecer parado no tempo, ao passo que se sofre pelo desaparecimento de elementos fundamentais na construção de nossa estabilidade no mundo.

Flávio afirma que todos querem a área da Luís Guaranha – extensa, em uma região central - para fazer uma grande construção. Atesta o risco de remoção da população, dizendo

já ter presenciado uma proposta de retirada dos moradores em direção ao Beco da Fumaça, longe do centro da cidade. Um fala, como as últimas transcritas, que remontam ao que nos afirma Paul Ricoeur (1994, p. 51), quando diz que abordar a dimensão da temporalidade implica falar em destruição, ruína, desaparecimento, alteração, fragilidade, morte, e que a memória vem humanizar os espaços, garantindo uma certa harmonia à instabilidade do tempo. E tratar etnograficamente a questão da memória é estar aberto não somente aos fatos passados nas vidas de nossos interlocutores, mas sim às projeções sobre o futuro, repleto de incertezas e indeterminações.



Im. 42

Eu não sei o que vai dar isso aqui. Eu não sei. Vem uns, falam, e dizem uma coisa, vem outros... eu já deixei de conversa. Eu já não ligo mais para nada. Digo: bom, o que tiver de ser será! Vamos deixar. Enquanto isso a gente está morando numa boa, graças a Deus.
Célia

Eu não sei até quando vai isso aqui. Não sei mesmo. [...]
É, mas o pessoal vai levando, vão melhorando. Vamos ver o que vai dar no final. Se eu ainda estiver por aí... tudo bem. Depois da idade que eu estou não tem muita... não sei, pode ser amanhã ou depois. Volta e meia eu fico doente, fico mal, não é? Não é fácil. Mas eu vou lutando. Vou lutando. Enquanto der eu vou indo.
Flávio

Podemos perceber que a indeterminação quanto ao futuro da Luís Guaranha é evidente. Estes antigos moradores não sabem “o que vai dar”, ou o “até quando vai” esse lugar. Emerge, para além dessa incerteza sobre o futuro das coisas do mundo, a indeterminação quanto às suas próprias vidas, sobre o que será de seu futuro, eles que são velhos e não sabem quanto tempo ainda terão pela frente. Célia se mostra apegada ao local onde mora:

Ah, a Guaranha é a Guaranha, né? É uma pena que durante o ano que vem eu estou indo embora, vou voltar para as minhas origens. Meu irmão quer muito que eu vá para lá. Sabe o que é, meu filho? Eu estou com 78 anos. Eu agora parei de trabalhar...

Olha, eu vou sentir muita saudade, porque eu estou acostumada. É o meu povo, como eu digo.
Célia

Célia afirma não querer envelhecer sozinha, de modo que pretende reconstruir as redes familiares, voltar a morar com os irmãos em uma Granja no interior do Estado. Refere-se principalmente a seu irmão mais novo, com quem tem uma relação especial, já que sua mãe morreu muito jovem, deixando-o com seis meses de idade, e Célia o criou. Se ela veio para Porto Alegre trabalhar, agora que está aposentada já não vê sentido em permanecer sozinha. Diz que deixar o “seu povo”, entretanto, não vai ser fácil. Percebemos, nessas últimas falas, o quanto as recordações estão embebidas nos sentimentos dessas pessoas em relação a este lugar. A questão do sentir-se pertencente a ele faz com que vejam com pesar o fim das avenidas que cercavam a Luís Guaranha e que foram “terminando”, “acabando”, sendo “tiradas do caminho” para que cedessem terreno a novas formas de ocupação do espaço urbano. Em face deste quadro, parece ser iminente o risco de desaparecimento desta que é uma das últimas avenidas remanescentes do antigo território do Areal da Baronesa.

Muito distinto é o tom discursivo de quem fala sobre este local sob a ótica patrimonial.

Eu só queria dizer qual é a nossa aqui, nós que somos da prefeitura e também profissionais que foram contratados, e viemos propor para a associação se retomar a memória e o patrimônio – toda a história, todo o legado dos ancestrais, porque existe essa travessa, essa Avenida Luís Guaranha. A gente veio propor tudo isso porque esse aqui é um dos orgulhos de Porto Alegre. Quem é que conhece outra avenida sem saída com essa história, com esse tipo de agrupamento de casas? A Guaranha é a única que ficou para contar a história. Nós temos a certeza, a partir desse trabalho, de que a comunidade, na união, conhecendo melhor o seu passado, vai ter possibilidade de estabelecer uma liga, uma cola, uma união, com solidariedade, para reivindicar o que necessita – sejam as casas, seja o esgoto, seja o que for. Então, a partir do conhecimento do nosso passado, do que nós fomos, nós enxergamos melhor o presente e nós caminhamos para o futuro.

Helena

Helena, membro do Projeto Quilombo do Areal, deu esse depoimento durante a celebração de seu término, indicando o porquê de sua realização: a Luís Guaranha surge como “um dos orgulhos de Porto Alegre”, uma avenida que condensa uma história singular, que deve resgatar seu passado com vistas ao estabelecimento de uma maior coesão entre seus

membros. É interessante salientar que esse discurso patrimonial situa a avenida para além de seus próprios domínios, pensando-a enquanto representativa de um tempo outro, de um processo histórico – uma rua que desponta como a “única que ficou para contar a história”. As memórias afetivas dos moradores locais, por sua vez, mesmo quando referidas ao território do Areal da Baronesa como um todo, ou ainda à cidade baixa, demonstram-se repletas de imagens interiores, já que são os sujeitos que remontam tempos vividos e o mundo ao seu redor, tomando a si e a Luís Guaranha como centros de referências. Helena afirma que, resgatando essas memórias, se tornará mais fácil obter ganhos políticos visando à melhoria da qualidade de vida dessa população. Esse discurso acaba sendo incorporado por parte da comunidade, e mobilizado nessas ações que visam repensar as identidades locais.



Im. 43

Cláudia, então presidente da Associação dos Moradores, falando depois de Helena, reiterou o fator resistência para a permanência da avenida, e salientou presença do Museu Joaquim José Felizardo, de pesquisadores e militantes no sentido de garantir direitos e atestar a importância da Luís Guaranha em meio à cidade de Porto Alegre como um todo.

Bom, boa tarde, eu gostaria de agradecer a todos, o mestre Borel por ter vindo aqui, o pessoal do Museu, a Zilá, e a Jane porque nos achou, que a gente estava meio perdido, e nos ensinou todo esse trabalho. E eu também queria dizer para vocês que tem gente que diz: “Ah, eu não sou escravo”. Lógico, a gente sabe, mas a gente é descendente. Não que a gente nasceu aqui e seja escravo daqui. Mas o que nós estamos referindo, que nós somos um quilombo, é porque nós somos uma resistência. Quantas vilas que existiam aqui dentro de Porto Alegre, no centro de Porto Alegre, e que não existem mais – como Ilhota, Marítimos, tudo aqui? Nós somos a resistência, dentro aqui da cidade de Porto Alegre. E nós vamos continuar lutando pelos nossos direitos e resistindo. Tanto negro quanto branco, qualquer cor, não tem etnia. Nós estamos lutando pelos nossos direitos, dos nossos filhos e nossas crianças que amanhã vão poder estar aí contando as nossas histórias. Que a gente também sabe alguma coisa e vai contando. Eu não nasci aqui, mas eu moro aqui há dezessete anos. Então a gente vê que as coisas têm que acontecer, e para acontecer a gente tem que lutar. Então eu peço aos moradores que lutem. Porque se a gente está aqui como negro, não foi porque alguém ficou sentado esperando que a coisa acontecesse. Eles realmente lutaram, é por isso que estamos aqui hoje, como o Mestre Borel, contando a história do negro.

Cláudia

Cláudia vem manifestar um elemento importante em relação às imagens da escravidão, mobilizadas nessa demanda de reconhecimento da Luís Guaranha como remanescente de quilombos: a dimensão “dura” da memória, os elementos que não devem ser lembrados. Quando afirma que as pessoas dizem não serem escravos, indica que há uma certa resistência ao retorno de uma imagem que denigre os setores afro-descendentes da população brasileira. Talvez a busca por essas memórias da escravidão e sua mobilização para reconstrução da identidade do grupo seja algo incômodo para muitas pessoas, e que, portanto, deve permanecer velada, atrelada a um passado distante que não deve ser lembrado, e pouco toca no presente. Cláudia, entretanto, vem manifestar que não está falando apenas para os negros, mas também para os brancos, salientando que a Luís Guaranha é a resistência diante do processo que removeu inúmeras vilas do centro de Porto Alegre. E afirma novamente a importância desse “contar nossas histórias” no futuro, ou seja, a luta contra o esquecimento dessas memórias e imagens da cidade. Fala, assim, em “contar a história do negro”, e se refere não somente à Luís Guaranha, mas nesse espaço como repositório de recordações sobre outros territórios negros que já não existem mais, a não ser na memória coletiva dessa população. Trata-se, assim, da mobilização de memórias visando à manutenção de um lugar no mundo, e toda a carga simbólica – novamente a geografia nebulosa de sentidos - nele contida.

Cláudia também agradece a presença de pessoas que participaram da celebração, e refere-se especialmente à historiadora Jane Rocha de Mattos, que, segundo ela, os achou quando estavam perdidos, e lhes “ensinou todo esse trabalho”. Destaca-se, assim, a importância de estudos históricos sobre o Areal da Baronesa, especificamente o trabalho de Mattos, em que a Luís Guaranha está contida, nas últimas páginas.

As transformações físicas, as pessoas que ali se estabeleceram, as relações entre elas e com o seu entorno, foram elementos definidores para a formação do território negro do Areal da Baronesa, que permanece como referência dos segmentos de descendentes de africanos, principalmente os setores ligados ao carnaval.

Atualmente, na Travessa Luís Guaranha, localizada entre as ruas Barão de Gravataí e Baronesa de Gravataí, próximo dos quartéis da Brigada Militar, encontramos a comunidade herdeira do antigo Areal da Baronesa. A essa comunidade são atribuídas imagens negativas, como no início do século. Pechas como a denominação que adquiriu, *Beco do Guaranha*, onde somente as pessoas que ali habitam entram, pois é considerado uma comunidade alheia às leis, ou seja, como uma “zona de traficante”.

A comunidade do Guaranha ainda é conhecida como a comunidade do Areal ou Areal da Baronesa. [...]. Apesar das desterritorializações constantes, que vem sofrendo desde a década de 60, com o aterramento da Praia de Belas e a expulsão de sua

população para a Restinga e para as cidades circunvizinhas a Porto Alegre, a comunidade resistiu, e hoje para a Travessa Luís Guaranha afluem pessoas que são “filhos e netos” do antigo Areal.” (MATTOS, 2000, p. 129-130).

Essa pesquisadora situa os moradores do “Beco do Guaranha” como os herdeiros do Areal da Baronesa, e levanta as imagens negativas atribuídas a este local pela sociedade circundante – um lugar de traficantes, alheio à lei. É interessante notarmos como atualmente há outras constelações de imagens (DURAND, 1997) atreladas a este lugar em função dessa mobilização que parte das memórias do grupo. Surge uma feição política dessa rememoração que funda uma emergência étnica, no seio da qual creio que, simbolicamente, o fundamental seja a afirmação de um juízo de valor positivo sobre a comunidade em relação ao ambiente onde está inserida. A noção de quilombo, longe de resgatar uma imagem de escravo humilhado, vem, ao contrário, ressaltar a resistência à opressão, heroizando essas memórias em função do sofrimento que comportam.

4.2. HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.

Cabe, para finalizar este capítulo, uma breve reflexão sobre contrastes entre a memória coletiva e a memória histórica, de que nos fala Halbwachs (1990, p.14). Enquanto nesta última estão contidas as referências nacionais, sob um aspecto mais institucional, a memória coletiva é oriunda das experiências vividas, e, portanto, pautada na interação entre indivíduos e grupos. Se a memória histórica recompõe o passado, reinventando-o no presente, a memória coletiva recompõe magicamente o passado através das relações no seio de um grupo social. E isso é evidente quando, nas falas dos moradores da Luís Guaranha, as memórias sobre este local como “reduto de escravos”, no passado, a figura da Baronesa e sua trajetória, a imagem daquela região ocupada por chácaras, são ativamente reconstruídas quando atualizadas. As referências históricas, nesse sentido, também se fazem presentes, e é justamente no entrecruzamento entre estas diferentes temporalidades que emerge a lembrança. As atitudes políticas, de que viemos tratando ao longo do trabalho, carregam dimensões temporais, nas quais se desenrolam projeções do passado desse território em direção ao futuro da população que atualmente o ocupa.

Quanto à memória coletiva, parece ser consensual, entre os moradores da avenida e antigos habitantes urbanos, a fala que indica que “isso tudo era terra de escravos”; entretanto, encontramos variações entre as versões individuais ou de subgrupos em relação a este passado - se a Baronesa morou ou não na casa de esquina, se seus escravos permaneceram ou não ali

quando do loteamento das terras, etc. Creio que, como já indiquei anteriormente, o compartilhamento dessas memórias acaba por configurar um importante sinal diacrítico desse grupo em relação ao meio social onde está inserido. Seus membros carregam memórias desse e dos demais territórios negros da cidade de Porto Alegre, e, uma vez permaneceram nessa região, agora lutam para manter vivas estas memórias e este modo de vida.

Para Halbwachs (1990, p. 100), há tantas durações quanto indivíduos, mas há um tempo coletivo, demarcado e dividido, vazio e abstrato, que serve de quadro para os dados temporais aos quais se liga e se situa a lembrança dos distintos grupos sociais – o tempo histórico, universal e impessoal. O autor indica ainda que “a história é necessariamente um resumo e é por isso que ela resume e concentra em poucos momentos evoluções que se estendem por períodos inteiros; é nesse sentido que ela extrai as mudanças da duração”. (1990, p.108). Bachelard (1988, p. 54), no mesmo sentido, afirma que a descrição histórica dos fatos é cheia de pedaços vazios, desprezados. Retornando a Halbwachs, os grupos sociais, por sua vez, não guardam os traços da série cronológica na qual se desenrolam os acontecimentos que lhes marcam, e em cada um deles a memória alcança um determinado passado; para além desse limite, não há apreensão direta, mas mediada pela história, que vem justamente tratar de coisas que a memória não alcança – para narrá-las, o historiador se coloca fora do tempo. Mas, ainda para Halbwachs, “são as repercussões, e não o acontecimento, que penetram a memória de um povo que as suporta...” (1990, p. 106). Assim, na duração não estão os objetos, mas a forma como os percebo e represento. Nesse sentido, Bachelard vem questionar: “Do passado histórico [...] o que é que permanece, o que é que dura? Apenas aquilo que tem razões para recomeçar” (1988, p. 8).

Torna-se impossível, assim, não pensar no desenrolar temporal da comunidade aqui abordada, que evoca, em um processo político, um estatuto diferenciado e a garantia de sua existência em função de seu mito de origem – salientando sua condição de pobres e negros em uma sociedade anteriormente escravocrata. Proponho aqui que se pense nos direitos atrelados aos legalmente chamados de “remanescentes das comunidades de quilombos” como ações patrimoniais voltadas às políticas de manutenção da diversidade cultural, uma vez que vem justamente garantir sua permanência em função de traços identitários peculiares. Miriam Chagas (2001, p. 212-213), referindo-se a Frazão, já propôs uma leitura conjunta do anteriormente comentado art. 68 do ADCT e os artigos 215 e 216 do corpo permanente da Constituição Brasileira, voltados aos direitos e manifestações culturais (ênfase em culturas populares, indígenas e afro-brasileiras), bem como ao Patrimônio Cultural do país, quer seja

de natureza material ou imaterial, (incluindo formas de expressão, modos de criar, fazer e viver dessas comunidades, e assim por diante).

Assim, trata-se de uma demanda política, entretanto, profundamente pautada pelo simbolismo. E, resgatando Gilbert Durand - contrariamente a Halbwachs, que, em seu tom durkheimiano vem afirmar a proeminência do social sobre o individual - o simbólico tem seu lugar na linguagem e na palavra, e nele se misturam a objetividade do mundo com a obscuridade subjetiva das experiências individuais (1988, p. 60). À dialética entre as duas esferas, o autor denomina trajeto antropológico: “[...] a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (1997, p. 41). Para Durand, nossa era recobra a importância das imagens simbólicas, e pensadores como Bachelard, Nietzsche e Heidegger foram fundamentais por afirmar que o imaginário sustenta imagens, mergulhando profundamente em seu semantismo para tecer suas interpretações, e assim recriam a mitologia em meio a uma história obcecada por um único mito, o do progresso (1999, p. 60). O autor critica, assim, o iconoclasmo do pensamento ocidental, marcado pelo racionalismo positivo, que exclui o imaginário dos processos intelectuais, busca afastar tudo o que soa como irracional, e faz com que o estoque mítico relativo “aos sapiens” seja limitado pela necessidade de coerência entre imagens (1988, p. 3). Entretanto, Durand afirma que o atual resgate da importância da imaginação leva a um processo ao qual denomina remitificação (1988, p. 4).

Embasado nesses comentários, questiono se não seria essa temporalidade política dos remanescentes uma forma de remitificação das comunidades face à sociedade mais ampla, uma vez que geralmente está baseada em seus mitos de origem⁴⁹. Eckert e Rocha afirmam que,

No interior da erosão do mito do progresso, os estudos de memória tornaram-se, assim, por vezes, propícios ao “reinvestimento mitológico” onde não só triunfam os valores e imagens da intimidade, de uma certa nostalgia do “eu profundo”, mas despontam como referenciais na interpretação/compreensão dos temas da alteridade que regem as relações entre a vida humana e a matéria de suas ações no mundo (ECKERT e ROCHA, 2000d, p. 4).

Assim, retomando Michael Fischer (1991, p. 271-272), esse processo de assunção de uma identidade étnica surge como uma percepção orientada para o futuro, pressupondo uma insistência no pluralismo, no aspecto multidimensional de um eu multifacetado. Assim, o etnicismo não é algo que se possa aprender ou ensinar, e ultrapassa as gerações, mas é

⁴⁹ Tendo em vista que, para Durand, o mito é “repetição de certas relações, lógicas e lingüísticas, entre idéias e imagens expressas verbalmente” (1988, p. 18).

dinamismo puro, no qual se reinventa um passado abstrato. Tendo em vista que, como afirmado, os símbolos não são jamais completamente decifrados - mas exigem novas colocações através da linguagem, em que se agregam sentidos e relações - e, como as imagens, possuem sentidos velados, no caso da Luís Guaranha, elementos desse arcabouço de sentidos que é a memória coletiva são mobilizados no sentido de se reestruturar os mitos de origem e atestar a relevância desse *ethos* popular na região onde está situado.

Assim, se falar em tempo é falar em mudança, desaparecimento, perda, morte - e a vida humana necessariamente se desenrola no tempo - o homem, através da atividade simbólica, dota suas experiências de sentido. Então refletir sobre a vida implica também em refletir sobre a morte. Para Durand esquemas, símbolos e arquétipos valorizados negativamente quanto ao tempo e à morte já trazem consigo a possibilidade de exorcismo desses fenômenos. E, conforme o autor,

...aqui transparece um princípio constitutivo da imaginação e de que esta obra será tão-somente a elucidação: figurar um mal, representar um perigo, simbolizar uma angústia é já, através do assenhoreamento pelo *cogito*, dominá-los. [...] Imaginar o tempo sob uma face tenebrosa é já submetê-lo a uma possibilidade de exorcismo pelas imagens de luz (DURAND, 1997, p. 124).

Durand, que vem operar conceitualmente com o que denomina “regimes de imagem”, afirma que o regime diurno é marcado, sobretudo, pela presença de antíteses - sendo, por exemplo, a existência da luz dependente da existência das trevas. E aqui creio que se encaixa o pensamento patrimonial e seu intuito de salvaguarda dos bens que servem como referência para a existência da civilização: na oposição ao caráter negativo do tempo, associado à figura da morte, a ação patrimonial vem iluminar elementos cuja persistência é tida como essencial em função de concepções correntes orientadas à construção das identidades sociais. Emerge então a dimensão do cenário discursivo e político - onde novamente destaca-se a conexão entre esferas regionais, nacionais e internacionais de debate⁵⁰ - no qual se engendra e se decide o que é relevante e o que não é para ser salvo da iminência da morte.

Bernardo Lewgoy (1992, p. 12), afirma que o sistema cultural do patrimônio se configura como um campo autônomo em nossa sociedade, e vem abordar, em sua dissertação de mestrado, a dinâmica sociocultural de interação entre memórias específicas, atualizada na

⁵⁰ Lewgoy (1992, p. 57), afirma que, as condições históricas da produção da noção de patrimônio ultrapassam as fronteiras regionais e nacionais, de modo que ela está referida, em seu meio amplo, à Cultura Ocidental Moderna, nos termos de Mauss.

interação entre profissionais do patrimônio e os membros de uma sociedade local⁵¹. Afirmar que em Halbwachs, o “trabalho da memória” é constituído pela disjunção entre lembrança e esquecimento, e centra seu esforço interpretativo na união da teoria da memória em Halbwachs à teoria da hierarquia de Dumont, propondo que ambos priorizam o social em detrimento ao psicológico e individual (1992, p. 37), atestando assim a preeminência hierárquica da memória do grupo sobre as memórias individuais. Afirmar, entretanto, que em Halbwachs, as distinções entre grupos, cada um dos quais configura seus específicos quadros sociais da memória, é horizontal, havendo pouco espaço para diferenciações verticais. (1992, p. 40). Desse modo, não se abre espaço interpretativo para as relações de poder envolvidas nesses processos de mobilização das memórias. No caso que estuda, atesta que a lógica patrimonial, em seu caráter de memória histórica e nacional, vem impor uma versão hierarquicamente preeminente sobre o passado, conseqüentemente interferindo na construção das identidades e valores do grupo, que vê sua memória coletiva englobada por esta esfera institucional.

Torna-se claro o caráter elitista dessa noção (DURHAN, 1984, p. 31) e o campo cultural autônomo, circunscrito pelo corpo do Estado de que fala Lewgoy (1992, p. 76), encarregados de levar a termo as ações patrimoniais, que vem se constituir como leitura do passado, valorização e institucionalização de certas memórias visando à construção de identidades sociais, ultrapassando classes e sujeitos sociais específicos. A emergência do conceito de patrimônio imaterial vem justamente questionar o fato de apenas os bens materiais e concretos serem tomados como referência para a construção de identidades, enfatizando saberes, práticas e fazeres, e concretizar uma aproximação de antropólogos a este campo do saber, em que os arquitetos constituem o “grupo numérica e politicamente hegemônico nesse campo” (LEWGOY, 1992, p. 81). E, ressalta-se assim um caráter didático da elevação de bens à categoria de patrimônio, que vem despertar o olhar dos grupos em relação a certos aspectos de sua memória.



Im. 44

⁵¹ No caso, estuda o tombamento de casas históricas na cidade de Antônio Prado, interior do Rio Grande do Sul, cidade de colonização italiana.

Para além dessa dimensão hierárquica e assimétrica que se desenrola nos jogos de memória entre os personagens envolvidos nas ações patrimoniais (os agentes de patrimônio, e o caráter institucional da memória social, os grupos sociais e suas memórias coletivas), creio que seja possível trabalhar mais a fundo o simbolismo atrelado a elas. Resgatando Durand e seus regimes de imagem⁵², uma das feições constituintes do regime diurno são os símbolos ascensionais, em que é essencial a função de verticalização, na qual o simbolismo da escada está referido à passagem de um nível a outro, ou seja, um processo de ascensão que se desenrola como uma escalada contra o tempo e a morte, onde o ser torna-se imortal e eterno. O autor refere-se a variados cultos de ascensão em inúmeras culturas e tradições, e eu me aproprio disso buscando refletir sobre o processo de “elevação de certos bens à categoria de patrimônio”. Durand fala da “preocupação de reconquista de uma potência perdida, de um tônus degradado pela queda” (1997, p. 170) – aqui penso na possibilidade iminente de morte, desaparecimento e esquecimento - e na busca de uma transcendência que, como a claridade, exige um esforço de distinção. Busca-se, assim, alguma segurança contra as trevas e a queda, e o estatismo da transcendência vem em oposição ao devir temporal, uma vez que essas figuras verticalizantes surgem como antítese do tempo.

A natureza singular da situação aqui estudada vem tornar manifesto o caráter temporal plural da abstração a que chamamos cidade, onde o conceito de quilombo vem “cavoucar” memórias da escravidão entre uma população de origem negra. O intuito aqui é de preservação, de garantia do direito de permanência dessa comunidade. A salvaguarda nesse caso representa a persistência de um modo de vida.

Antônio Augusto Arantes (1984, p. 9), afirma que a ação patrimonial é um “trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e em termos do presente”. Para o autor, tanto a preservação quanto a destruição envolvem ações de interpretação do passado, e que defender um espaço é reconstruir um território em relação aos próprios modos de vida aos quais está ligado. Eunice Durham (1984, p. 34) vem afirmar uma dimensão política do patrimônio, em que se preservam elementos que são considerados politicamente importantes, e atesta a necessidade de democratização da própria noção de patrimônio, geralmente sob dominação das elites e classes dominantes. E isso parece estar vindo à tona quando percebemos que a dimensão política dos chamados remanescentes vem empregar o termo quilombo como símbolo de um processo de exclusão das populações

⁵² Regimes de imagens são constelações simbólicas polarizadas em esquemas: regime diurno separa, discerne, está centrado na antítese (1997, p. 179) - um regime que inspira todo o racionalismo, o cartesianismo, no qual se pensa mais do que se sente.

afro-descendente em terras americanas – no nosso caso, as figurações brasileiras desse processo, mais particularmente em um estado como o Rio Grande do Sul, marcado pela invisibilidade do negro, que, conforme Ilka Boaventura Leite (1996, p. 41), se configura como suporte da ideologia do branqueamento. O fato de o negro ser tomado como inexistente, para a autora, implica em um dispositivo de negação do outro, em que está contido o superdimensionamento da figura do europeu na construção da identidade dos habitantes de estados ao sul do Brasil.

Retornando a Lewgoy e seu estudo sobre a ação patrimonial em Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, o autor atesta que, no caso, se dava a valorização de um patrimônio diferenciado do que era comum na época de seu estudo (os bens tombados eram casas de madeira, e se ressaltava a colonização e a identidade italiana, em detrimento à luso-brasileira). E, no caso do presente trabalho, cabe mencionar que vivemos um processo de valorização das populações negras, suas histórias e memórias, em que se aponta para a heroicização dessas comunidades, em função do sofrimento vivido, e se resalta o a dimensão da resistência face aos processos de exploração e opressão por parte da sociedade brasileira. O Estado, assim, interfere, institucionalizando um “não esquecimento”. Destaca-se algo que muitos habitantes da cidade talvez não quisessem ressaltado.

CAPÍTULO 5: ENTRE HISTÓRIAS, MITOS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS.

Vim afirmando, ao longo do último capítulo, as diferentes configurações das memórias atreladas ao processo de reconstrução do passado que se desenrola atualmente na Avenida Luís Guaranha, em que o contato entre diferentes grupos sociais se configura como um encontro de alteridades. Meu próprio trabalho etnográfico, em que sempre incentivei esse processo de rememoração por parte dos moradores e procurei estar atento às distintas temporalidades que emergem nessa situação atual, se insere neste bojo, uma vez que busquei desenvolver o que Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha denominam de Etnografia da Duração (2001b). Mostrei, assim, como as memórias dos moradores estão pautadas em suas experiências de vida, e suas lembranças vêm à tona através de operações reflexivas de enquadramento do tempo, onde se misturam impressões subjetivas e dimensões objetivas, o tempo do eu e o tempo do mundo. Nesse meio, destacam-se as transformações urbanas por eles vivenciadas, o fim das avenidas, a descaracterização do Areal da Baronesa. As memórias da escravidão, por sua vez, são pautadas em representações coletivas – o que não quer dizer que não sejam interpretadas individualmente; ao contrário, mostrei como a imaginação se encarrega de colori-las. Vimos como o ato de narração, entre os próprios habitantes urbanos, se encarrega da duração dessas imagens, e a memória histórica configura-se como elemento fundamental na constituição desse imaginário.

A Luís Guaranha, assim, em seu estatuto de resquício e resistência, traz à tona a perspectiva das camadas de tempo sobrepostas em nossa cidade. Na dimensão patrimonial dessa busca pelas memórias de sua população, muitas vezes impõe-se a necessidade de resgate de imagens do período escravocrata, uma vez que, em um tom essencialista, demanda-se “provas” de que este território foi realmente um quilombo ou uma senzala, como atesta a memória coletiva do grupo, em suas diferentes versões. E aqui estamos tratando de um assunto delicado, pautado por representações atuais sobre o período da escravidão, sustentadas, na linha de um argumento durandiano, pelo regime diurno da imagem, fundamentado na antítese e na necessidade de coerência entre imagens. Tendemos, assim, a pensar dualisticamente as relações entre senhores e escravos. A própria historiografia nos mostra como essas relações eram menos “duras” do que concebemos atualmente em nosso imaginário.

Paulo Moreira (2001) vai à busca de documentos históricos que lhe permitem adentrar nas minúcias das relações sociais do período que estuda, exaltando seu caráter negociado pelos atores sociais, sendo suas práticas concebidas como discursos que emanam sentidos e representações sobre liberdade e escravidão. Para o autor, as próprias noções de

cativeiro e liberdade não eram estanques, mas se interpenetravam, havendo diferentes estágios entre elas, em situações muitas vezes ambíguas e contraditórias. Paulo Moreira deflagra as tensões entre senhores e cativos, mas também suaviza o que hoje temos tendência de opor como extremos, nos mostrando que as relações entre os dois grupos eram, por vezes, amenas, brandas e patriarcais. O autor ressalta ser comum, por parte dos senhores, o cuidado com a “mercadoria valiosa”, e o medo de torná-la inútil com castigos duros demais. Sim, o sistema era violento, e a coerção física dava o tom da pedagogia para com o escravo (cujos símbolos principais eram os ferros, grilhões e correntes). Mas isso não impedia a existência de “frágeis e delicadas negociações cotidianas mantidas entre senhores e escravos” (2001, p. 69).



Im. 45

O autor nos fala em diferentes tipos de fuga por parte dos escravos, muitas delas buscando o rompimento definitivo das relações com os senhores, mas que havia também fugas reivindicatórias, em que o escravo fugia e depois voltava, sendo que alguns buscavam apadrinhar-se com outros senhores e lutavam para ser vendidos, procurando senhores mais poderosos que os seus para lhe protegerem. Eram muitas as fugas, nem sempre eram definitivas. Segundo Moreira, os negros buscavam a possibilidade de circular pela cidade, ou seja, a liberdade temporária. Assim, percebemos que mesmo o que tendemos a compreender como quilombo está muito mais preso ao que Durand identifica como um regime diurno de imagens, de modo que perdemos de vista o trânsito noturno entre pólos tais quais liberdade e escravidão, cativeiro e fuga, senzalas e quilombos. Nas palavras de Moreira,

Dizer que a maioria dos escravos, mesmo no espaço urbano, habitavam as senzalas de seus senhores é dizer pouco, já que este conceito abrange espaços bem diferenciados em termos de condições de vida e mobilidade, tendo como unidade apenas o fato de

representarem um local inserido na propriedade dos senhores [...] (2001, p. 80).

Ainda de acordo com Moreira, os cativos relativamente livres cediam temporariamente abrigo em suas casas para outros escravos fugidos, às vezes habitavam ranchos, talvez com lavoura própria. Nos sobrados, os porões espaçosos serviam de senzala para os escravos domésticos⁵³. Comerciantes tinham escravos em seus armazéns no porto. Escravos e trabalhadores livres por vezes residiam juntos. Para lucrar com os escravos, os senhores tinham de compactuar com essa mobilidade relativa “[...] permitindo-lhes movimento pelo espaço urbano em busca dos melhores serviços” (2001, p. 82-83). Os negros por vezes circulavam por várias residências, sem fixar um domicílio único, e o projeto dos cativos incluía a busca de autonomia relativa. Se hoje tendemos a pensar em tipos rígidos de resistência escrava, “[...] os comportamentos eram bem mais fluidos e estratégicos, possuindo inúmeros estágios e mediações, de conformidade com as condições de êxito e fracasso.” (MOREIRA, 2001, p. 98). Passeios pelas ruas aparecem então como “vitórias cotidianas”, pequenas negociações constantes que também se configuravam como resistência escrava, que não se restringia aos processos de insurreição e formação de quilombos. Diferentes projetos não eram excludentes, e a busca da mobilidade cotidiana podia estar aliada ao sonho de liberdade definitiva. Se não podiam alugar cômodos ou casas para si, em muitos casos conseguiam testas-de-ferro para tanto.



Os processos criminais, jornais e inventários, segundo Moura, fornecem pistas dos locais de moradia dos negros: eram cortiços, casebres, casas de meretrizes, senzalas. A maioria dos cortiços situava-se nas áreas centrais da cidade,

[...] onde mesclavam-se com casarões e prédios públicos e os negros podiam tecer com mais facilidade as relações que lhes facilitariam os aspectos profissionais e afetivos. [...] eram habitações populares, muitas vezes surgidas do abandono de velhos casarões de famílias abastadas (seja por falência familiar, problemas no

⁵³ Lembrando Gilberto Freyre (2000, p. 12), nos sobrados as senzalas são reduzidas a quartos, dependência de empregados.

inventário, etc.) que tinham seus diversos aposentos locados, ou então eram conjuntos habitacionais compostos de minúsculos casebres (quartos) distribuídos ao longo de um pátio – o qual servia de ‘*serventia comum*’ dos inquilinos para lavagem de roupas, cozinhas, encontros – muitas vezes localizadas aos fundos de uma venda ou taberna. (2001, p.88).

Havia, assim, cortiços no Beco do Oitavo, no da Fortuna, na Demétrio Ribeiro, na Voluntários da Pátria, na Rua da Margem⁵⁴, na Andradas, na Atual Dr. Flores etc. Habitações que possibilitavam lucros para seus donos pelos aluguéis. Lugares de intenso contato inter-étnico, descritos por autoridades, cronistas e jornalistas de forma pejorativa, depreciativa, incluindo usualmente adjetivos como “inabitáveis”, “nauseabundos”, “infectos”, “miseráveis”, “focos de podridão e imoralidade”. Como exemplo, o relato de um cronista:

As habitações a que dão o nome de casas, com exceção das que dão frente para a rua Três de Novembro, são inabitáveis, porque algumas são edificadas de modo a formarem um acervo de cubículos de tamanho tão limitado que precisa grande esforço para respirar-se ar nas condições mais anormais de temperaturas.

... Além disso, tão miseráveis e nauseabundas mansardas não recebem sequer um raio de sol, o que dá lugar a conservar sempre umidade, que com o aumento da temperatura desenvolve miasmas...

(FRANCO, Sérgio da Costa. **Cortiços e Malocas**. Porto Alegre: Letras e livros, 12/12/81, p. 5. Fonte: Acervo Banco de Imagens e Efeitos Visuais).

Da mesma maneira, um relatório do 13º Batalhão de Infantaria sobre o mesmo conjunto de casas na rua 3 de Novembro, trazido por Moreira (2001, p.91), indicando que “A demolição de tais cubículos não nos parece só uma medida higiênica, mas também humanitária”. Esse intuito sanitarista e higienista, surgido com vistas a extinguir essa forma de habitação na área central, também deve ser ressaltado. Jane Rocha de Mattos descreve um processo contínuo de retirada desses cortiços - e, portanto, de suas populações – da região:

Com o crescimento econômico e espacial do núcleo inicial da cidade, na ponta da península, houve a retirada contínua dos segmentos empobrecidos da população, dentro da política de higienização e reordenamento espacial, que na sua maioria ocupava os porões e cortiços. Assim, as áreas mais baixas e de terrenos irregulares (como as várzeas), que constituíam a periferia, seriam espaços para a construção de moradias (muitas em forma de casebres, transformando-se em cortiços ou avenidas) de aluguéis mais baratos. (2000, p. 28-29).

Segundo a autora, havia em Porto Alegre, desde os primórdios de sua ocupação, uma cisão entre cidade alta e cidade baixa, sendo a primeira local de moradia das elites e setores abastados da sociedade, a outra ocupada por habitantes pobres, ex-escravos e escravos

⁵⁴ Atual Rua João Alfredo, bastante próxima à Luís Guaranha.

de ganho. Assim, os afro-descendentes ocuparam em Porto Alegre as áreas periféricas, preferencialmente as várzeas. Quanto ao território do Areal, afirmou que, nos escritos de cronistas e memorialistas que descreviam a vida na cidade, tal território aparece sempre referido como perigoso e ameaçador, tendo sido inclusive alcunhado de *Emboscadas* por ser, no século XIX, uma área de chácaras, caracterizada pelo mato fechado e pelos capões, que servia, durante a escravidão, para o refúgio de negros fugidos – como afirma Athos Damasceno Ferreira, em uma passagem de seu “Imagens sentimentais da cidade”:

Negro fugido ganhava as “Emboscadas” – mato fechado que ficava no local hoje limitado pelas ruas da República, João Pessoa, Venâncio Aires e Luís Afonso.

O lugar era brabo e ali morava o Chico Torneiro que acoitava os fujões.

Quando o Capitão do mato para lá se dirigia, de vergalho em punho, o Chico Torneiro avisava os fugitivos que se embrenhavam na floresta, e desapareciam (1940, p. 92).

Ainda para Mattos, muitos dos núcleos populacionais distantes do centro da cidade, chamados de arraiais (como o Arraial do Menino Deus), eram caracterizados por sua população etnicamente diferenciada (como o caso do Arraial dos Navegantes e sua ascendência alemã). O que caracterizava os territórios negros, entretanto, era o estigma depreciativo. Assim sendo, sua população julgada indolente e preguiçosa, de *capoeiras* perigosos, de modo que os habitantes da cidade batizaram o local através de um trocadilho: não podendo ser considerado um arraial, foi denominado areal, por conta da quantidade de terra vermelha⁵⁵ que cobria a região. Era região baixa, de várzea, caracterizada pela presença da água, tanto do Guaíba quanto do riacho, cujas cheias, de acordo com as fontes que a historiadora mobilizou, tornavam o local anti-higiênico e nauseabundo, contrariando as diretrizes do saneamento em implementação.

Conforme o crescimento urbano, entretanto, o Areal passou a figurar como bairro adjacente ao centro. E, durante o século XX, foram completamente alteradas as formas de ocupação deste espaço da cidade, sendo as populações pobres e afro-descendentes “empurradas” para regiões periféricas - de acordo com os novos quadros de referência do cambiante cenário urbano. Em função de inúmeras obras de reestruturação espacial daquela região da cidade – boa parte das quais referentes a renovações viárias, solucionando problemas advindos do enorme crescimento da população da cidade e de sua frota de

⁵⁵ E aqui entendemos a constante referência ao trocadilho entre Areal e areão que persiste nas memórias dos moradores em que duram as imagens desse antigo território, como vimos no capítulo precedente.

veículos, durante o século XX⁵⁶ - alterou-se completamente seu quadro organizacional. O processo de destruição criativa (HARVEY, 1989; 1986) parece intensificar-se nas décadas de 40 e 50 (com a canalização do Arroio Dilúvio, que passava ao lado da atual Rua João Alfredo, a construção da Avenida Ipiranga, o aterro de parte do Guaíba, obra que se desenrolou até fins dos anos 70) e década de 70 (a construção da I perimetral, concretizando para Porto Alegre o sistema viário radiocêntrico, já definido nos planos diretores desde a década de 10, e o Projeto Renascença).

Tornando aos cronistas e seus relatos sobre a presença dos negros na cidade de Porto Alegre, nem sempre eram depreciativas essas “imagens sentimentais” que gravavam e faziam circular, e que, sob o suporte da escrita, duram até hoje. Vejamos uma passagem de Athos Damasceno Ferreira:

Pobres negros.

Ainda assim, e talvez por causa disso, êles constituíam um dos aspectos mais simpáticos, mais comoventes e mais vivazes da cidade.

[...] Quem há-de esquecer o Largo da Quitanda, nas manhãs batidas de sol, fervendo de negros e negras com seus fartos tabuleiros de frutas, os seus balaios de verduras, as caixas envidraçadas com pés de moleque lá dentro, os seus cêstos de ervas medicinais?

[...] O papai Lêle era Meirinho, fazia papel de criado em tudo quanto era teatro da Cidade e gozava de vasto prestígio nos candombís.

Batuque que se anunciasse, e lá estava êle. No Beco do Poço. No Beco do Jaques. Na Rua da Floresta. No Campo do Bom Fim (FERREIRA, 1940, p. 92-93).

Descreve-se os negros circulando pelas ruas da cidade, desenvolvendo suas práticas características, colorindo-as. Nem sempre são figuras anônimas, mas, como vimos no relato acima, tem nomes, são reconhecidos por seus hábitos, seu caráter, e se configuram como personagens urbanos. Estão ligados, como percebemos, a certas regiões da cidade, construindo seu caráter moral, diria Robert Ezra Park – certos territórios negros. Esses cronistas ressaltam a todo o momento as transformações que vivenciam no cotidiano da cidade, se permitem vagar em suas memórias imagens do passado – como a breve passagem de Achyles Porto Alegre:

Avahy, foi o beco do Firmo [...]. Tais terrenos, antes do arruamento e quando de todo abertos, serviam para a realização de festejos dos negros africanos, que ali realizavam seus ruidosos candomblés.

(Noutros Tempos, 1922. Fonte: Acervo do Banco de Imagens e Efeitos Visuais).

⁵⁶ Conforme indica o álbum “Porto Alegre. Planejar para viver melhor” (PMPA, s.d.), em 1900 a população de Porto Alegre era de 73.000 habitantes; em 1920, de 179.000, saltando para 400.000 na década de 50. Trago aqui esses dados apenas para ilustrar o crescimento da cidade de Porto Alegre.

O cronista, ao contrário do historiador, não se põe fora do tempo para narrar, mas descreve com a constante presença do ritmo de suas recordações e memórias, refletindo sobre o próprio devir de suas vidas e do cenário onde se desenrola. Como afirma Benjamin (1980, p. 65), “o cronista é o narrador da História”. E, cabe dizer de passagem, essa história sobre a qual nos debruçamos, apesar de buscar descrever processos amplos, volta-se ao cotidiano e busca aproximar-se da descrição etnográfica – utilizando em larga medida as descrições de cronistas como fonte histórica, no intuito de compreender práticas e representações de grupos em interação, em termos das dimensões plurais e complexas de negociação da realidade social em que estão envolvidos. Creio que esses estilos de escrita – a crônica e a história cultural – nos permita perceber os caracteres “noturnos” das formas de vida que descrevem. Realizei essa breve imersão histórica buscando resgatar imagens desse “habitar popular e negro” no centro da cidade, e remontar os processos de retirada dessas populações, através de medidas sanitaristas, para regiões periféricas.

5.1. A REMITIFICAÇÃO E O MITO DO PROGRESSO.

Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2000c) já se debruçaram sobre o tema do mito do progresso atrelado às cidade tropicais, tratando das impressões do antropólogo Claude Levi-Strauss sobre nossa civilização urbana. O célebre pensador afirmou que a modernidade, ao agir sobre nossas cidades, as tornava tristes, degradadas pelo tempo vertiginoso, sem que houvesse por parte de sua população nenhum compromisso com o passado histórico – o que configurava uma estética urbana regida pela desordem. Segundo as autoras, essas representações sobre o Brasil como um “país sem memória” são etnocêntricas, uma vez que a experiência de implementação da civilização dos trópicos fez com que aqui não se obedecesse à concepção de tempo linear e progressista, mas se desenvolvesse uma temporalidade própria: um tempo lacunar, repleto de rupturas, expresso pela metáfora da cidade-ruína. Para as autoras, reformar e transformar a cidade consiste em uma atitude simbólica do homem brasileiro diante do tempo, uma forma de domesticá-lo, negando a morte. Aqui se adere à passagem do tempo através da destruição e reconstrução da cidade, de modo que esta acaba por se constituir como uma obra em perpétua criação.

Entendemos, nesse sentido, a visão dos próprios moradores da cidade – como Flávio, quando afirma que “eles vão fazendo coisas melhores, mais modernas, tirando esses casebres velhos do caminho” - diante desses processos em relação aos quais David Harvey (1989; 1986), inspirado em Friedrich Nietzsche, encontra a fórmula dialética da

criação destrutiva que infere no que chama de “destruição criativa”. Busca-se acomodar essas transformações e adaptar-se diante do novo. O próprio quase desaparecimento do Areal da Baronesa nos indica a presença da destruição criativa como imagem da morte, mas também como recomeço – nos diria Durand (1997, p. 193; 199), uma atitude simbólica embasada em um regime noturno da imagem, enquanto postura imaginativa diante do tempo, em que sujeitos e grupos buscam aderir ao próprio devir temporal, incorporando-se à sua mobilidade, aos ciclos, à morte como retorno ao princípio. Como afirma Halbwachs, “[...] há, no canteiro de obras, uma efervescência, um entusiasmo unânime, primeiro porque é um começo...” (1990, p. 124).



Im. 47

Entretanto, cabe refletir sobre quais as configurações espaciais, as populações que abriga e as sociabilidades que as animam são preteridas nesses processos de destruição criativa, que recorrentemente levam ao desaparecimento de ruas estreitas, becos e travessas, edificações antigas e “fragmentos de socialidades arcaicas” (ECKERT e ROCHA, 200c, p. 8). Para Harvey (1989) a destruição criativa é resultado de um processo de aceleração do tempo, em que maquinarias, infra-estruturas completas e estilos de vida tornam-se obsoletos muito rapidamente em nosso meio social. Dá-se, assim, uma aniquilação do espaço pelo tempo, já que a velocidade torna-se o vetor principal de nosso meio social, pautado pela sede do novo.

Creio que sejam óbvias as referências às experiências européias nos desejos de reordenação da ocupação territorial de nossas cidades, especificamente aqui no caso de Porto Alegre. Conforme De Grandi, referindo-se aos anos 40 do séc. XX, especificamente ao primeiro mandato de Loureiro da Silva como prefeito de Porto Alegre⁵⁷:

⁵⁷ De 1937 a 1943, administração marcada por intensas transformações no tecido da cidade, principalmente em sua malha viária. Entre as grandes realizações urbanísticas do período, De Grandi (2002) destaca o início de seis grandes obras viárias: a construção das avenidas Farrapos, 10 de Novembro (posteriormente denominada

As elites clamavam nos jornais por reformas, por melhores e mais belas vias de acesso, pela modernização dos transportes [...] Pregava-se enfim a criação de uma nova ordem, que afastasse do centro das cidades os pobres, o mundo da malandragem e do crime, e que impusesse a beleza e a higiene para uma convivência feliz, alcançando assim a verdadeira ‘modernidade’, aquela que experimentava Paris sob Haussmann e que a transformou no símbolo duma época [...] (2002, p. 96).

Se Porto Alegre, diferentemente de Paris, não teve um passado medieval a ser banido através da construção de uma nova ordem espacial, proposta por intelectuais iluminados pelas razões técnicas e científicas, teve um passado colonial a ser superado, que, sob o olhar dessa época, remetia a uma situação de arcaísmo e atraso.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1956), a construção da “civilização nos trópicos” foi resultado da tentativa europeia de implantação de sua cultura em um vasto território, incluindo formas de convívio, instituições e idéias trazidas para as Américas e outras regiões colonizadas pelas nações europeias. E, no caso das reformas urbanas, não nos afastamos desse processo – a busca de implantação da cidade moderna nos trópicos implica em instaurar novas regras de vida coletiva no Brasil e novos arranjos sociais. Para Ana Luiza Carvalho da Rocha (2001, p. 12), através da urbanização e da industrialização, buscava-se o progresso na ordem. E Harvey (1989, p.195), por seu turno, afirma que, ao se reconstruir e remodelar o espaço, se desvelam as hierarquias sociais – e a remoção das vilas, habitadas por populações pobres, não detentoras das fontes de poder social (apenas a violência?) para regiões periféricas, indica uma busca de homogeneização do espaço, escamoteando-se as contradições, racionalizando e esquadrinhando o seu uso.

E é patente que, ao processo de urbanização, de destruição criativa, estão conectadas dimensões de concentração de renda, desigualdade social, acesso diferencial aos territórios urbanos, segregação das populações destituídas do que Harvey (1989, p. 186) chama de “fontes de poder social” (dinheiro, tempo, espaço, etc.). Assim, como indica a citação trazida por De Grandi, às medidas políticas que investiam na criação de uma “nova ordem” estava conectado o que Charles Monteiro (1995, p. 81) identifica como uma cruzada contra a vadiagem, a mendicância, o jogo, a prostituição, o alcoolismo, a infância abandonada e os cortiços. Eram, assim, medidas sanitaristas e higienistas em toda a força do termo. De acordo com Sant’Anna (1996, p. 40-41),

[...] tal política urbana, que se apoiava em parte nos saberes da e conselhos da medicina sanitaria, vinha a configurar-se também em uma *higienização moral*, na condenação dos modos de habitar da

população como um todo, sobretudo das camadas populares que dividiam os espaços dos cortiços, cuja densidade e ambigüidade das fronteiras simbólicas e físicas entre as famílias aí residentes eram inadmissíveis a uma visão que identificava o convívio “promíscuo” com a insalubridade das alcovas (1996, p. 40-41).

Buscava-se, ainda de acordo com Sant’Anna, a consolidação de novas formas de sociabilidade ocupando a cena urbana, sobretudo na área central, e isso significava acabar com os becos estreitos e escuros do período colonial (1996, p. 139). Aponto aqui, então, para as dimensões simbólicas dessas medidas higienistas. Por um lado, significavam a “chegada do progresso”, e, assim, supriam as expectativas de inovação por parte da população – a dimensão da criação; por outro, implicava em apagar os vestígios da cidade colonial, seus cantos escuros, suas fronteiras mal-definidas. E, assim, iluminar. Novamente aqui, promover a instalação definitiva de um regime diurno na própria cidade: delimitar fronteiras, identificar as ambigüidades, excluir o “impuro”⁵⁸. Em meio a este processo, podemos perceber que as avenidas em seu sentido “arcaico”, como grupamentos de pequenas casas de aluguel, cedem terreno às avenidas em sua concepção “moderna”, voltada à dinamização viária, ao tráfego ágil de veículos e pedestres. Novos padrões estéticos e simbólicos que se consolidam, modificando o perfil urbano e as formas de convívio social. Resgatando Harvey (1989, p. 172), essa revolução na circulação e na produção, vem colaborar na imposição da hoje natural noção abstrata e objetiva de tempo. E, para Eckert e Rocha (1998, p.9) “industrialização, modernização e urbanização expressam muitos mitos cíclicos e operatórios do Ocidente Cristão: acelerar a história e domesticar o tempo”.

A esse respeito, e tornando à cisão entre cidade alta e cidade baixa na cidade de Porto Alegre a que aponte há algumas páginas, tornam-se pertinentes as afirmações de Roberto DaMatta: “Nas cidades brasileiras, a demarcação espacial (e social) se faz sempre numa gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora” (1997, p. 32). Refletindo sobre o tempo e o espaço social em nossa civilização urbana, o autor menciona palácios e igrejas, quartéis e mercados como sinais eternos, que permitem emoldurar as relações sociais em sistemas de valor e poder. Em oposição, há os espaços transitórios e singulares, que abarcam tudo o que esteja ligado ao paradoxo, à contradição e ao conflito em nossa ordem social (como as zonas pobres e de meretrício):

⁵⁸ E aqui não posso deixar de me referir a Mary Douglas e seu clássico *Pureza e Perigo* (1992), em que afirma ser a noção de poluição uma expressão de cada sistema simbólico. Para a autora, em nossas idéias contemporâneas, a idéia de impureza está profundamente associada à higiene, e está atrelada às relações entre ordem e desordem, sendo o impuro “[...] qualquer coisa que não esteja em seu lugar” (1992, p. 54). Evitar contato com o impuro, assim, é afastar a possibilidade de contágio. Douglas afirma ainda que o corpo surge como símbolo da sociedade, e sua imagem está baseada na hierarquia, reproduz a estrutura social (1992, p. 142).

Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são percebidas como espaços permanentes ou complementares às áreas mais nobres da mesma cidade, mas são sempre vistos como locais de transição: “zonas”, “brejos”, “mangues” e “alagados”. Locais liminares, onde a presença conjunta da terra e da água marca um espaço físico confuso e necessariamente ambíguo (DAMATTA, 1997, p. 45).

DaMatta remete-se aos escritos de Gilberto Freyre, nos quais os pares “casa-grande & senzala” e “sobrados & mucambos” não são apenas formas específicas de habitação, mas domínios através dos quais a sociedade brasileira se perpetua (1987, p. 54). Gilberto Freyre (2000), aliás, tratando da subordinação dos negros na sociedade brasileira, vem dizer que o antagonismo entre estes e os brancos, como escravos e senhores, se intensificou na passagem do primeiro esquema de organização ao segundo, em termos de uma paisagem social que se alterava. Na cidade, cortiços e sobrados convivem lado a lado, porém não há comunicação entre eles. Forjam-se novas distâncias sociais e novas relações de poder, aumenta a cisão entre as duas esferas. Para o célebre pensador brasileiro, com o crescimento da importância das cidades, o incremento nas atividades comerciais e industriais, o aperfeiçoamento nos transportes e serviços urbanos, transformam-se os estilos de vida urbana, e as ruas, antes ocupadas por negros e mascates, se aristocratiza (1987, p. 51).

Segundo Oracy Nogueira (1954), em nossa estrutura colonial a dominação econômica, política e social dos europeus, seu papel decisivo de suas atitudes em relação aos outros grupos, culminou em um quadro de relações étnicas definido pelo contraste entre brancos e não-brancos. Conforme se sucederam as transformações em nossa sociedade, diversificou-se sua estrutura, permanecendo os brancos, no entanto, ainda dominantes, ocupando as posições favoráveis. Assim, para a autora, no Brasil o preconceito de classe e o preconceito de cor acabam por se confundir. Aderindo a tais preceitos, pode-se afirmar que vivemos hoje, ainda que de forma velada, o legado da sociedade escravocrata⁵⁹. E, no que diz respeito ao presente trabalho, enfatiza-se o fato de desigualdade étnica também estar ligada ao acesso diferencial aos territórios urbanos.

Pode-se notar, assim, nesse intuito progressista e ordenador delineado pelo mito do progresso, um processo de segregação urbana, em que as populações pobres e afro-descendentes são removidas das áreas centrais. Em termos das relações entre estabelecidos-outsiders, que nos propõem Elias e Scotson (2000), quanto à própria distribuição geopolítica das populações urbanas, não seriam outsiders essas “vilas” em áreas centrais? E, novamente

⁵⁹ Cf. NOGUEIRA, 1954; MAGGIE, 1996; SEYFERTH, 1996.

aqui, saliento não apenas as políticas de destruição criativa efetivadas pelos poderes públicos, mas também processos de gentrificação (ou enobrecimento urbano) ⁶⁰ fazem com que esses grupos vendam ou permutem suas porções de terra e partam em direção a regiões periféricas – expressos no “problema imobiliário” de que nos fala Flávio, ou no “colarinho branco” a que se refere Gessi. Entretanto, sendo a cidade “[...] um território expressivo da experiência temporal contemporânea dos grupos que nela habitam” (ECKERT e ROCHA, 1998, p. 3), percebemos que o fortalecimento dessa noção abstrata e objetiva de tempo de que nos fala Harvey (1989) não faz com que desapareçam as diversas temporalidades que se cruzam na composição desse cenário múltiplo e plural, expressão de uma sociedade complexa.

Em realidade, superpõem-se camadas temporais concretizadas no espaço, ordenadas por variados ritmos, de modo que permanecem “[...] emoções e paixões arcaicas de seu povo convivendo com a visão messiânica do mito do progresso e da ordem” (ECKERT e ROCHA, 1998, p.9), entrecruzamento no qual se desenrola uma “estética da desordem”. Assim, cabe refletir sobre o que Bachelard denominou “consolidação temporal” - enquanto ordens se estabilizam, seja na sociedade, na memória ou na razão (1988, p. 78). Sendo variados os ritmos de vida de nossas populações, essas consolidações temporais diversas levam às superposições temporais e rítmicas, que, aliás, segundo o autor, fornecem espessura ao tempo, tornando-o contínuo. Bachelard indica, aliás, que o tempo do mundo é formado justamente pela superposição de ritmos vários. Podemos então pensar nas ações higienistas, a que vim me referindo, como criadoras de novos ritmos de ocupação do espaço urbano, novas sociabilidades e formas de vida social, que, entretanto, incapazes de exterminar com tudo o que fosse sinal de desordem, vieram conviver com as antigas feições.

Retomando Halbwachs (1990, p. 140), há grupos sociais, mesmo no interior de uma grande cidade, que se constituem como unidades dentro da multiplicidade urbana. Se atualmente temos como avassaladoras as demolições e reconstruções - em suma, as transformações urbanas - certos grupos resistem a tais processos, principalmente se suas lembranças são habitadas por imagens antigas. Assim, permanecem lugares que podem ser compreendidos como depósitos dessas imagens, em que a memória vem reordenar o tempo vivido por uma coletividade. E creio que nesse sentido podemos compreender a Luís Guaranha como resquício do Areal da Baronesa - uma rede de vizinhança onde duram imagens antigas; um território que demarca espaços de diferença e identidade em relação ao ambiente em que se situa.

⁶⁰ Cf. HARVEY, 1996; LEITE, 2004.

Refletindo sobre o estatuto desse grupo em relação à cidade de Porto Alegre como um todo, trazido à visibilidade através de um processo político de reconstrução de identidades, creio que esse processo pode ser compreendido simbolicamente como a visibilização da presença do que Hannerz denomina de “terra selvagem” em pleno meio urbano – noção que traz uma idéia de fronteira aplicada às “... ruas e becos que parecem fora do alcance dos centros organizados da sociedade” ⁶¹ (1997, p. 21). Em termos das configurações do cenário urbano, apesar do processo de saída de grande parte das populações negras e pobres do centro em direção à periferia da cidade e da crescente presença das camadas médias em um antigo local de moradia de camadas populares, a não ser que as reformas urbanas sejam extremamente devastadoras, pelo grau de intervenção urbanística ou violência simbólica, sempre sobram resquícios, materiais e simbólicos, destas antigas formas de vida. Assim sendo, nos deparamos com “margens” dentro das próprias regiões centrais, e, ao tratar antropologicamente uma rede de vizinhança como a Luís Guaranha, não se pode perder de vista, portanto, o território híbrido⁶² no qual está inserida. Suas formas fluidas e irregulares nos permitem afirmar que o território negro do Areal da Baronesa ainda dura hoje, como um conjunto acidentado, em que feições arcaicas e novas convivem lado a lado. É nesse contexto que a perpetuação da avenida mantém vivo um modo de existência dentro da cidade

Para refletir conceitualmente sobre essa forma de vida, remonto a DaMatta (1997), que nos propõe uma cisão entre casa e rua como par estrutural cuja oposição gramatical permite compreender a sociedade brasileira: o primeiro, reino da família, das relações pessoais, espaço onde “se pode fazer tudo”, e o segundo reino das leis impessoais, do individualismo e do anonimato. Seguindo a sugestão de DaMatta para a perspectiva do espaço da rua, no caso urbano do Brasil, dada a herança estamental da sociedade brasileira, teríamos neste lócus a configuração da mediação das relações públicas e privadas. Entretanto, percebemos que, na Luís Guaranha, talvez o domínio da casa se projete sobre o domínio da rua, de modo que se recria no espaço público o ambiente familiar, como sugere o próprio autor, (1997, p. 20). Para ele, a comunidade, no Brasil – uma sociedade relacional – longe de ser fundada na homogeneidade entre seus membros, baseia-se em relações pessoais, entre famílias, grupos de parentes e amigos (1997, p. 77). Como indica DaMatta, esta oposição gramática entre casa e rua não é estática e absoluta, mas ao contrário, complexa dinâmica e relativa, pois essas esferas se determinam mutuamente, e “[...] há espaços na rua que podem

⁶¹ O autor nos traz o exemplo do Pelourinho de Pedro Arcanjo – célebre personagem de um romance de Jorge Amado - como um território deste tipo.

⁶² Novamente retomando as idéias de Hannerz (1996).

ser fechados e apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua ‘casa’, ou seu ‘ponto’” (1997, p. 55).

DaMatta afirma, ainda, que há temporalidades diversas no domínio da casa e da rua: enquanto neste último o tempo é linear e cumulativo – histórico –, o tempo da casa, espaço de repouso, calma e calor humano, é cíclico, e se refaz a cada reunião entre amigos, compadres e parentes (p. 60). Nesse sentido, creio que na Luís Guaranha esteja lidando com uma rua atípica, acolhedora, onde constantemente a rua vira casa, abrigando sociabilidades lúdicas – e também tensões - entre uma rede de vizinhança calorosa e próxima. Nessas sociabilidades, as conversas entre os membros da comunidade também se constituem como espaço fundamental na manutenção e reatualização de sua memória coletiva, que, em seu caráter cíclico, permite a continuidade de símbolos, imagens e mitos de suas configurações em tempos passados. Sem perder de vista seus moradores, a persistência do próprio espaço é interessante, uma vez que, como afirma Michel Maffesoli, “[...] a inscrição espacial é uma verdadeira memória coletiva” (1996, p. 273).

E a política quilombola, através da qual a comunidade ganha visibilidade municipal, regional e nacional, além de retirar os tapumes (de que fala DaMatta), que cobrem essas feições desconexas da cidade – uma metáfora que indica a invisibilidade destes locais e sua população - vem garantir que não serão mais espaços transitórios, e sim perenes. Processos nos quais,

... o que está em jogo é um imaginário urbano que, de certo modo, ultrapassa os vários atores sociais, lhes serve de banho matricial. O espaço urbano será salpicado de uma multiplicidade de pequenos lugares de referência, desses pequenos “pontos altos” de uso tribal. As vezes, um deles torna-se emblemático, torna-se uma estrela de primeira grandeza. (MAFFESOLI, 1996, p. 278).

No que se refere à Avenida Luís Guaranha, em meio a um cenário urbano bastante fragmentado, dá-se uma re-apropriação de elementos da memória coletiva para respaldar reivindicações identitárias sobretudo políticas. Manuela Carneiro da Cunha (1986), propõe um sentido pragmático da identidade étnica que parece se ajustar à demanda da comunidade, ao afirmar que a tradição consiste em um reservatório ou repertório no qual se buscam sinais diacríticos para definir a comunidade, de acordo com os quadros fornecidos pelo meio social mais amplo - o que conformaria uma retórica das origens comuns.

Marshall Sahlins (2001), opondo-se à noção de cultura estática, homogênea, coerente e sistemática dos antigos intelectuais, propõe que ela surge como mito manipulável ideologicamente, sendo as tradições estrategicamente adaptáveis às situações pragmáticas.

Para o autor, elaboram-se retóricas da tradição a partir dos jogos de poder e dominação. Pode-se, dessa forma, evidenciar as origens comuns, tornando-se funcionais os mitos de origem. Seguindo tais preceitos, podem-se elucidar aspectos atrelados ao auto-reconhecimento da comunidade da Avenida Luís Guaranha enquanto “remanescentes de quilombo” em pleno espaço multicultural e complexo da cidade de Porto Alegre. Retomando Barth (2003) atualmente se deve estudar a etnicidade como organização social da diferença cultural, em relação às estruturas políticas do Estado - que, para o autor, emerge como um ator efetivo nas relações sociais, ou seja, um 3º agente no processo interativo de constituição das fronteiras entre grupos. No atual cenário das relações étnicas no Brasil, o papel do Estado revela-se fundamental, por conta da abertura de uma brecha jurídica (o art. 68) através da qual muitos grupos afro-descendentes passam a reivindicar direitos atrelados à titulação de terras. Entre eles, a comunidade da Avenida Luís Guaranha.

O fortalecimento das identidades territorializadas nestes grupos de remanescentes de quilombos, em meio às chamadas “eticidades emergentes” (ARRUTI, 1997), ou “novas etnias” (ALMEIDA, 2002), vêm contrariar o suposto assimilacionismo progressivo das minorias pela comunidade urbana que propõem autores da escola de Chicago⁶³. De acordo com Almeida (2002, p.75) a nova etnicidade deve ser vista como o “[...] fato de agentes sociais investirem num sentido profundo de uma identidade cultural com o objetivo de articular interesses e de fazer valer seus direitos perante o Estado”. Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-fenart (1988) afirmam que já os autores dos anos 60 percebiam tal fenômeno como o processo de criação de novas identidades étnicas e novas fronteiras a partir do crescimento das cidades, um contexto em que as coletividades surgiam como fonte de mobilização política. Assim, a suposta assimilação das minorias se apagava diante do pluralismo cultural emergente. Abner Cohen (1974, p. 11) ressalta o fato de a diversidade cultural organizada em termos étnicos tornar-se ainda mais visível nas cidades.

Nesse processo de auto-reconhecimento, verifica-se a incorporação de categorias jurídicas no sentido de se repensar identidades locais e obter benefícios políticos - no caso, a garantia do direito à terra, e, assim, de permanência no local onde residem. Processos em que o discurso de antropólogos, historiadores e movimentos políticos é mobilizado para se colocar “em pauta” assuntos polêmicos tais quais a própria noção de quilombo, a situação de exclusão social no Brasil e o racismo para com as camadas afro-descendentes. Através de todo esse debate, se repensam as trajetórias da população negra em Porto Alegre, e busca-se a

⁶³ Cf. POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1988

preservação das memórias do grupo – no caso, atreladas ao Areal da Baronesa. Toda essa discursividade é incorporada, ao menos por um segmento da população da Luís Guaranha, e passa a fazer parte, quer por aceitação ou por negação, da constituição identitária do grupo.

Ressalta-se, assim, a intervenção do Estado e seus agentes nesses processos, que transforma em patrimônio certos modo de vida, visando à garantia da persistência da diversidade cultural em nosso país e assegurando suas existência face à iminente presença do desaparecimento e da morte. Assim, ao se colocar em relação membros dessas comunidades, agentes de estado e pesquisadores, grupos portadores de diferentes visões de mundo e diversas experiências urbanas, debate-se, sob variadas óticas, as memórias desses lugares, e, sobretudo, a forma de valorizá-las no presente, a leitura dessas imagens do passado.

Torna-se claro o caráter elitista da própria noção de patrimônio (DURHAM, 1984, p. 31), enquanto campo cultural autônomo, circunscrito pelo corpo do Estado, como define Lewgoy (1992, p. 76). Essas ações patrimoniais se constituem então como formas de leitura do passado, valorização e institucionalização de certas memórias visando à construção de identidades sociais, ultrapassando classes e sujeitos específicos. Ressalta-se, assim, um caráter didático da elevação de bens à categoria de patrimônio, que vem despertar o olhar dos grupos em relação a certos aspectos de sua memória.

Entretanto, para além das feições políticas dessa situação que vivenciam os moradores da Luís Guaranha atualmente, é eminente a dimensão simbólica ressaltada através desse resgate das origens para a consolidação de uma identidade *sui-generis*. Algo a que Elias e Scotson (2000) identificaram como processos de contra-estigmatização, em que, por exemplo, os negros, ao invés de aderirem ao estatuto depreciativo, a eles atribuídos em suas relações com os grupos dominantes, vêm saudar a negritude, buscando modificar esse equilíbrio de poder. A identidade quilombola, assim, pode ser vista como uma luta pela transformação de um estigma depreciativo - em meio às situações de conflito em que geralmente estão envolvidas as comunidades - em instrumento de visibilidade política e identificação, através da dimensão da resistência aos processos de opressão.

É evidente que se está agindo na busca de visibilidade dessas feições da desigualdade étnica em uma sociedade onde persiste o legado de seu passado escravocrata. Assim, por mais que se queira evitar uma ligação essencialista entre as comunidades que se reivindicam como remanescentes de quilombos atualmente e seus antepassados escravos, trata-se de um movimento de difícil compreensão por parte de nossa sociedade em termos amplos. Isso, creio eu, em função de um imaginário dualista no qual a definição de quilombo ainda se encontra presa à imagem da fuga dos cativos e constituição de comunidade isoladas

do contato com a sociedade envolvente. Procurei mostrar, no início desse capítulo como não era essa a única forma de resistência negra durante a escravidão. O que realizei foi um esforço investigativo nesse sentido. Busquei imagens dessa época, à qual as memórias do grupo que estudei pouco alcançam. Na Luís Guaranha, como afirmei no capítulo precedente, são imagens que duram na memória coletiva dessa população, e que são fundamentais na construção de uma identidade específica do local por parte de seus moradores. Para esclarecer esse ponto, vejamos o que nos diz Bachelard:

Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecemo-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços de estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer 'suspender' o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. Essa é a função do espaço

[...]

E, se quisermos ultrapassar a história ou mesmo, permanecendo nela, destacar da nossa história a história sempre demasiado contingente dos seres que a sobrecarregam, percebemos que o calendário de nossa vida só pode ser estabelecido em seu processo produtor de imagens.

[...]

Aqui o espaço é tudo, pois o tempo já não anima a memória. A memória – coisa estranha! – não registra a duração concreta, a duração no sentido bergsoniano. Não podemos viver as durações abolidas. Só podemos pensá-las, pensa-las na linha de um tempo abstrato privado de qualquer espessura. É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis da duração concretizados por longas permanências (BACHELARD, 1993, p. 28-29).

Bachelard, nesses trechos, está se referindo à topoanálise, à abordagem sensível dos espaços íntimo que nos conformam subjetivamente, sob a ótica das imagens que compõe as durações no homem. Trata-se de imagens de cristalizações do espaço no tempo, uma vez que o autor, em “A dialética da Duração”, afirma que “não guardamos nenhum traço da dinâmica temporal, do escoar do tempo” (1988, p. 39). Proponho, então, um translate desses espaços íntimos da casa a que se refere Bachelard, para o espaço da Luís Guaranha – enquanto um beco acolhedor - em relação ao espaço da cidade como um todo. Apenas no espaço podemos encontrar “fósseis da duração concretizados por longas permanências”. Afirmo, nesse sentido, que a Luís Guaranha pode aparecer como uma permanência de uma ordem espacial anterior da cidade – que obviamente, não está congelada no tempo, é isso que viemos mostrando ao longo do trabalho. Como aponto para as memórias biográficas e as memórias do cotidiano

nesse estudo, em contraste à memória histórica ou memória social, constato que são poucos os elementos que, nessas lembranças íntimas, nos remetem à época da escravidão no Brasil⁶⁴.

Apenas mostro que as lembranças desses moradores não alcançam a época dos escravos. Conta-se histórias desse passado, a imagem de um lugar de escravos está contida na memória coletiva desses moradores, e mesmo de certa porção dos habitantes da cidade. Entra em cena a História, que remonta através de documentos de tempos passados essa presença. Mas as memórias individuais dos moradores não alcançam esse tempo – ele não tem espessura, diria Bachelard. Assim, afirmo que essa duração resiste apenas no espaço, que retém o tempo comprimido. É assim que retomo as primeiras páginas desse trabalho, quando afirmei que as camadas de tempo sobrepostas e entrecruzadas que se desvendaram na pesquisa etnográfica na Luís Guaranha fundamentaram meu encantamento em relação a este lugar e despertaram o interesse reflexivo para uma pesquisa antropológica. É apenas no espaço que encontramos imagens do passado, certas fixações de configurações anteriores, restos da duração concreta que não podemos registrar. O que pretendo, através desses comentários, é sustentar que a Luís Guaranha pode ser tomada, sob um olhar em larga escala, como uma imagem do passado desse território negro que já não existe concretamente.

E, quando se busca “voltar no tempo” para encontrar configurações anteriores, é possível sugerir, de acordo com Bachelard, que partir em busca do tempo perdido é querer suspender a própria ação inexorável do tempo – o que não é possível. Ao invés disso, creio que o próprio espaço múltiplo, híbrido, plural, em contínuo movimento que encontro na Luís Guaranha é que deve ser tido como a figura central. Esse espaço como cenário que mantém os personagens podendo atuar; e toda a mobilização política que encontro na Luís Guaranha – inclusive em Seu Flávio – se dá em torno da busca pela permanência desse modo de habitar a cidade, dessa forma de vida social em plena região central de Porto Alegre. Uma luta contra o esquecimento dessa feição do passado da cidade, contra o esquecimento do território mítico em que consiste o Areal da Baronesa hoje. Os traços de suas delimitações físicas, suas características materiais hoje duram apenas nas lembranças dos antigos moradores – como imagens desse espaço no passado.

⁶⁴ Zigmunt Bauman (2001) aponta seu conceito de modernidade líquida em oposição à modernidade sólida justamente nesse sentido: hoje o vetor principal de nossa sociedade é a velocidade, e é difícil conceber um tempo mais longo do que a duração de uma vida.

CONCLUSÃO.

A questão dos remanescentes, em meio urbano, deve ser explorada em face da dinâmica das populações e do próprio espaço da cidade, tanto material quanto simbolicamente. Para além da adequação dos conceitos empregados em situações de comunidades negras rurais, há que se incluir aqui reflexões sobre o próprio ambiente urbano fragmentado, plural e caótico em que se inserem essas comunidades. Falar de remanescentes, como a própria palavra indica, implica na dimensão de um processo de transformação mais amplo, diante do qual aparecem como vestígio de antigas formas. Aqui, portanto, estes vestígios implicam na persistência de certos traços, indicando assim a pluralidade temporal do espaço da cidade de que viemos tratando no decorrer do trabalho. A cidade emerge, assim, como cenário híbrido e múltiplo, onde traços “modernos” - as configurações recentes decorrentes da dinâmica cultural - convivem lado a lado com antigas feições. É certo que a esses processos de transformação são inerentes tensões, conflitos e desigualdades. A destruição criativa sempre desvela uma tensão em torno do controle geopolítico dos territórios urbanos. Assim, a política dos remanescentes de quilombos vem garantir o direito de permanência de comunidades envolvidas em disputas fundiárias, de especulação imobiliária em solo urbano, de gentrificação, de segregação das populações pobres. Agindo na garantia de permanência desses grupos, impedindo sua desagregação, interfere nesses processos, tornando possível a persistência dos traços visíveis da desigualdade patente em nosso meio social. É dessa forma que equiparo essas políticas às ações patrimoniais. Entretanto, estamos lidando com populações em processo dinâmico, em que não é possível a suspensão do trabalho do tempo. Assim, essas ações vêm se incluir nas próprias formas de gestão do espaço da cidade, e na garantia da multiplicidade urbana face à homogeneização de certos nichos e suas características populacionais. Manter a Luís Guaranha na fronteira entre Menino Deus e Cidade Baixa – bairros, em geral, de camadas médias – significa manter um grupo e seu característico *ethos* popular em uma região próxima do centro da cidade.

Nesse sentido, percebo em torno do tema que viemos tratando nessa dissertação toda uma discursividade segundo a qual a Luís Guaranha emerge como patrimônio, como um símbolo da resistência negra em Porto Alegre. Os sujeitos desse discurso são militantes dos movimentos negros, membros de instituições governamentais e não-governamentais, bem como uma parcela dos moradores da avenida, que investem nessa identidade – e não me refiro aqui a um sentido meramente pragmático ou racional, mas em termos da construção de identidades coletivas e pessoais. Uma forma de identificação desse território em relação à

cidade como um todo, em seus amplos processos de mobilidade populacional e transformação urbana, evocando o sentido de segregação das populações pobres e negras, afastando-as das regiões centrais.

Participando do dia-a-dia da Luís Guaranha, percebo entretanto que a assunção dessa identidade política não é consensual, e, longe disso, remete a uma parte da população. Como afirmei algumas vezes, há os que pouco se importam com essas questões e outros que se manifestam contrários à identidade quilombola em relação à avenida e a si próprios. O que vivencio no cotidiano desses moradores são as sociabilidades na rua, as tensões vizinhos, entre os grupos dentro da comunidade – militares e o restante dos moradores, divisões de gênero e faixa etária, e assim por diante. Percebo que há um forte sentimento de pertença a este território em grande parte dos moradores. Estes laços, entretanto, estão calcados muito mais nas memórias afetivas e nas experiências sensíveis dos moradores do que em termos de amplos processos sociais e a dimensões identitárias voltadas a noções políticas.

Como penso aqui na cidade como um objeto temporal, a questão das transformações urbanas é abordada em termos das formas através das quais os grupos urbanos lidam com a plasticidade dos territórios nos quais se inserem, se enraízam e desenraizam. Tomo como um fator primordial a matéria perecível do tempo, lidando assim com questões como a efemeridade das configurações materiais da cidade, com a figura sempre presente da morte como complemento da vida, como o fim, a dissolução, mas também como recomeço. Surgem assim, essas ações políticas voltadas à garantia da reprodução da diversidade cultural, e a manutenção de uma comunidade como a Luís Guaranha se dá nesse sentido. Busca-se, além de assegurar a permanência desse modo de vida, a afirmação de um juízo de valor positivo sobre ele. E essa noção de patrimônio, que assegura a permanência da avenida, vem na contramão da ação do tempo, uma vez que vem negar a morte. Elevam-se determinados bens à categoria de patrimônio, buscando protegê-los da ação corrosiva do tempo. Questiono, entretanto, a possibilidade de tombamento de um *ethos* popular em região central. Como se podem formular ações patrimoniais que dêem conta das experiências afetivas e sensíveis da população que constrói simbolicamente esses bens elevados à categoria Patrimônio? Será possível manter, em face deste quadro de institucionalização, a itinerância da população, a mobilidade, a maleabilidade nas formas de habitação, as constantes reconstruções e reformas das casas, a contínua re-configuração desse cenário?

Quanto à Luís Guaranha, é certo que a ação política de manutenção da avenida em face do quadro de dissolução do ambiente urbano em que estava inserida, significa a preservação de um resquício dessas antigas formas. Assegura-se o direito de permanência de

uma comunidade majoritariamente pobre e afro-descendente em região central; mantém-se acesa a imagem das contradições sociais em plena região central. Entretanto, elevar este local a patrimônio implica em um debate no qual se adentra no dilema da configuração estabelecidos-*outsiders* – necessariamente uma relação de poder. Quem pertence e quem não pertence a esse “quadro”, momento, que será registrado como um quilombo urbano?

O que estou propondo aqui é pensar na política patrimonial enquanto um paradigma de enquadre da dimensão do tempo na cidade. Uma forma de pensar essas questões atrelado às classes médias intelectualizadas, instituições governamentais e etc. Mas que, verifico na Luís Guarânia, não necessariamente configura uma forma cultural do próprio grupo. Assim, são universos simbólicos em debate. Ouvi muitas reclamações por parte do pessoal do Projeto Quilombo do Areal relativas à dificuldade de mobilização dos moradores para atividades como a de educação patrimonial, ou mesmo as oficinas ligadas à questão quilombola. Creio que isso seja uma evidência dos universos desse encontro de alteridades, no tocante à própria identidade da avenida face à cidade como um todo. Quando, ao sair da oficina sobre quilombos de dentro da sede e Joel me diz que para ele a comunidade consiste na dimensão lúdica, na forma de habitar, dos laços entre vizinhos, na rua cheia de crianças, vejo que ele se identifica com profundamente com esse local. Para Joel, falar em comunidade não significa entrar em questões relativas à mobilização política. Ele é um “agitador cultural”, figura central na realização dos churrascos nas calçadas e festas. É certo que Gessi, sua mulher, também tem como central a preocupação com festas e eventos, mas sua forma de atuar implica no trato com Associação, instituições, políticos e assim por diante. É fundamental que se analisem, através de um pensamento crítico, as desigualdades dos processos sociais em larga escala que vivenciamos. O que venho questionando é a possibilidade das ações patrimoniais assentarem o que é mais rico nesse lugar – a relação entre as pessoas, as sociabilidades, esse *ethos* popular em região central.

O que todo esse quadro social que descrevo ao longo do trabalho reforça é o fato de qualquer análise que aponte para uma concepção de cultura como homogênea e estável tende a ser falaciosa. A cultura é um campo de disputas. Os atores sociais agem dentro de suas culturas, porém de acordo com todas as especificidades de sua trajetória dentro dela. Os membros de um grupo não formam uma massa homogênea, são sim essencialmente diversos entre si. Pois bem, os sujeitos agem em suas culturas, e estão produzindo cultura ao agir. Não apenas a aquisição cultural é um fenômeno constante, mas também a produção cultural o é – produção e reprodução de formas simbólicas conforme as modalidades inteligentes e criativas de ação do homem sobre o mundo. Assim, não apenas os sujeitos, mas também as formas

culturais estão sujeitas a fluxos, refluxos e contra-fluxos, perpetuamente em curso, transcorrendo, transformando-se. No jogo entre individual e coletivo, as teias moventes que configuram culturas se desenrolam em sua complexidade. Os gestos do passado desdobram-se na ação presente. É justamente aí que está a cultura.

O que é uma cidade, senão um cenário em perpétua construção, os personagens desempenhando como podem seus múltiplos e conectados papéis? Os atores constroem o cenário e o cenário constrói os atores. Um ambiente permanentemente reconstruído, onde, entretanto, se pode encontrar regularidades. Historicamente falando, notamos a existência de uma organização espacial na qual as populações pobres geralmente permanecem nas regiões marginais da cidade – por mais que habitem cotidianamente o centro, as praças etc. Mas podemos encontrar margens dentro das próprias regiões centrais, que resistem a qualquer esforço de racionalização e homogeneização do espaço urbano, e vem tornar manifestas as imensas contradições de nossa desigualdade social.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, a política afirmativa criada durante a constituição de 1988 gerou uma figura jurídica a partir da qual inúmeras comunidades puderam ter acesso à garantia de direitos – atrelados à terra, principalmente, mas também de saúde, moradia, alimentação. A identidade jurídica, entretanto, nem sempre coincide com a identidade social. Na Luís Guaranha verifico que a mobilização se dá em torno das demandas concretas possibilitadas por essa identidade. Mas não quero dizer que isso seja necessariamente pragmático apenas. Envolvem-se nesse bojo discussões sobre a identidade dessa população: quem são eles afinal? As dimensões simbólicas da Luís Guaranha em relação ao contexto onde se situa são pensadas. O intuito de preservação, de manutenção desse modo de vida faz com que as características que distinguem esse lugar sejam refletidas. Fala-se do Areal da Baronesa como berço da música popular em Porto Alegre. Fala-se dos carnavais, das festas populares; de forma mais velada, fala-se das canchas de jogo do osso que se montavam nas esquinas e arredores dos botecos. Lembra-se a Ilhota, de Lupicínio Rodrigues. O riacho que passava por ali e foi canalizado. As lavadeiras e os marinheiros. As avenidas das pequenas casas de aluguel. Símbolos e imagens evocados da memória coletiva para compor os traços que singularizam esse território no meio urbano.

Assim, o Estado legisla, interfere, torna patrimônio algo que é um pedaço de um território maior: do Areal da Baronesa, das antigas feições da cidade baixa. Do mesmo modo que esse espaço foi parcelado, também a memória é parcelar. A Guaranha, assim, consiste em uma camada de referência, suporte vivo das memórias desse viver urbano. As pessoas passam, a Guaranha fica. A referência é espacial, mas espacial relativa também aos corpos,

aos modos de habitar a rua, de usufruir do espaço urbano. Por isso relevo tanto o *ethos* popular em região central.



Im. 48

Os discursos militantes acabam incorporados, de modo a compor a memória coletiva do grupo. Os próprios conceitos científicos, muitos deles noções oriundas do discurso antropológico, acabam na boca do nativo, servindo de referência para que os próprios grupos pensem e organizem sua existência em meio à diversidade cultural de nossas sociedades complexas. Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa etnográfica que possibilitou a construção deste trabalho, está inserido nesse processo. Através dessas intensas relações intersubjetivas de pesquisa, acabei me afeiçoando ao lugar e às pessoas que lá habitam. Por isso, também são minhas as angústias sobre o que será desse lugar no futuro. Durante o ano de 2006, será realizada a pesquisa para a construção do relatório sobre a Luís Guarânia relativa ao andamento do processo de titulação das terras via políticas quilombolas. Esse futuro, portanto, está em aberto. A certeza que sobra, ao final desse trabalho, é que a própria produção de certezas gera novas dúvidas, e tomar a vida humana como matéria prima para as nossas reflexões faz com que também nós tenhamos que aderir ao devir temporal e aos processos de transformação dos grupos aos quais nos apegamos.

REFERÊNCIAS:

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica. In: O'DWYER, Eliane C. (org). **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 43-82.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.): **Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 311-327.

ARANTES, Antônio. **Paisagens paulistanas**. São Paulo: UNICAMP, 2003.

_____. **Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos "Remanescentes": Notas para o diálogo entre Indígenas e Quilombolas. In: **Mana**, vol. 3, no. 2. Rio de Janeiro, out. 1997. p. 7-38.

BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **A Dialética da Duração**. São Paulo: Ática, 1988.

BANTON, Michael. Etnogênese. In: **A idéia de Raça**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 153-173.

BARTH, Fredrik. A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas. In: LASK, Tomke (org). **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 107-139.

_____. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT & STREIFF-FENART (orgs.). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp. 1988. p.187-227.

_____. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In: VERMEULEN & GOVERS (orgs). **Antropologia da etnicidade. Para além de "Ethnic Groups and Boundaries"**. Lisboa: Fim de século, 2003. p. 19-44.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAXANDALL, Michel. **O olhar renascente: Pintura e experiência social na Itália da Renascença**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas Volume III**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow.** In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 56-74.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996. p. 74-82.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros.** São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. Uma incursão pelo lado ‘não-respeitável’ da pesquisa de campo. In: Ciências Sociais Hoje, 1. **Trabalho e Cultura no Brasil.** Recife/Brasília: CNPq/ANPOCS, 1981. p. 332-354.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CHAGAS, MIRIAM. A Política do reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades de Quilombos”. In: **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 7, n. 15, julho de 2001. p. 209-236

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. A organização social no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p. 114-133.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. Introducción: verdades parciales. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George E. **Retóricas de la antropología.** Madrid: Jucar Universidad, 1991.

COHEN, Abner. **Urban Ethnicity.** Londres: Tavistock publications, 1974.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS (CESE). **Racismo no Brasil: Por que um programa com quilombos?** Salvador, 2003. 152 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Religião, Comércio e Etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em lagos no século XIX: da cultura residual mas irreduzível. In: **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 85-108.

CSORDAS Thomas J. **Embodiment as a paradigm for anthropology.** Ethos, n. 1, vol 18, 1990. p. 5-47.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 6.ed.

_____. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In Nunes, Edson de Oliveira (org.): **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. p. 24-35.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DE GRANDI, Celito. **Loureiro da Silva: o charrua**. Porto Alegre: Literaris, 2002.

DELGADO, Manuel. ¿Quién puede ser “inmigrante” en la ciudad? Disponível em <www.gipuzkoakultura.net/ediciones/>. Acessado em: 28 de dezembro de 2005.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e Modernidade. Para entender a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DUARTE, Luís Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / CNPq, 1986.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **A cidade, o tempo e a experiência de um museu virtual: pesquisa antropocronotopológica nas novas tecnologias**. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 6. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000a. 24f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2004.

_____ e _____. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. In: **Revista de Antropologia**. Volume 41, número 2. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998. p. 107-135.

_____ e _____. **A memória como espaço fantástico**. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 2. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000b. 17f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>>. Acesso em: 23 de outubro de 2004.

_____ e _____. **A retórica do mito do Progresso, ‘Brasil, um país sem memória!’**. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 7. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000c. 17f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2004.

_____ e _____. **Escrituras Hipermediáticas e as Metamorfoses da Escrita Etnográfica no Banco de Imagens e Efeitos Visuais.** In: Iluminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 63. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2004. 18f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/index2.htm>>. Acesso em: 15 de julho de 2005.

_____ e _____. **Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana.** Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 44. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2001a. 21 f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2004.

_____ e _____. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. In : Koury, Mauro Guilherme Pinheiro (Org). **Imagem e Memória, ensaios em Antropologia visual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001b. p. 19-40.

_____ e _____. **Memória, narrativa e as histórias do mundo.** Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 14. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000d. 14f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/index2.htm>>. Acesso em: 20 de julho de 2003.

_____ e _____. **Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade.** In: Revista Margem, n. 8. São Paulo: PUC/SP, 1998. p. 243-260.

_____ e _____. Projeto Integrado de Pesquisa Produtividade Cnpq "**Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no meio urbano contemporâneo**". Porto Alegre, Banco de Imagens e Efeitos Visuais, Laboratório de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, Universidade Federal do Rio Grande do Sul , 1997. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>>.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernidade.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FISCHER, Michael M. J. El etnicismo y las artes postmodernas de la memoria. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George E. (Orgs.). **Retóricas de la antropología.** Madrid: Ediciones Júcar, 1991. p. 269-319.

FREUND, Gisèle. **Photographie et société.** Paris: Seuil, 1974

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987?.

_____. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 12 ed.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Estigma: notas para a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1963

GONTIJO, F. **Carioquice ou carioquidade? Ensaio etnográfico das imagens identitárias cariocas**. In: Mirian Goldenberg (org.). **Nu e Vestido**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUTERRES, Liliane Satnişquaski. **La gente de Ansina**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Edward T. **La Dimensión Oculta: enfoque antropológico del uso del espacio**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1973.

HANNERZ, Ulf. **Explorer la ville**. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1980.

_____. Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras chaves da antropologia transnacional. In: **Mana**, vol. 3, no. 1. Rio de Janeiro, abril de 1997. p. 331-350.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Money, space, time and the city. In: **The urban experience**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989. p. 165-199.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. Cotia: Ateliê Nacional, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. **O Legado do Testamento. A comunidade de Casca em Perícia**. Florianópolis, NUER/UFSC, 2002.

_____. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? In: **Horizontes Antropológicos**, ano 5, n. 10. Porto Alegre, maio de 1999. p. 123-150

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade**. Campinas: UNICAMP, 2004.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra. Memória e ritmos**. Lisboa: Edições 70, 1987. 2v.

LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio**. Dissertação (mestrado em antropologia social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

LYNCH, Kevin. **La Imagen de la Ciudad**; Buenos Aires: Infinito, 1974.

MACIEL, S. M. O corpo: da gênese do empírico ao movimento transcendental. In: **Corpo Invisível**. São Paulo: EDIPUC, 1977.

MACHADO, Arlindo. **A Ilusão Especular: Introdução à fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGGIE, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia": as categorias Cor e raça na cultura Brasileira. In: **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 225-234.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MATTOS, Jane Rocha de. **"Que arraial que nada, aquilo lá é um areal". O areal da baroneza: Imaginário e História (1879-1921)**. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MEAD, Margareth. Anthropologie visuelle dans une discipline verbal. In: FRANCE, Claudine (org.). **Pour une anthropologie visuelle**. Paris: Mouton, 1979. p. 13-20.

MELLO, João Baptista Ferreira. **Dos Espaços da Escuridão aos Espaços de Extrema Luminosidade – O Universo da Estrela Marlene como Palco para a Construção de Conceitos Geográficos**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Centro

de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MOLES, Abraham, ROHMER, Elisabeth. **Labyrinthes Du Vecu**. Paris: Librairie des Meridiens, 1982.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas – histórias e memórias**. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Porto Alegre: Urbanização e Modernidade: a Construção Social do Espaço Urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Georg Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

MOURA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: práticas e representações sobre o cativo e a liberdade em Porto Alegre na segunda metade do século XIX (1858/1888)**. Dissertação (mestrado em história) - Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

NOGEIRA, Oracy. Preconceito racial de Marca e preconceito racial de origem. In: **Tanto preto quanto branco: estudo das relações raciais**. São Paulo: Queroz, 1985. p. 67-93.

O'DWYER, Eliane C. (org). **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Clóvis S. **Porto Alegre e sua Formação**. Porto Alegre: Metrópoles, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEN, Ruben. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano; In VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p. 26-67.

POUTIGNAT & STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1988.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de porto Alegre**, 1911.

RABELO, Maria Cristina e ALVES, Paulo César. Corpo, experiência e cultura (versão preliminar). In: XXV Encontro Anual da ANPOCS. Outubro/2001.

RABINOW, Paul. **Antropologia da Razão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994-1997. 3 v.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais. In: ECKERT, Cornelia e MONTE MOR, Patrícia. **Imagem em Foco, novas perspectivas em antropologia**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 55-83.

_____. **As figurações de lendas e mitos históricos na construção da Cidade tropical**. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 34. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2001. 21 f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>>. Acesso em: 29 de agosto de 2004.

_____. A Irracionalidade do Belo e a Estética Urbana no Brasil. In: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS/UNISC, 1995. p. 114-134.

ROUCH, Jean. La caméra et les hommes. In: FRANCE, Claudine (org.). **Pour une anthropologie visuelle**. Paris: Mouton, 1979. p. 53-71.

SAHLINS, M. Dos o tres cosas que sé acerca del concepto de cultura. In: **Revista Colombiana de Antropologia**. Vol 37, enero-diciembre 2001. p. 290-327.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (parte I). In: **Mana**, vol.3, no.2, Rio de Janeiro, out. 1997. p.103-150.

SANT’ANA, Maria Helena. **Vila Cai-Cai: a lógica da habitação reciclável**. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos e VOGEL, Arno (coord.). **Quando A Rua Vira Casa: a Apropriação dos Espaços em um Centro de Bairro**. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981. 2 ed. rev.

SANSOT, Pierre. **Les formes sensibles de la vie sociale**. Paris: PUF, 1985.

SIETY, E. **Le Plan**. Paris: CNDP, 2001

SIMMEL, Geog. A Metrópole e a Vida Mental. In VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p. 11-25.

SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SOUZA, Jessé e ÖELSE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UNB, 2005. 2 ed.

STATHERN, Marilyn. Out of Context: the persuasive fictions in anthropology. **Current anthropology**, v. 28, n. 3, 1987. p. 251-281.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. O antropólogo pesquisando em sua Cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (org.). **O desafio da cidade**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 13-22.

_____. Observando o familiar. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica; objetividade, paixão e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. p. 37-46.

_____. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VELHO, Otávio G. (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. Relativizando o relativismo. In: VELHO, Otávio G. **Besta-Fera: recriação do mundo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 171-184.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de sociedade em antropologia. In: **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac e Naify, 2002a. p. 295-316.

_____. O nativo relativo. In: **Mana**, v. 8, n. 1. Rio de Janeiro, 2002b. p. 113-148.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. **Cafundó: a África no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1996.

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: **Economia e Sociedade**. v. 1. Brasília: UNB, 1991. p.267-277.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p. 90-113.

_____. The Problem of Minority Groups. In: LINTON, R. **The Sciences of Man in the World Crisis**. New York: Columbia University Press, 1945. p. 347-372.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Fontes de Pesquisa:

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imagens sentimentais da cidade**. Porto Alegre: Edições da Livraria do Globo, 1940.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Planejar para viver melhor**. Secretaria do Planejamento Municipal: Porto Alegre, s.d.

_____. **Projeto Renascença**. Secretaria do Planejamento Municipal: Porto Alegre, 1975.

SPALDING, Walter (coord.). **Porto Alegre, Retrato de uma Cidade**. Departamento central dos Festejos do Bicentenário. Porto Alegre: Of. Graf. Da Livraria do Globo, 1940.

_____. **Porto Alegre Biografia Duma Cidade**. Departamento central dos Festejos do Bicentenário. Porto Alegre: Of. Graf. Da Livraria do Globo, 1940.